

UNIVERSIDADE DO ALGARVE

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

A APROPRIAÇÃO IDEOLÓGICA DA FIGURA DE NUNO
ÁLVARES PEREIRA EM MOMENTOS DE CRISE NACIONAL

Dissertação para obtenção do grau de mestre em
Literatura Portuguesa (especialização em Literatura Portuguesa Medieval),
apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
da Universidade do Algarve

Ana Margarida Coelho Guerreiro Casimiro

Faro
2004

NOME: Ana Margarida Coelho Guerreiro Casimiro

DEPARTAMENTO: Departamento de Letras Clássicas e Modernas

ORIENTADOR: Prof. Doutor António Manuel da Costa Guedes Branco

DATA: 13 de Janeiro de 2004

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: A apropriação ideológica da figura de Nuno Álvares
Pereira em momentos de crise nacional

JÚRI: Prof. Doutor Pedro Alfonso Ferré da Ponte

Prof. Doutora Maria Teresa Sotto Mayor Silva Amado

Prof. Doutor António Manuel da Costa Guedes Branco

Agradeço e dedico

Ao Prof. Doutor António Branco, por me iluminar o caminho.

À minha mãe, por caminhar sempre ao meu lado.

RESUMO

A figura de Nuno Álvares Pereira, fixada nas crónicas medievais, foi, ao longo dos séculos, recuperada e apropriada por diversos autores que, face ao contexto histórico em que viviam, viam na Literatura um meio de intervenção ideológica e na figura do herói medieval um exemplo eficaz.

Deste modo, foi mantida sempre viva a imagem desta personagem, sendo que a sua apresentação foi sendo condicionada pelos factores contextuais que levavam à sua invocação. Para efectuar o estudo às várias recuperações da figura, foram seleccionados momentos da História de Portugal em que, numa situação de crise nacional, foram produzidas obras que recuperaram a vida de Nuno Álvares.

Assim, podemos verificar que no século XVII, durante o período dos Filipes, a construção da figura de Nuno Álvares teve como objectivo fortalecer a imagem da Casa de Bragança e apelar aos ideais de liberdade e autonomia. Já no século XIX, condicionado pelo Romantismo, é-nos apresentado um Nuno Álvares da nobreza, que é adúltero e fraco, física e espiritualmente. Como reacção ao Ultimato inglês, foram produzidas obras que veiculam a imagem de um homem psicologicamente mais complexo, relativamente ao que fora fixado nas crónicas medievais. Finalmente, no século XX é feito um investimento muito grande na vertente religiosa do herói, condicionado pelo processo de canonização e pela ideologia do Estado Novo.

Posto isto, torna-se evidente a relação estreita e indissociável entre a época em que as obras foram escritas, a crise então vivida, as intenções do autor e a imagem que resultou da apropriação efectuada.

Palavras-chave:

Nuno Álvares Pereira

Crónica do Condestável

Crónica de D. João I

Apropriação ideológica

Nacionalismo

Crise

THE APPROPRIATION OF NUNO ÁLVARES PEREIRA'S IMAGE IN MOMENTS OF NATIONAL CRISIS

ABSTRACT

The image of Nuno Álvares Pereira, which was fixed in the medieval chronicles, was, through centuries, recovered and appropriated by several authors who, faced with a specific historical context, saw Literature as an intervention mean and the medieval hero as an effective example.

Thus, the image of this character was kept alive, but his presentation was conditioned by the factors which led to its invocation. To study the several recuperations of the hero, there were selected moments of the Portuguese history when, in a crisis situation, literary works which described Nuno Álvares' life were produced.

Therefore, we can realize that in the 17th century, during the Filipes' period, the construction of Nuno Álvares's image had two objectives: to make the Casa de Bragança's image stronger and to appeal to the liberty and autonomy ideals. In the 19th century, conditioned by the Romanticism, we can observe a noble Nuno Álvares, who is adulterous and weak. Right after the English Ultimatum, there were produced several literary works that presented the image of a man psychologically more complex, when compared to the medieval chronicles' presentation. Finally, the 20th century invests in the religious aspect of the hero, which was conditioned by the canonization process and by the Estado Novo's ideology.

With this study, it becomes evident that there is a close and inseparable relation between the time when the literary works were made, the crisis that then existed, the intentions of the author and the image that resulted from the appropriation made.

Key-words:

Nuno Álvares Pereira

Crónica do Condestável

Crónica de D. João I

Ideological appropriation

Nationalism

Crisis

ÍNDICE

Agradecimentos.....	iii
Resumo.....	iv
Abstract.....	v
Introdução.....	1
1. Recepção e apropriação.....	1
2. Objectivos e metodologia.....	10
I. O legado medieval.....	15
1. Dois projectos de escrita.....	15
2. Revolução de 1383/1385.....	18
3. Nuno Álvares Pereira na <i>Crónica do Condestável</i>	20
4. Nuno Álvares Pereira na <i>Crónica de D. João I</i>	27
5. A questão da identidade nacional.....	36
II. Século XVII.....	42
1. Portugal no período dos Filipes.....	42
1.1. Textos épicos.....	44
2. <i>O Condestabre de Portugal</i> , de Francisco Rodrigues Lobo.....	47
2.1. O autor e a Casa de Bragança.....	47
2.2. Edições do poema.....	49
2.3. Aspectos estruturais.....	50
2.4. Aspectos semântico-ideológicos.....	51
2.4.1. O retrato do herói.....	51
2.4.2. Sonhos, visões e profecias.....	59
2.4.3. Batalhas.....	66
3. Alguns textos historiográficos.....	72
III. Século XIX.....	79
1. O Romantismo em Portugal.....	79
1.1. <i>O Alfageme de Santarém</i> , de Almeida Garrett.....	82
1.1.1. Fonte.....	82
1.1.2. Título.....	84
1.1.3. A espada.....	84
1.1.4. Intervenientes.....	86
2. O Ultimato inglês.....	93
2.1. Oliveira Martins.....	97
2.1.1. O autor e a sua obra.....	97
2.1.2. <i>A vida de Nun'Álvares</i>	100
2.1.2.1. Nuno Álvares Pereira.....	101
2.1.2.2. Ideais de independência.....	115
2.2. Guerra Junqueiro.....	119

2.2.1. O autor e a sua obra.....	119
2.2.2. <i>Pátria</i>	120
2.2.2.1. Nuno Álvares Pereira.....	121
2.3. Zeferino Cândido.....	128
2.3.1. <i>Portugal</i>	128
2.3.1.1. Nuno Álvares Pereira.....	130
IV. Século XX.....	139
1. A Questão d' "O libelo do Cardeal Diabo".....	139
1.1. "O libelo do Cardeal Diabo", de Júlio Dantas.....	139
1.1.1. A ascendência de Nuno Álvares Pereira.....	141
1.1.2. Nuno Álvares Pereira.....	143
1.2. <i>O Santo Condestável, resposta ao "Libello do Cardeal Diabo"</i> <i>do Sr. Dr. Júlio Dantas</i> , de Rui Chianca.....	151
1.2.1. Defesa da ascendência de Nuno Álvares Pereira.....	151
1.2.2. Defesa da imagem de Nuno Álvares Pereira.....	158
1.3. <i>Nun'Álvares e o Sr. Dantas: tonsura d'um "Cardeal Diabo"</i> , de Augusto Forjaz.....	169
1.3.1. Defesa da ascendência de Nuno Álvares Pereira.....	169
1.3.2. Defesa da imagem de Nuno Álvares Pereira.....	174
1.4. I República.....	178
2. A Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira.....	181
2.1. Revista <i>Cruzada Nacional "Nun'Álvares"</i> ,	184
3. <i>Mensagem</i> , de Fernando Pessoa.....	192
3.1. "Nun'Álvares Pereira".....	194
Conclusão.....	200
Bibliografia.....	204

Introdução

*Felizes os homens que, após sua breve passagem por este Mundo,
deixam, pelo menos, uma luminosa esteira de lenda
a perpetuar-lhes a memória através dos séculos!*

Mário Domingues, *A vida grandiosa do Condestável*

1. Recepção e apropriação

Nuno Álvares Pereira é, sem dúvida, um dos maiores heróis da Idade Média portuguesa. Os seus feitos, divulgados através da *Crónica do Condestável* e de duas crónicas de Fernão Lopes, *Crónica de D. Fernando* e *Crónica de D. João I*, serviram de exemplo para muitos outros que conviveram com ele e que o ajudaram na árdua tarefa de libertar Portugal das forças castelhanas, que insistiam em querer manipular a coroa portuguesa e até governá-la.

Ao longo dos séculos foram feitas várias recuperações e apropriações da figura de Nuno Álvares, é precisamente sob essa perspectiva que o herói será estudado no presente trabalho. Mais do que verificar as apropriações feitas dos textos medievais que serviram de fonte, o interesse do estudo incidirá na personagem que foi construída por essas fontes e o modo como foi sendo sucessivamente recuperada. Assim, interessa verificar a apropriação literária e trans-histórica da personagem e a evolução que tal processo provocou na caracterização da figura.

Num estudo desta natureza importa começar por analisar as perspectivas teóricas que poderão ajudar a enquadrar e compreender os fenómenos de recepção e apropriação.

O que guia a leitura das crónicas medievais pelos autores que se apropriaram da sua ideologia é, sobretudo, para além do interesse literário, um desejo de conhecimento histórico acerca do passado, que sirva de base para a sustentação de uma intenção presente. Aliás, o fascínio pela História “resulta de o homem estar convencido de que pode encontrar no passado algumas das respostas fundamentais acerca de si próprio” (J. Mattoso 2002: 14). Assim, o pensamento histórico “é a actividade da imaginação, por meio da qual procuramos dotar de um conteúdo pormenorizado essa ideia inata [a ideia do passado], utilizando o presente como prova do seu próprio passado” (R. G. Collingwood 1989: 304).

Ao proceder-se à interpretação literária de textos medievais, revela-se de grande importância, na reconstituição das condições em que os textos foram produzidos, distinguir “a finalidade que levou o autor a escrever [...] [e] as ideias, os processos expressivos e as categorias mentais que o autor utilizou para atingir a sua finalidade” (J. Mattoso 2002: 135). Ora, as intenções subjacentes à produção das obras medievais abordadas no presente estudo eram muito concretas e imediatas¹, mas tiveram um alcance muito mais longo do que aquele que, no momento, era pretendido: não serviram só para legitimar uma casa ou uma dinastia, mas viriam a ter grande influência em períodos posteriores da História de Portugal. Segundo W. Iser, o que possibilita a um leitor, gerações após a escrita de uma obra, ainda poder captar o significado de um texto é o facto de, subjacente à produção de um texto, estar um leitor implícito (cf. 1980: 34); é este leitor que ao longo dos tempos irá

¹ Ver *infra* pp.17-18.

actualizando a leitura do texto, através de uma compreensão selectiva do mesmo (cf. W. Iser 1980: 37).

Como se sabe, “a História não é a realidade. A escrita não é senão um conjunto de palavras evocadoras de sons que pretendem lançar uma ponte entre o sujeito e a realidade” (J. Mattoso 2002: 22). Logo, “[a] narrativa histórica coloca-se para além de todos os documentos, visto que nenhum deles pode ser o acontecimento” (P. Veyne 1971: 15). Assim sendo, as marcas históricas transportadas por uma crónica medieval estão, necessariamente, sujeitas a interpretações, que são, inevitavelmente, subjectivas, uma vez que “[u]m texto é um universo indefinidamente aberto em que o intérprete pode descobrir interligações infinitas” (U. Eco 1993: 41). O facto de vários leitores poderem apreender um mesmo texto de diferentes maneiras, de acordo com as respectivas circunstâncias históricas e individuais, é a prova de que um texto permite diferentes modos de apreensão (cf. W. Iser 1980: 37), assim, as imagens veiculadas pelo texto serão “colored by the reader’s existing stock of experience” (W. Iser 1980: 38).

Deste modo, coloca-se a hipótese de se verificar, no presente trabalho, diferentes apropriações feitas por vários autores que recuperaram uma mesma figura medieval, uma vez que as interpretações que fizeram das crónicas medievais podem ter sido condicionadas pelos factos anteriormente descritos, assim como pelas intenções ideológicas com que escreveram os seus textos. Esta diversidade de modos de ver um mesmo acontecimento ou atitude é natural, uma vez que

“[o] pensamento histórico existe em relação a uma coisa que nunca pode ser um isto, porque nunca é um aqui e um agora. Os seus objectos são eventos que já ocorreram completamente em condições que já não existem” (R. G. Collingwood 1989: 289).

Num processo de leitura e apropriação, é natural que os autores ignorem, por vezes deliberadamente, a contextualização dos discursos, que tem como função “filtrar a polissemia das [...] palavras e reduzir a pluralidade das interpretações possíveis, a ambiguidade do discurso” (P. Ricoeur 1995: 67). Assim sendo, a manipulação das ideias transmitidas pelas palavras poderá ter efeitos significativos no mundo, não só ideológico, mas também real, uma vez que a linguagem é “a transformação do psíquico em noético” (P. Ricoeur 1995:69).

De acordo com a perspectiva dos teóricos que seguem a linha da Estética da Recepção, “la literatura y el arte sólo se convierten en proceso histórico concreto cuando interviene la experiencia de los que reciben, disfrutan y juzgan las obras” (H. R. Jauss 1987 : 59), pelo que “the literary work has two poles, which we might call the artistic and the aesthetic: the artistic pole is the author’s text and the aesthetic is the realization accomplished by the reader” (W. Iser 1980: 21). Estas considerações tornam-se essenciais para o presente estudo, na medida em que é de importância fundamental, no estudo da apropriação ideológica da figura de Nuno Álvares, a verificação das recepções que os textos medievais tiveram ao longo dos séculos: aliás, essas recepções poderão ter condicionado as apropriações da figura.

A leitura das crónicas medievais não só tem o seu efeito na esfera individual de cada leitor, como também influenciou, ao longo dos séculos, de modo explícito, a produção de novas obras. H. R. Jauss explica esta circunstância de modo muito claro:

“En el puesto de la obra como portadora, o forma fenomética, de verdad, está la creciente concretización del sentido, que se constituye en la convergencia del texto y la recepción, de la estructura previamente dada de la obra y de la interpretación apropiadora. [...] la obra no es nada sin su efecto,

su efecto supone la recepción, el juicio del público condiciona, a su vez, la producción de los autores. [...] un alto nivel de diálogo de autores, [...] desde el punto de vista de la historia literaria, puede hacer época con la apropiación y transvaloración de un predecesor al que se le reconoce una importancia decisiva” (1987:73-74).

Como tal, os textos medievais concretizaram-se, afetivamente, a partir do momento em que deram origem a outros textos. Esta teoria de H. R. Jauss serve, deste modo, para explicar que haja períodos da História de Portugal em que o recurso às crônicas medievais, e conseqüente apropriação da imagem de Nuno Álvares, seja relativamente frequente e outros períodos em que essas crônicas parecem votadas ao esquecimento².

Há, ainda, a ter em conta o facto de que em cada época histórico-literária se manifestam “modos peculiarmente homogêneos de leitura quer dos textos literários coevos, quer dos textos literários do passado” (A. e Silva 1992: 318). Prevê-se, deste modo, que, numa mesma época, a apresentação de Nuno Álvares que resulta das várias apropriações seja semelhante.

O papel do leitor é decisivo, dada a sua intervenção ser responsável pela entrada da obra literária

“dans la continuité mouvante de l’expérience littéraire, où l’horizon ne cesse de changer, où s’opère en permanence le passage de la réception passive à la réception active, de la simple lecture à la compréhension critique, de la

² Podemos completar este linha de pensamento com a afirmação de R.G. Collingwood: “[c]ertos historiadores, às vezes, gerações completas de historiadores, não encontram nada de inteligível em certos períodos da história, chamando-lhes épocas de treva. Todavia, uma tal designação não nos diz nada acerca dessas épocas, embora nos diga muito a respeito das pessoas que a usam, isto é, diz-nos que são incapazes de repensar os pensamentos que foram fundamentais para a sua vida” (1989: 272). Como é evidente, esta circunstância não se aplica somente a historiadores, mas também a escritores de textos literários.

norme esthétique admise à son dépassement par une production nouvelle”
(H. R. Jauss 1991: 45)³.

Ainda segundo o estudo fundamental de H. R. Jauss, verifica-se que na relação entre a literatura e o leitor existem implicações, entre elas, a histórica que se manifesta na medida em que

“la première appréhension de l’oeuvre peut ensuite se développer et s’enrichir de génération en génération, et va constituer à travers l’histoire une «chaîne de réceptions» qui décidera de l’importance historique de l’oeuvre et manifestera son rang dans la hiérarchie esthétique” (1991: 45)⁴.

Tal processo histórico das recepções dá-se através da reapropriação de obras do passado (cf. H. R. Jauss 1991: 46). Assim sendo, o que possibilita o facto de uma figura, como a de Nuno Álvares, continuar a exercer o seu efeito ao longo dos séculos é a recepção dos textos que se dedicaram à sua vida, por parte de leitores, ou autores que as pretenderam imitar, ultrapassar ou recusar. Este é o fenómeno que, segundo H. R. Jauss, permite que um acontecimento literário continue a exercer o seu efeito (cf. 1991: 48). O presente trabalho pretende verificar se também a figura de Nuno Álvares se desenvolveu e enriqueceu com as sucessivas recepções das crónicas medievais.

A apropriação, derivada da leitura, pode “«resgatar» heranças culturais do passado da alienação da distância” (P. Ricoeur 1995: 133), uma vez que

³ O autor acrescenta ainda que “[I]’ historicité de la littérature et son caractère de communication impliquent entre l’oeuvre traditionnelle, le public et l’oeuvre nouvelle un rapport d’échange et d’évolution”(1991: 45).

⁴ Segundo o mesmo autor, “la valeur et le rang d’une oeuvre littéraire ne se déduisent ni des circonstances biographiques ou historiques de sa naissance, ni de la seule place qu’elle occupe dans l’évolution d’un genre, mais de critères bien plus difficiles à manier: effect produit, «réception», influence exercée, valeur reconnue par la postérité” (1991: 24).

“[a]propriar-se é fazer «seu» o que é «alheio». Porque existe uma necessidade de fazer nosso o que nos é estranho” (P. Ricoeur 1995: 91)⁵.

Assim sendo, e partindo do princípio de que uma apropriação é um acto intencional, o presente estudo pretende analisar não só os efeitos que essa apropriação teve na caracterização da figura de Nuno Álvares, mas também as razões que terão levado os vários autores a tal acto. Essas intenções condicionam o mundo que o autor constrói no seu texto, nomeadamente as personagens que apresenta, uma vez que é precisamente “the way in which this world is constructed that brings about the perspective intended by the author” (W. Iser 1980: 35).

Uma obra de arte tem de ser encarada em todo o seu potencial, e não apenas sob o ponto de vista da arte pela arte, assim “devemos descrever a função da arte por uma forma que preste justiça simultaneamente ao «dulce» e ao «utile»” (R. Wellek e A. Warren 1949: 32). A respeito desta função de utilidade da literatura, os autores citados propõem uma analogia entre a literatura e a propaganda, uma vez que os autores revelam um “«esforço, consciente ou não, no sentido de influenciar os leitores a compartilharem a nossa atitude perante a vida»” (R. Wellek e A. Warren 1949: 39).

Nesse diálogo *in absentia*, o autor dirige-se ao leitor “em actos de fala de variada força ilocutiva e, mediadamente, perlocutiva: promessas, pedidos, queixas, conselhos e sugestões” (A. e Silva 1992: 300). Para melhor compreendermos as intenções do autor e, conseqüentemente, do texto é necessário “reconstituir o

⁵ De acordo com A. Diaz, a apropriação “é um acto dinâmico na história literária que, no âmbito da produção e da recepção, implica uma crescente complexidade na relação que se estabelece entre os discursos e o mundo da história” (1996: 11).

sistema mental do autor e do grupo social e cultural a que pertence” (J. Mattoso 2002: 137)⁶.

É sob este ponto de vista que a comunicação literária pode desempenhar uma importante função social, uma vez que

“tem frequentemente veiculado a *legitimação*, a nível de *universo simbólico*, do sistema de crenças, de convicções, de normas éticas e de acção, prevalecente numa determinada sociedade, integrando os seus leitores numa tradição cultural [...] e defendendo ou exaltando [...] os valores religiosos e morais, as ideologias, as instituições e os padrões de comportamento considerados como fundamento e paradigma da vida individual e da vida social” (A. e Silva 1992: 335-336).

Ora, a memória do passado, por si só, “condiciona muitas vezes os comportamentos colectivos” (J. Mattoso 2002: 15), pois “[o]s tipos de comportamento repetem-se, indubitavelmente, na medida em que os espíritos da mesma espécie se encontrem na mesma espécie de situação” (R.G. Collingwood 1989: 277).

Assim, a função social da literatura manifesta-se quando intervém na vida quotidiana do leitor, “oriente ou modifie sa vision du monde et par conséquent réagit sur son comportement social” (H. R. Jauss 1991: 73). Deste modo, o escritor influencia a sociedade, “[a]s pessoas podem moldar as suas vidas nos modelos dos heróis e heroínas da ficção” (R. Wellek e A. Warren 1949: 123)⁷, um exemplo disso é o facto de haver romances históricos que contribuíram “para fomentar o orgulho nacional e despertar uma comum memória dos sucessos históricos” (R. Wellek e A. Warren 1949: 123).

⁶ É nesta perspectiva que se torna importante uma contextualização histórica, social, política e cultural das obras que serão analisadas pelo presente estudo.

⁷ Acerca deste tópico, A. e Silva sustenta que o mito de Prometeu “simboliza a capacidade de a comunicação literária contribuir para transformar o real” (1992: 334).

É, agora, pertinente que nos debrucemos sobre a questão da recepção sob o ponto de vista dos leitores para quem se dirigem as obras que recuperam a figura de Nuno Álvares.

O leitor é, no processo de recuperação e transmissão, um elemento essencial que condiciona a produção das obras. Esse leitor “nunca é, nem pode ser, um auditório intemporal e universal, já que escrever para os leitores de todos os tempos e de todos os lugares, histórica e socialmente desencarnados, representa uma impossibilidade da prática semiótica” (A. e Silva 1992: 309).

Assim sendo, regendo a produção dos textos esteve a ideia de um leitor ideal (cf. A. e Silva 1992: 309-310), ou, como W. Iser preferiu designar, leitor implícito (cf. W. Iser 1980:34)⁸. Este é “um peculiar tipo de leitor, caracterizado por certas marcas culturais, psíquicas, morais, ideológicas, etárias” (A. Silva 1992: 309) idealizado pelo autor, ele “embodies all those predispositions necessary for a literary work to exercise its effect” (W. Iser 1980: 34), deste modo, na sua produção literária, o autor antecipa a presença de alguém que a irá receber (cf. W. Iser 1980: 34).

Perante uma obra, o leitor constrói, de imediato, um horizonte de expectativa (cf. H. R. Jauss 1991: 49), uma vez que

“ [m]ême au moment où elle paraît, une œuvre littéraire ne se présente pas comme une nouveauté absolue surgissant dans un désert d’information [...] sons public est prédisposé à un certain mode de réception” (H. R. Jauss 1991: 50).

⁸ Sobre as diferentes designações atribuídas ao leitor, ver as sínteses feitas por W. Iser (1980: 30-33) e por A. e Silva (1992: 308-313). W. Iser nega a validade do conceito de leitor ideal (1980: 29).

Esse horizonte de expectativa é criado mediante uma série de sinais que a obra transmite ao leitor⁹. Entre esses sinais, destaca-se um que terá sido de primordial importância na relação entre as obras que serão analisadas no presente estudo e os seus possíveis leitores: o título. Nuno Álvares era uma figura, mesmo passados vários séculos da sua existência, bastante notória, ora “[s]er notório é ser alguém cujas acções e paixões são interessantes pela simples razão de lhe pertencerem” (P. Veyne 1971: 73). Assim, o título de uma obra que se dedica à vida do Condestável poderá ter sido o elemento que mais significativamente influenciou o horizonte de expectativa dos leitores, colocando-os “dans telle ou telle disposition émotionnelle” (H. R. Jauss 1991:50), que regularia o desejo, ou não, de ler a obra e condicionaria a sua vontade e entusiasmo.

2. Objectivos e metodologia

É na Revolução de 1383/85, na qual a intervenção de Nuno Álvares Pereira é notória e essencial, que os ideais nacionalistas começam a germinar em Portugal: lentamente vai nascendo uma consciência nacional que quer lutar contra a invasão do inimigo estrangeiro. Nuno Álvares Pereira assume-se, então, como líder dessa luta e, conseqüentemente, representante máximo dessa consciência.

A imagem de Nuno Álvares Pereira é construída sobre dois pilares bastante sólidos: o chefe militar fortíssimo e o homem extremamente devoto a Deus. Estas duas vertentes acompanharão a figura deste herói ao longo da História de Portugal e serão lembradas em momentos em que os valores nacionalistas e morais se

⁹ A. e Silva enumera esses sinais: autor, título, género literário, características materiais de apresentação do texto, editora e escritos de natureza proemial (cf. 1992: 322-323).

encontrem enfraquecidos. Nesses momentos, consoante o objectivo do autor da invocação, assim poderá ser mais explorada uma ou outra vertente.

A imagem que tem sido estudada deste herói é a que foi fixada na Idade Média. Feito esse estudo, surgia o interesse de quebrar as fronteiras dessa época, acompanhar o trajecto que a figura percorreu ao longo dos séculos e estudar o modo como ela foi representada em épocas distintas e o quão isso influenciou as cores com que a sua imagem foi sendo pintada e divulgada ao longo dos tempos.

Assim, a primeira parte do presente estudo debruçar-se-á sobre a imagem legada pelas crónicas medievais. Esta secção basear-se-á na apresentação das conclusões que os estudos exaustivos de T. Amado, A. Calado e A. Branco permitiram atingir, através das análises minuciosas que fizeram da *Crónica do Condestável* e da *Crónica de D. João I*.

Feito isto, parte-se em perseguição da evolução que a imagem do Condestável sofreu ao longo dos séculos, através das várias recepções e apropriações de que foi alvo. Para tal estudo, foram escolhidos textos que apresentam uma intenção explícita de intervir, produzidos em momentos de crise, que tenham explorado a imagem do herói medieval. A análise desses textos tem o intuito de verificar as semelhanças e diferenças em relação às fontes medievais e perceber o teor das mesmas e a sua intenção, também pretende verificar a maneira como a imagem da personagem, que foi apropriada e apresentada, foi construída de modo a representar uma ideologia que se pretendia transmitir.

Deste modo, foram seleccionadas e analisadas, para este estudo, épocas específicas em que houve necessidade de invocar a figura de Nuno Álvares Pereira, exaltando todas as suas virtudes, para servir de exemplo, de incentivo, e levar as

peças a lutarem por ideais essenciais para a preservação de Portugal como país livre e independente.

Assim, na Secção II será feita uma incursão ao século XVII, para compreender como o período dos Filipes e a ligação de Francisco Rodrigues Lobo à Casa de Bragança condicionaram a produção do poema épico *O Condestabre de Portugal* e verificar as características do herói que foram mais exaltadas¹⁰.

Já a Secção III, dedicada ao século XIX, se divide em duas partes distintas. Primeiramente, será analisada a peça *O Alfageme de Santarém*, de Almeida Garrett, e o modo como a época literária vigente, o Romantismo, poderá ter influenciado a recuperação que Garrett fez do tema medieval e a imagem de Nuno Álvares que resulta dessa recuperação. De seguida verificaremos o quão profícuo o Ultimato inglês foi, em termos de produções literárias de cariz nacionalista, nomeadamente as que invocaram a figura do herói medieval em estudo: *A vida de Nun'Álvares*, de Oliveira Martins; *Pátria*, de Guerra Junqueiro, e *Portugal*, de Zeferino Cândido.

Por fim, na Secção IV, entraremos, juntamente com Nuno Álvares, no século XX. Nesse século, até ao Estado Novo, inclusive, verificam-se três momentos na apropriação da figura da personagem em estudo. Começaremos pelo estudo de uma questão bastante curiosa, a que designo por A Questão d' "*O libelo do Cardeal Diabo*": nesta secção será analisado um texto interessantíssimo de Júlio Dantas, cujo título dá nome à questão, que tem como intuito principal, ao contrário de todos os outros textos abordados neste trabalho, denegrir a imagem de Nuno Álvares Pereira; a reacção indignada a este texto será analisada através do estudo dos textos de Rui

¹⁰ Nesta Secção serão também incluídas obras de cariz historiográfico que fazem apresentações mais ou menos demoradas da vida de Nuno Álvares, produzidas entre a obra de Rodrigues Lobo e a de Almeida Garrett, analisada na Secção III, e que servem, deste modo, de ligação, entre o século XVII e o XIX. São elas: *O Agiologio Lusitano*, *Monarquia Lusitana*, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa* e *Chronica dos Carmelitas*.

Chianca, *O Santo Condestável: resposta ao “Libello do Cardeal Diabo” do Sr. Dr. Júlio Dantas*, e de Augusto Forjaz, *Nun’Álvares e o Sr. Dantas: tonsura d’um “Cardeal Diabo”*. Seguidamente, será abordado um movimento que, ideologicamente, marcou os princípios do Estado Novo — A Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira: será feita, então, uma análise, em termos de ideologia veiculada, da primeira revista publicada pelo movimento, a *Cruzada Nacional “Nun’Álvares”*. Finalmente, em pleno Estado Novo, Fernando Pessoa escreve uma obra marcante da Literatura Portuguesa: *Mensagem* — para o presente estudo, interessa a análise minuciosa do poema “Nun’Álvares Pereira”, de modo a verificar a imagem que esse poeta grande da nossa literatura esboçou do herói medieval.

A selecção dos textos apresentados, como todo o acto de seleccionar, poderá não estar imune a alguma subjectividade, ou condicionalismos próprios da investigação, mas foi tido como factor significativo a relevância que a obra poderá ter tido e os propósitos explícitos dos autores de, através das suas produções, manifestarem o seu descontentamento face à situação vigente no país. Na selecção foi também tido em conta o facto de haver, por parte dos autores, uma recuperação da personagem consciente de todo o potencial ideológico que a figura veicula e uma apropriação de toda a sua carga simbólica, com o intuito de contaminar os leitores seus contemporâneos e levá-los a imitar o Condestável.

Assim, o objectivo principal do presente trabalho é o estudo dos documentos que revelam e atestam a recepção e a apropriação da figura de Nuno Álvares Pereira nas épocas mencionadas, de modo a verificar que vertente da heroicidade da personagem é mais relevante nos diferentes momentos de crise. Para tal estudo, foi utilizada a seguinte metodologia de trabalho: selecção da época; identificação da crise; identificação das possíveis intenções do autor; verificação da caracterização de

Nuno Álvares; análise das formas de recepção e apropriação das fontes medievais; verificação das transformações das informações das fontes, de forma a servir os desígnios dos autores (parcialidade na selecção de informações); verificação da ligação entre a imagem apropriada e a época a que se dirige.

Uma vez que toda a imagética que circunda Nuno Álvares, hoje e sempre, partiu da pena de dois autores medievais: um anónimo e outro cujo nome é hoje bastante conhecido e reconhecido, Fernão Lopes, e tendo em conta que “convém [...] ter consciência de que, ao interpretar os acontecimentos de que se tornou ‘repórter’, Fernão Lopes interveio directamente sobre eles” (J. Monteiro 1988:15), podemos partir do pressuposto que, independentemente do que Nuno Álvares Pereira terá sido na realidade, como homem, marido, guerreiro, companheiro ou como religioso, o que sobreviveu foi a imagem que dele foi fixada, cristalizada através das crónicas, isto é, o que a literatura fez dele. Se adicionarmos a isso o facto de que as produções literárias posteriores, que receberam e actualizaram a imagem deste homem, também o terão feito com algum grau de intervenção e manipulação, podemos prever que o herói que, após feitas todas as leituras, hoje um leitor conhece, possa ter muito pouco a ver com o que o homem foi na realidade. De qualquer modo, para o caso, não interessa o que terá sido este homem, mas sim que imagem de si foi sendo fixada e o processo de evolução de que foi alvo. Ora vejamos...

I

O legado medieval

Deus quer, o homem sonha, a obra nasce.

Fernando Pessoa, *Mensagem*

1. Dois projectos de escrita

A heroicidade de Nuno Álvares Pereira viajou através de toda a História de Portugal, sendo que numas épocas esteve mais viva e noutras adormecida, mas nunca completamente esquecida.

A *Crónica do Condestável* e duas crónicas de Fernão Lopes, *Crónica de D. Fernando* e *Crónica de D. João I*, foram os textos que inicialmente forneceram a imagem deste homem, que compuseram o seu retrato na Idade Média, divulgando os seus feitos e exaltando as suas qualidades. Estas crónicas são, portanto, a base escrita, legada pelo período medieval, de todo um universo imagético que revestiu a memória do Condestável.

Destas crónicas, nomeadamente da *Crónica do Condestável* e da *Crónica de D. João I*, podemos retirar duas imagens de Nuno Álvares substancialmente diferentes. Este facto justifica-se, em parte, pelas fontes utilizadas por ambas, uma vez que Fernão Lopes teria tido acesso a mais documentos, e, por outro lado, pela natureza dos textos: a crónica do escritor anónimo é uma crónica biográfica e a de

Fernão Lopes é uma crónica régia. Esta distinção é fundamental, pois significa que os projectos de escrita de ambos os escritores eram diferentes, as intenções eram distintas e, conseqüentemente, os resultados também o são. Vejamos, então, algumas dessas diferenças.

Segundo A. Branco (1998: 19), para que exista uma crónica régia basta que o rei tenha existido, não precisa de ter sido um rei muito bom, com características excepcionais, não precisa de ter realizado feitos extraordinários. O facto de ele ter sido rei associa-o imediatamente à História do seu país e, por conseguinte, confere-lhe o direito de ter uma crónica sobre o seu reinado. A crónica biográfica não era um direito imanente à condição de se ter vivido, isto é, não eram todas as pessoas que viam escrito um texto a documentar a sua vida. Para que tal acontecesse era preciso que a sua importância fosse, realmente, merecedora de tal distinção, pelo que a maioria das crónicas biográficas portuguesas do século XV se debruçaram sobre personagens portuguesas da alta nobreza.

A *Crónica do Condestável* assume um estatuto ainda mais específico e interessante pelo facto de ter sido a primeira crónica biográfica senhorial conhecida em Portugal (cf. A. Branco 1998: 26).

De acordo com as intenções do cronista, é fornecido ao leitor um relato mais ou menos abrangente do protagonista e da época, isto porque

“interessa ao cronista régio proporcionar uma panorâmica o mais completa possível do que aconteceu não só à personagem central mas a muitas outras que ocuparam o mesmo espaço e tempo, enquanto para o biógrafo o interesse está no protagonista da sua narrativa. Por isso, a crónica biográfica deseja abranger um tempo individual. A abrangência da crónica régia tem limites temporais de outra ordem e de outra extensão espacial e temática” (A. Branco 1998: 19 e 20).

Este facto condiciona, à partida, a imagem que nos é dada das personagens e do mundo que as rodeia. É, portanto, natural que na *Crónica do Condestável* tudo gire única e exclusivamente à volta de Nuno Álvares, esquecendo-se outros protagonismos pontuais e até a conjuntura política da época em que viveu (cf. A. Calado 1991: CXVII)¹. É, também, por isso, compreensível que uma crónica régia tenha espaço para a inclusão de referências a outras personagens e até, na *Crónica de D. João I*, para a existência de dois protagonistas que partilham um mesmo espaço e se completam — Nuno Álvares Pereira e D. João I (cf. T. Amado 1991: 59). Resumindo, na *Crónica do Condestável* o cronista só se interessa pelo biografado, tornando a História Geral “subsidiária da história da vida de Nuno Álvares”, enquanto que para Fernão Lopes “Nuno Álvares foi um grande herói porque participou de forma exemplar em episódios relevantes da História do reino” (A. Branco 1998: 169).

A génese de cada crónica e as razões que levaram à consecução do respectivo projecto são também factores que contribuem para a construção de representações diferentes de uma mesma personagem.

A. Branco lança a hipótese, bastante coerente, de a *Crónica do Condestável* ter sido encomendada pela Casa de Bragança com o intuito de ser produzida uma biografia do seu fundador que pudesse servir de fonte para as crónicas de Fernão Lopes (1998: 59-60). Deste modo, as duas casas, a de Bragança e a de Avis, estariam para sempre associadas. Aceitando esta hipótese, compreende-se o facto de a *Crónica do Condestável* explorar quase exclusivamente a faceta do herói guerreiro, relegando para um plano muito secundário, (apenas o capítulo 80), a faceta do herói santo, uma vez que a

¹ A. Branco (1998: 74) secunda esta ideia, que diz vir veiculada logo no Prólogo da crónica.

“biografia senhorial encomendada pelos sucessores do herói preferiria, certamente, sublinhar a ideia de heroísmo, mais transferível para um pequeno núcleo social, do que a de santidade, mais transcendente e, portanto, mais reivindicável pela memória colectiva nacional” (A. Branco 1998: 80).

A intenção de Fernão Lopes, ao escrever as suas crónicas, era, naturalmente, outra. As crónicas *Crónica de D. Pedro*, *Crónica de D. Fernando* e *Crónica de D. João I* fazem parte de um plano, bastante bem delineado, de uma trilogia (cf. J. Monteiro 1988: 82) que tem como objectivo legitimar a nova dinastia, resultante da revolução de 1383/85 (cf. A. J. Saraiva 1993: 178). Embora o objectivo de Fernão Lopes não fosse o mesmo do do escritor anónimo, o cronista régio não deixa nunca de engrandecer a imagem do Condestável, chegando mesmo a protegê-la². O seu objectivo é inserir o herói num espaço histórico, aliar esse homem tão admirado e venerado a uma conjuntura política e social conturbada, cuja acção do grandioso Condestável foi imprescindível para a existência da nova dinastia.

2. Revolução de 1383/ 1385

Entre 1383 e 1385, Nuno Álvares Pereira assumiu-se como representante máximo da luta contra o inimigo estrangeiro, foi um período em que o país entrou numa crise gravíssima de sucessão, devido a algumas más decisões e quebras de tratados por parte de D. Fernando, cujo reinado foi “uma constante de contradições, alvoroços, queixas, protestos a um lado, leis extraordinárias de fomento agrícola e marítimo ao outro” (A. Coelho 1981: 65).

² T. Amado (1991) apresenta exemplos de situações em que Fernão Lopes protege a imagem de Nuno Álvares, com o intuito de não escurecer a aura de perfeição que rodeia o herói ou para evitar inverosimilhança: p. 116 (episódio de deserção do exército de Nuno Álvares); p. 124 (fracasso diplomático na tomada de Guimarães); p. 144 (troca de palavras, menos agradáveis, entre Nuno Álvares e alguns dos seus homens); p. 160 (doença do Condestável).

Com a sua morte, estalou um conflito de interesses em que o mais complicado foi manter os castelhanos afastados da coroa portuguesa. Acerca disto, O. Martins afirma que “logo que a tampa caiu sobre o caixão do defunto [D. Fernando], estalou a revolução” (1977: 145).

Não satisfeitos com a perspectiva de D. Beatriz ser rainha de Portugal, por esta estar casada com o rei castelhano, houve quem se insurgisse contra um destino que não favoreceria a independência do país, deste modo, esta revolução, como muitas outras, surgiu, simultaneamente, como ruptura e desvio da história (cf. A. Decouflé 1970: 52). O papel de Nuno Álvares nesse processo revolucionário foi notório e essencial³, visto que, como chefe militar, conseguiu libertar os portugueses das pretensões castelhanas de exercer poder sobre o reino português. Ele estava presente quando e onde era necessária a sua presença e agiu em conformidade com as exigências da ocasião, aliás, a imagem que de si nos é transmitida é a de um homem de acção, em constante movimento, sempre a “fazer” (cf. T. Amado 1991: 61), cuja actividade permanente nos aproxima “da imagem ideal do cavaleiro errante” (A. Branco 1998:116).

Uma época de crise é, na grande maioria das vezes, um período de renovação, é uma viragem nas circunstâncias, que serve de estímulo para a consecução de uma nova vida⁴. Deste modo, uma crise pode não ser um indício de decadência, pode sim “despertar actividades, ressuscitar energias, testemunhar uma mutação total da cena, em marcha ascensional para o progresso ou para a

³ F. Nogueira (2000: 49) nota a expressão simbólica que Nuno Álvares Pereira assumiu em todo esse processo.

⁴ Cf. J. Câmara (1964: 1), em que o autor apresenta os vários tipos de crises e alerta para duas possibilidades aquando da existência de uma crise: ser um indício de decadência ou de renovação.

estabilidade”⁵ (J. Câmara 1964: 1). Num panorama bastante desolador, em que o país estava sem monarca, a ser invadido por exércitos inimigos, cujas condições de vida do seu povo eram miseráveis, conseguiu-se arranjar forças para combater e superar as adversidades. Assim, esta crise não enfraqueceu o país, pelo contrário, foi “o choque galvânico das energias da raça, para que ela pudesse elevar-se às alturas e ao esplendor de um destino magnífico” (J. Câmara 1964: 3).

Nuno Álvares teve, deste modo, oportunidade de demonstrar todo o seu valor, uma vez que as circunstâncias permitiram que ele revelasse todo o seu potencial, tendo, por vezes, atingido um nível de excelência admirado pelos seus contemporâneos e exaltado por aqueles que, nos séculos que se seguiram, reconheceram as suas qualidades e a sua importância na História de Portugal. Por ter vivido num período de crise e ter libertado o país das mãos dos castelhanos, a sua imagem ficou para sempre associada à independência de Portugal, permitindo que o país, tempos depois, reunisse todas as condições para ser uma nação livre, independente e autónoma.

3. Nuno Álvares na *Crónica do Condestável*

Numa crónica de 80 capítulos dedicados à vida de Nuno Álvares Pereira, o autor anónimo esboça, desenha e constrói uma imagem da personagem que não deixa margem para qualquer dúvida ou desvio: Nuno Álvares foi o grande herói medieval português, que reunia em si qualidades guerreiras e virtudes morais. Tal facto é bastante credível sob o ponto de vista histórico, pois o simples facto de ter

⁵ Os séculos XIV e XV foram muito produtivos nesse tipo de actividades, segundo J. Monteiro (1988) esta foi uma época “de conflito, de contradição e de reordenamento [...] o precioso momento da «charneira» entre a sociedade feudal e o mundo moderno” (p. 23); o século XIV terá sido “o período das grandes convulsões e da ruptura” e o século XV “o momento da re-estabilização e do crescimento” (p. 24).

sido escrita uma crónica logo a seguir à sua morte testemunha o prestígio invulgar desta personagem (cf. T. Amado 1991: 46), o que demonstra que “[a] figura de Nun’Álvares não precisou da perspectiva do tempo para ganhar estatura. A sua vida foi suficientemente vibrante para impressionar fortemente os seus contemporâneos” (A. Calado 1991: CXX).

A construção que é feita da imagem deste herói é faseada e cronologicamente linear (à excepção do capítulo 80 que recorre a analepses), obedecendo a um plano bastante bem delineado⁶. Assim, podemos verificar a existência de três partes distintas: a primeira decorre desde o início da narrativa até à morte de D. Fernando (capítulos 2 a 14); a segunda relata os acontecimentos entre a morte de D. Fernando e a aclamação de D. João I (capítulos 15 a 42) e, finalmente, a terceira contém narrados todos os acontecimentos até à morte do biografado (cf. A. Calado 1991: CXII-CXIII).

Os autores de biografias medievais escolhiam para os seus relatos um “núcleo de interesse”, que compreendia os acontecimentos que eram motivo de maior valorização do biografado e a sua narrativa girava sempre em torno desse núcleo (cf. A. Calado 1991: CXXI). A *Crónica do Condestável* compreende em si três vectores: o genealógico, primeiro capítulo; o militar, quase todos os restantes capítulos, e o religioso, o último capítulo (cf. A. Calado 1991: LXXVII). Torna-se, então, óbvio que o autor desta crónica escolheu como “núcleo de interesse” os feitos militares de Nuno Álvares⁷:

“A figura que se destaca da *Estoria* é a do Nun’Álvares que praticou uma longa sucessão de feitos militares e que terá desejado praticar outros tantos se

⁶ T. Amado considera a *Crónica do Condestável* um “texto de bela prosa cronística senhorial, bem informada e cuidadosamente ordenada” (1991: 50); A. Calado caracteriza-a como uma “biografia completa, ordenada numa sequência cronológica” (1991: CVII).

⁷ Segundo A. Branco, a vertente militar está presente em 69% da obra (1998: 87).

as circunstâncias e a sujeição hierárquica aos reis lho tivessem permitido”
(A. Calado 1991: LXXVII).

A. Branco verificou que o prólogo da *Crónica do Condestável* apresenta dois eixos temáticos: a função da historiografia e o elogio do herói (cf. 1998: 71). Em relação à função da historiografia, o autor anónimo defende sumariamente a função didáctica da História, apresentando-a como um meio de evitar erros e estimular à prática de virtudes, através do exemplo “dos valentes e nobres feitos” (*Crónica do Condestável*, p. 1). É precisamente para isso que servirá a perpetuação da imagem de Nuno Álvares: mais tarde será apropriada e servirá de exemplo na defesa de causas e ideais. Quanto ao elogio do herói, o autor da biografia dá-nos uma amostra do que irá ser a sua narrativa, centrada no biografado, alheada de qualquer intenção de contextualização política e histórica:

“Ao colar-se à personagem, acompanhando-a por onde quer que ela vá, o narrador acaba por dar uma imagem muito distorcida desse período tão conturbado do reino português, sempre visto em segundo plano” (A. Branco 1994: 35).

O primeiro capítulo é dedicado à apresentação da família Pereira, constituindo-se, portanto, em capítulo genealógico. Dessa apresentação, o leitor da crónica apercebe-se que havia uma série de qualidades que corriam no sangue da família, as quais são enumeradas por A. Branco: “a gradeza”, “a religiosidade”, “a honradez e a lealdade à coroa”, “as virtudes cavaleirescas”, “a sabedoria e a sensatez” e “a castidade, a abstinência e a caridade” (1998: 85-86). Estas características, bastante importantes e louváveis, encontravam-se distribuídas por vários membros da família e “[a] biografia de Nuno Álvares fá-las-á desaguar todas na sua pessoa” (A. Branco 1998: 86).

A narração de actos de Nuno Álvares, ainda na sua juventude, mostra que o autor da crónica optou por desenvolver o motivo da precocidade do herói. Este homem teria dado evidências desde cedo de ser uma criança-prodígio (cf. A. Branco 1998: 229-230), e como tal, encontramos um jovem que assume desde logo um estatuto de protagonista⁸. Para a consolidação desta imagem, A. Branco alerta para a importância do episódio em que Nuno Álvares mente aos reis, D. Fernando e D. Leonor, no relato que faz acerca das tropas castelhanas, no capítulo 2: o jovem demonstra aqui uma capacidade anormal de “sobrepôr o olhar visionário à própria realidade”, revelando ainda uma “surpreendente sabedoria da arte de combater” (1998: 231-232).

O casamento de Nuno Álvares foi, também, um acontecimento que contribuiu para a construção da sua imagem, isto porque a partir desse facto podemos observar uma série de características fundamentais da personalidade deste jovem. A. Branco (1998: 237-242) aponta, do seguinte modo, os aspectos que, no casamento da personagem, constroem a sua própria caracterização:

- o facto de seu pai ter querido encontrar mulher para um filho secundogénito, extremamente jovem, quando haveria outros mais velhos por casar, mostra uma atenção especial para com este filho, o que é sinal da excepcionalidade do herói;

- a qualidade da noiva encontrada, descrita em termos muito positivos, revela que o jovem é merecedor do melhor;

- a embaixada enviada a D. Leonor Alvim para lhe propor directamente o casamento confere ao mesmo grande importância;

⁸ Cf. A. Branco (1998: 230). Segundo o autor, esse protagonismo verifica-se no facto de as restantes personagens agirem porque ele existe ou reagirem sempre à sua presença e à sua participação na história.

- a reacção de Nuno Álvares, que não queria casar, é de humildade e respeito pela vontade do pai, acabando por anuir.

Este episódio serve, também, para a apresentação do modelo ideal de cavaleiro que inspirava o jovem Nuno Álvares e com quem este gostaria de se parecer: Galaaz. Esta referência a Galaaz, herói notável que realizou feitos extraordinários “per virtude de virgindade que em elle ouve e em que perseverou” (*Crónica do Condestável*, cap. 4, p.8), tem como efeito último a seguinte conclusão: Nuno Álvares foi mais longe que Galaaz, depois de ter conhecido o prazer do amor, conseguiu renunciar a ele, apesar da beleza da mulher e da sua juventude (cf. A. Branco 1998: 240-241).

A morte de D. Álvaro Gonçalves Pereira marca o início de uma nova etapa na vida de Nuno Álvares. São duas as consequências imediatas dessa morte: por um lado, “isola efectivamente o herói no universo masculino e, por outro lado, quebra o mais forte laço de obediência a que a personagem voluntariamente se sujeitara” (A. Branco 1998: 249). A partir daqui, o biografado vai, definitivamente, dar início à actividade militar que fará de si o herói guerreiro fortíssimo, admirado pelos seus e temido pelos adversários⁹, guiado sempre pelo “seu intenso desejo de provar a coragem e a mestria” (A. Branco 1998: 251) e com a motivação de “ganhar nome e fama, sem quebra do serviço ao rei” (A. Calado 1991: LXXVIII).

Sendo, desde o início, apresentada uma criança-prodígio, com um manacial de capacidades invejável, a biografia desenvolve-se no sentido de comprovar na prática tudo aquilo que o biografado sempre tivera em si:

“o objectivo da biografia é, de facto, apresentar um herói que nada precisou de aprender, porque as suas qualidades guerreiras eram inatas e, em

⁹ A. Branco acrescenta que o herói “conseguiu acabar por inspirar o respeito e o medo do adversário e a coragem e autoconfiança dos seus companheiros” (1998: 322).

determinadas circunstâncias, imediatamente reconhecíveis pelos seus pares”
(A. Branco 1998: 256).

Deste modo, aliando-se à causa do Mestre de Avis, Nuno Álvares dá início a uma série de grandes actos militares que culminarão na batalha de Valverde e na sua apoteose como herói incontestável.

A imagem que se pode retirar da análise da narração dos feitos de Nuno Álvares apresenta duas vertentes que estão intimamente ligadas: o cavaleiro militarmente temível e o homem virtuoso, temente a Deus, que exprime sentimentos profundos e louváveis. Aproveitemos as análises de A. Branco e A. Calado para esquematizarmos a imagem que nos é legada pela *Crónica do Condestável* e que serviu de fonte para posteriores caracterizações do herói:

Cavaleiro	Homem virtuoso
<ul style="list-style-type: none"> - valente ; - obediente às ordens que vinham dos reis: respeitava as hierarquias (desde que elas não impedissem a possibilidade de se exprimir como cavaleiro); - ambicionava tornar-se notável, ganhar fama e honra ao serviço do rei(no); - desejava, acima de tudo, batalhas e condições para se expressar militarmente; - tinha qualidades de chefia que o sobrepunham à indiferença e cobardia de alguns; era um bom líder; - sábio da arte de combater; - impaciente, sempre que o mundo tentava impedi-lo de participar numa batalha; - corajoso e firme a combater; - sempre que era objecto de uma ofensa grave, reagia em consonância; - a sua lealdade ao rei era inquestionável; 	<ul style="list-style-type: none"> - tinha sentimentos humanos que o moviam à piedade; - revelava um grande sentimento religioso; - praticava a caridade e a generosidade; - dava agasalho aos que necessitavam; - era humilde, respeitava o progenitor e os reis; - era superior, pela inteligência e pela fé, aos presságios e agouros que a sua época respeitava e temia; - respeitava religiosamente os seus juramentos, assim como os objectos de culto; - aplicava a justiça com o maior rigor; - tinha a capacidade do perdão e da benevolência; - era clemente com os inimigos.

<ul style="list-style-type: none"> - era incondicionalmente fiel à causa portuguesa, era um “verdadeiro português”; - todos aqueles que agiam sob as suas ordens deviam o seu sucesso à energia que dele emanava; - tinha autonomia como chefe militar; - os seus sucessos bélicos traziam-lhe sempre muitos benefícios; - retirava prazer da actividade guerreira; - era perseverante; - inspirava respeito e medo do adversário e coragem e autoconfiança dos seus companheiros. 	
---	--

Fonte: esquema elaborado a partir de A. Branco 1998: 185, 190, 239, 245, 256, 268, 312, 320, 322; A. Calado 1991: LXVIII, XCVII, CXVIII, CXVIX.

Estas duas facetas, como disse anteriormente, estão intrinsecamente ligadas, visto que Nuno Álvares “procura atingir ideais decorrentes da cavalaria cristã de modo a conseguir ser melhor cavaleiro” (A. Branco 1998: 268). É neste ponto que a vertente militar e a religiosa se tocam. Na *Crónica do Condestável*, a exaltação das virtudes deste homem temente a Deus justifica-se por essa razão e nunca com o intuito de alegar a santidade do biografado. Apesar de o autor atribuir as vitórias de Nuno Álvares à intervenção divina, não explora em demasia a vertente religiosa; a religiosidade manifesta-se antes, aquando e depois das acções militares, sendo essas realmente descritas com minúcia (cf. A. Calado 1991: XCVIII).

Juntas, as vertentes compõem, na biografia, o seguinte retrato do herói :

“cavaleiro e senhor que, predominantemente só, perfaz a imagem do herói devoto e imaculado que, por entre dificuldades e reveses, mesmo desertado pelos seus homens ou contrariado nos seus planos, encontra sempre a força necessária para continuar e vencer” (T. Amado 1991: 227).

O capítulo 80 pode ser considerado como o epílogo da obra, onde o autor, através de uma enumeração de actos do Condestável, reúne num só capítulo toda a vertente religiosa e de serviço a Deus do biografado. Deste modo, há uma separação nítida das duas dimensões que guiaram a vida do herói, a guerreira e religiosa. A. Branco sugere que o modo como o autor justifica a inserção deste capítulo “denota uma sensação de incompletude da biografia, por não ter incidido suficientemente sobre o fervor religioso do protagonista. Por isso, decidiu o autor arrumar esta matéria numa parte distinta da crónica” (1998: 74).

Este capítulo resume as virtudes morais de Nuno Álvares Pereira: castidade voluntária (como opção sacrificial), devoção às causas religiosas, despojamento dos bens materiais, caridade, piedade e humildade (cf. A. Branco 1998: 75). Deste modo, o autor concentra-se única e exclusivamente no relato da sua excelência espiritual, sem ligações aos actos militares, mostrando-nos a vertente puramente religiosa do Condestável.

O facto de ter separado estes relatos do resto da obra evidencia, por parte do autor anónimo, uma “opção geral que subalterniza a santidade do herói, apenas aludida, à sua dimensão guerreira e senhorial” (A. Branco 1998: 76).

4. Nuno Álvares na *Crónica de D João I*

Fernão Lopes utilizou a *Crónica do Condestável* como fonte privilegiada para a produção das suas crónicas. No entanto, o cronista régio não se limitou a copiar a sua fonte, pois podemos verificar na sua obra modalidades de diferenciação: citação desmentida; reprodução fiel com acrescentos de intuito clarificador; dramatização do diálogo (cf. T. Amado 1991: 169-170 e 172). De todo

esse trabalho de enriquecimento textual por parte de Fernão Lopes resultou um retrato de Nuno Álvares Pereira bastante diferente do composto pelo autor anónimo.

Enquanto que na crónica biográfica nos é apresentada uma personagem que não tem de aprender nem aperfeiçoar nada, Fernão Lopes dá-nos a imagem de um homem que gradualmente vai melhorando e atingindo níveis de excelência e perfeição. Assim “o cronista régio vai arquitectando a representação da personagem num sistema de progressão” (A. Branco 1998: 178). É apresentado, deste o início, a imagem de um herói predestinado¹⁰ (cf. T. Amado 1991:227). Tal facto verifica-se logo no momento em que Nuno Álvares nasce:

“Outros scprevem isto [Pedro Álvares seria o grande herói da família] per contrario, e desta opiniom nos praz mais, dizemdo que em casa deste Prioll dom Alvaro Gomçallvez, amdava huñ gram leterado e mui profumdo astrollogo, que chamavam meestre Thomas. E per este comtom que soube o Prioll, que huñ de seus filhos avia de seer veemçedor de batalhas, e que este era NunAllvarez Pereira” (*Crónica de D. João I*, Primeira Parte, cap. 33, pp. 66-67).

Fernão Lopes introduz pela primeira vez a personagem de Nuno Álvares Pereira na *Crónica de D. Fernando*, onde o cronista não se preocupa em nos apresentar com detalhe o jovem que vai diante do rei D. Fernando, pois Nuno Álvares desempenhará nesta crónica um papel secundário e o cronista régio pretende que a sua imagem fique veiculada à de D. João e não à de D. Fernando (cf. A. Branco 1998:179)¹¹. É no primeiro volume da *Crónica de D. João I*, mais precisamente no capítulo 31, que Nuno Álvares nos é apresentado e, desta vez, é-lhe dedicado um capítulo exclusivo, em que o autor “faz um prólogo à história dos feitos de Nun’Álvares” (T. Amado 1991: 69). A simples existência deste texto

¹⁰ Segundo L. Rebelo, “[a] conduta do Mestre de Avis e o destino de Nuno Álvares são encarados [...] à luz de um providencialismo que os marca diferentemente” (1983: 57).

¹¹ Ver também considerações de A. Calado (1991: CL-CLI).

faz antecipar a importância que esta personagem irá ter ao longo da crónica, a quem Fernão Lopes fará sempre justiça.

O capítulo 31 pode dividir-se em duas partes: numa primeira desenvolve “o tópico hagiográfico da perfeição moral do biografado” e numa segunda “evoca a virtude moral e cavaleiresca dos seus actos” (T. Amado 1991: 69). Segundo a autora citada (1991: 70), neste texto, ao recuperar o termo “prologo”, Fernão Lopes recupera o seu estatuto de autor da história, lembrando as questões acerca da veracidade que havia mencionado no prólogo da obra. A sua intenção seria a de preparar para o relato que se seguia um público bastante diverso, de que constavam tanto admiradores, do Condestável, como detractores da sua imagem (cf. T. Amado 1991: 74)¹².

Através do estudo completo e exaustivo de T. Amado (1991), podemos desenhar a figura de Nuno Álvares Pereira veiculada na *Crónica de D. João I*. Esta caracterização pode ser feita tendo sempre em conta o binómio D. João/Condestável, isto é, o contraste estabelecido entre estas duas personagens contribui para a construção das suas caracterizações na crónica de Fernão Lopes. Vejamos:

¹² A autora alerta, ainda, para os cuidados que Fernão Lopes terá achado necessários a ter, tendo em conta o público difícilíssimo que iria ler a sua crónica. Verifica-se aqui, por parte do cronista, uma excepcional consciência da importância da sua crónica para a fixação da História. Ver também A. Branco (1998: 166-167).

D. João

Nuno Álvares

- tem o mérito de se oferecer para ocupar um lugar de senhor que, à partida, se apresenta no texto mais como um risco do que como um privilégio

- é o executor dos trabalhos concretos de conquistar, resistir, matar e vencer

- o principal valor que tinha a defender era a sua própria presença e por isso era, por vezes, necessário que não agisse (não ia, não fazia, não se expunha)

- era quem estava destinado a cumprir a missão de agir (ia, fazia, expunha-se)

- revela prepotência inapelável no tratamento dos inferiores

- dá mostras de justiça e capacidade de perdoar

- é cortês e prudente em ocasiões politicamente delicadas

- é severo e impaciente nessas situações

- caracteriza-o a incerteza

- caracteriza-o a determinação

- erra, deixa-se trair e enganar, perde oportunidades, exagera castigos

- exhibe e reafirma constantemente a perfeição



os defeitos aproximavam-no dos outros



a excelência das virtudes afasta-o das outras personagens

- tinha de ser rei

- foi quem concretizou a exequibilidade de tal projecto

- devia e soube manter a paz

porque

- soube ganhar a guerra

- a sua fraqueza, o medo e inépcia não tiveram consequências mais desastrosas e puderam servir à protecção da sua pessoa

porque

- se excedeu em coragem, força e eficiência combativa

- mais do que subalterno, Nuno Álvares apresenta-se como um verdadeiro duplo → complementaridade na chefia política e militar do reino;

- é estabelecida uma relação de total dependência do mestre: Nuno Álvares Pereira era o braço que agia para garantir a cabeça (rei), esta não podia ter a veleidade de se intrometer no seu campo próprio, o da acção pura;

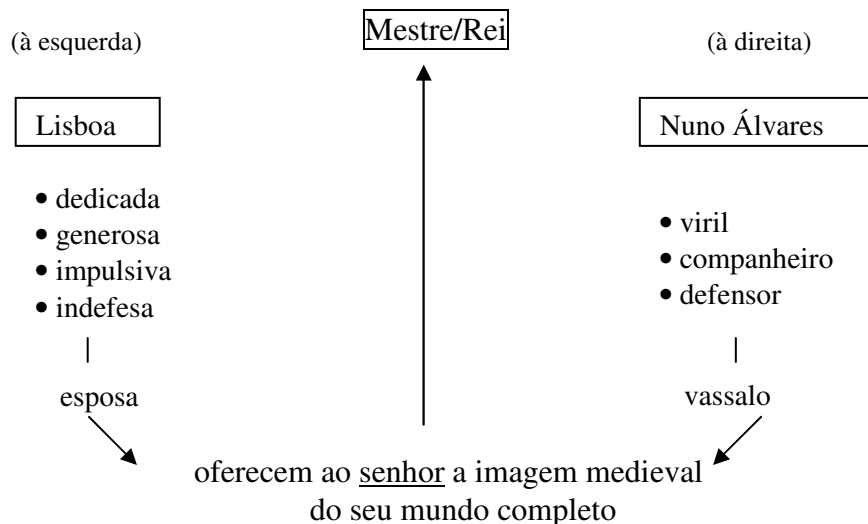
- o Condestável foi essencial e indispensável para a execução do projecto do Mestre → Fernão Lopes põe Nuno Álvares ao mesmo nível do rei da crónica.



“Nun’Álvares é, para além do próprio D. João, a figura mais necessária da *Crónica*, aquela cuja ausência ou diferente comportamento nos é forçado acreditar que teria resultado num diferente rumo dos acontecimentos, logicamente pior, visto que o seu autor se esforça por mostrar que foi encontrada a melhor das soluções” (T. Amado 1991: 64 e 65).

Fonte: esquema elaborado a partir de T. Amado 1991: 42, 60, 64 e 128.

Uma outra presença bastante importante na crónica em questão é a da cidade de Lisboa, pois é estabelecida desde o início uma identidade perfeita entre a população da cidade e o Mestre (cf. T. Amado 1991: 38). Logo, o “universo” que Fernão Lopes sugere na sua crónica, de acordo com a análise de T. Amado (1991:43), pode ser esquematizado do seguinte modo:



Segundo a autora citada, o ideal de nobreza e cavalaria que Fernão Lopes alia à personagem Nuno Álvares, provavelmente inspirado pela *Crónica do Condestável*, acabou por servir “o seu desígnio de resgatar do passado os valores que podiam obstar à degeneração do presente que, a seus olhos, alastrava com mais ímpeto justamente na classe nobre” (T. Amado 1991: 59). É interessante verificar esse facto, pois significa que, logo na Idade Média, foi feita nesta crónica uma apropriação ideológica da figura de Nuno Álvares, para que este homem servisse de exemplo e inspirasse acções louváveis.

Como fazia prever o capítulo 31, o tópico da religiosidade do Nuno Álvares foi ricamente explorado por Fernão Lopes. Além das características de bom líder militar, que a *Crónica do Condestável* já havia exemplificado abundantemente, Fernão Lopes vincou bastante a faceta de santo. É construída uma imagem em que se denota que “[a]lém da guerra e da defesa de D. João, só a devoção o apaixona” (T. Amado 1992: 45). Este homem merece a admiração dos outros, por reunir em si uma série de características humanas louváveis: afabilidade do seu trato com toda a gente, simplicidade com que não se poupa a privações, consideração que lhe merecem os seus homens, justiça que pratica e exige ver praticada, lucidez com que ajuíza os homens e as situações (cf. T. Amado 1992: 44).

T. Amado (1991: 85-89) fez uma análise das partes exclusivas da *Crónica de D. João I*. Para o presente estudo interessa-nos enumerar os capítulos que contribuem para a construção da figura de um herói santo:

- Primeira Parte:

- capítulo 88: descrição da bandeira mandada fazer por Nuno Álvares; carta do Mestre dando-lhe poderes, incluindo, a seu pedido, o de distribuir os bens dos inimigos e conceder outros favores;

- capítulo 159: alegoria do “evangelho portugueses”: Mestre – Cristo; Nuno Álvares, o mais valioso e fiel vassalo – S. Pedro;

- capítulo 193: descrição das virtudes guerreiras morais e religiosas de Nuno Álvares. O carácter político e patriótico do seu empenhamento e a componente piedosa da sua personalidade são realçados através da comparação com os romanos.

- Segunda Parte¹³:

- capítulo 198: costumes do Condestável na guerra: exemplos de actos que revelam o homem bom que Nuno Álvares era;

- capítulo 199: costumes do Condestável em tempo de paz; vocação para a santidade.

A propósito do capítulo 198 da Segunda Parte, é relevante referir que, no início do mesmo, o autor apresenta explicitamente a intenção do dito capítulo, que é, precisamente, mostrar um ideal de conduta que possa servir de exemplo para as gerações vindouras¹⁴:

“Nã soo por louvor delle que o bem merece, mas por ser exempro aos que ham de vir, mormente aos que su lugar e officio tiverem” (p. 447).

T. Amado conclui que Fernão Lopes utilizou, de facto, fontes de carácter hagiográfico na construção da história de Nuno Álvares (cf. 1991: 89). Aliás, L. Rebelo aponta como uma das possíveis razões para Nuno Álvares surgir “já nimbado de uma auréola de santidade” (1983: 57) a natureza das fontes utilizadas pelo cronista régio.

¹³ T. Amado (1991: 88) refere-se aos capítulos que se seguem como sendo os 199 e 200, uma vez que para o seu estudo utilizou uma outra edição da crónica.

¹⁴ Este é um exemplo da apropriação ideológica efectuada por Fernão Lopes, que, conforme explicitado pelo autor da *Crónica do Condestável*, é comum nos autores que se dedicam à apresentação da vida dos heróis, ver *supra* p. 22.

O relato do episódio da oração de Nuno Álvares na batalha de Valverde é um exemplo revelador do processo que Fernão Lopes utilizou para expandir a vertente religiosa de Nuno Álvares, pouco explorada na *Crónica do Condestável*. A descrição da crónica biográfica, (capítulo 54), é muito sucinta e breve: Nuno Álvares ajoelhou-se a rezar, as pedras e as setas eram muitas; a sua gente gritava para que se despachasse e não os deixasse morrer; o Condestável não reagia; quando acabou de rezar, levantou-se rijamente, contente, dando ordens para que avançassem, (o autor anónimo utiliza 18 linhas para o relato). Fernão Lopes, como habitualmente o faz no modo como utiliza as fontes, expande muitíssimo a descrição da cena, (capítulos 56 e 57, da Segunda Parte), nomeadamente a parte da oração propriamente dita, assim, o seu relato contempla as seguintes fases: série de interrogações retóricas acerca da estranheza do que se vai relatar; o exército português viu-se sem o seu líder e a ser atacado por muitas lanças; enviaram um homem a cavalo para o ir buscar; o homem foi procurá-lo; Nuno Álvares foi encontrado a rezar (fala de Nuno Álvares, pedidos do cavaleiro, reflexões do narrador acerca da situação – comparação de Nuno Álvares com Moisés); o Condestável acabou a oração e começou a lutar, (Fernão Lopes utilizou 65 linhas para o relato). É com estas dilatações das manifestações religiosas de Nuno Álvares que o cronista régio constrói uma representação do herói diferente da veiculada pela crónica biográfica.

Sobre este tópico, A. J. Saraiva acrescenta que, na crónica de Fernão Lopes, “Nun’Álvares é um herói hagiográfico, tratado à maneira dos sermões dos pregadores das vidas de santos” (1993: 193), o Condestável era não só um homem de extrema devoção, que prestava um culto fervorosíssimo à Virgem Maria, como

ainda “[i]mpunha aos seus soldados um comportamento rigoroso de ordem moral e religiosa” (1993: 212).

Outra estratégia que Fernão Lopes utilizou para revestir Nuno Álvares dessa auréola de santidade foi associar a luta contra Castela a uma imagem de guerra santa (cf. T. Amado 1991: 41). Assim, é feita “uma equiparação notável: a dos «inimigos» do mestre com os «Mouros», inimigos da fé” (A. J. Saraiva 1993: 172). A utilização deste artifício retórico serve como mais um meio de legitimar a causa nacional, que, em última análise, era santa.

Por tudo o que foi apontado, torna-se evidente que a construção que Fernão Lopes faz da imagem de Nuno Álvares é distinta da que a crónica biográfica faz:

“Fernão Lopes contrapõe uma construção mais complexa: o herói cavaleiro impávido e santo, já transfigurado por uma fama mítica, praticante incansável de devoções quotidianas, que controla todas as situações, prevê e vence todos os perigos, convence amigos e inimigos e tem sempre a palavra certa e oportuna, incarna no jovem escudeiro que progressivamente se faz grande fidalgo, chefe guerreiro que sabe assegurar a dedicação absoluta dos seus homens, de coragem inabalável e ao mesmo tempo prudente e astuto, vassalo fidelíssimo e orgulhoso, detentor de um poder merecido e não herdado, que se arrisca de maneira total na guerra e obtém a vitória para o rei, mas não sabe acomodar-se à subalternidade que a paz põe a descoberto” (T. Amado 1991: 228).

Em suma, do estudo das crónicas medievais ficamos com a imagem de Nuno Álvares Pereira como um homem que, graças a circunstâncias excepcionais, conquistou uma posição invejável:

“não era rei, mas o rei devia-lhe a coroa; não herdara grandes bens, mas os que tinha por doação eram-lhe devidos, porque ele era o principal conquistador de terra do Reino. Só Deus mandava nele, só perante Deus respondia” (A. J. Saraiva 1993: 216).

5. A questão da identidade nacional

Uma das facetas de Nuno Álvares que, para sempre, ficou ligada à sua imagem foi a dedicação à defesa de Portugal como país independente de Castela, lutando sempre pela sua autonomia. Todas as invocações que se seguiram, todas as apropriações da sua figura, que serão estudadas neste trabalho, mostram que este herói se tornou um símbolo do sentimento nacionalista português. Dada a importância dessa vertente, é pertinente que nos debruçemos um pouco sobre ela.

É, de facto, prematuro falar de nação quando nos referimos ao Portugal do século XIV, como A. Smith afirma,

“[p]ara a maioria dos eruditos, o nacionalismo, como movimento e ideologia, pode ser datado do século XVIII. Antes do período que levou à Revolução Francesa, encontramos apenas expressões fugazes de um sentimento nacional e vagas insinuações das ideias centrais do nacionalismo, com relevo para a autonomia de nações culturalmente características. Mesmo a nação é uma construção puramente moderna”¹⁵ (1997: 63).

O autor citado tem, no entanto, a noção de que este ponto de vista, sendo por certo verdadeiro, parte de um princípio restritivo, que se baseia num único critério: “a inclusão de massas e mulheres é decisiva para a determinação do aparecimento e da presença da nação” (1997:64).

Por seu lado, G. Hermet (1996: 58) afirma que para o processo de construção da ideia de nação contribuíram os levantamentos populares a partir do século XIV, na Europa¹⁶. A natureza dessas insurreições passou de uma “lógica apocalíptica e anárquica a uma outra lógica cívica, visando o estabelecimento de uma autoridade assente no consentimento do povo” (G. Hermet 1996: 58).

¹⁵ Sobre este assunto, ver o estudo interessante e completo de E. Hobsbawm (1998:19 a 43).

¹⁶ Também J. Monteiro (1988: 37) considera que “a nação nasce nos séculos XIV e XV”.

Vejam agora os aspectos fundamentais da identidade nacional, são eles, segundo A. Smith (1997: 28): 1) um território histórico ou terra de origem; 2) mitos e memórias históricas comuns; 3) uma cultura de massas pública comum; 4) direitos e deveres legais comuns a todos os membros; 5) uma economia comum, com mobilidade territorial para os membros¹⁷. Portugal, na crise de 1383/85, possuía já alguns destes aspectos: tinha um território definido; já tinha uma História consideravelmente enaltecida (já tinha tido nove reis, que juntos reuniam um conjunto de características que eram património dos portugueses: D Afonso Henriques fora um grande herói militar, D. Dinis contribuiu para o desenvolvimento da língua e culto da poesia, D. Fernando fora um bom administrador, visto ter implementado leis e medidas de significativa importância); havia já um legado de memórias¹⁸, tradições, lendas (por exemplo, a batalha de Ourique)¹⁹, feitos históricos facilmente reconhecíveis pelos habitantes do território português²⁰.

Reunidas estas condições que, aliadas, contribuem para a construção de uma identidade nacional, surge o nacionalismo, que se pode definir como:

“le souci prioritaire de conserver l’indépendance, de maintenir l’intégrité de la souveraineté et d’affirmer la grandeur de cet État-nation” (R. Girardet 1983: 9).

Em Portugal, as guerras Fernandinas e a crise de sucessão terão contribuído para uma alteração de mentalidades, tendo desenvolvido “[o] lado afectivo da consciência de pertença” (J. Mattoso 1993: 391), uma vez que “[a] revolução e a

¹⁷ Ver considerações de J. Mattoso (1988: 220).

¹⁸ J. Mattoso (1988: 219) considera que “a memória das acções colectivas constitui o principal fundamento da consciência nacional”.

¹⁹ Acerca desta lenda, ver o interessante estudo de L. Cintra (1957).

²⁰ A. J. Saraiva contribui para um esboço da situação e ideologia dominantes em Portugal nesta época (1993: 180).

crise de 1383-1385 devem ter desempenhado neste processo um papel extremamente importante, ao transformarem as guerras com Castela num problema nacional” (J. Mattoso 1986: 47)²¹. É, de facto, notório, através da leitura das crónicas em foco, a existência de um sentimento partilhado por todos os portugueses, incluindo Nuno Álvares, que na crise de 1383/85 lutaram avidamente pela autonomia de Portugal e, correndo o risco de incorrer num determinismo retrospectivo, tal sentimento não poderá ter hoje outra denominação senão “sentimento nacionalista”.

Comecemos pela *Crónica do Condestável*, em que o autor utiliza a expressão “verdadeiros portugueses”, que tem como função designar os “portugueses que de alma e coração se empenharam na independência nacional através de uma indefectível lealdade ao Rei e à sua Pátria” (A. Calado 1991: XCVIII). Ora, o autor anónimo, segundo A. Calado, colocou-se na posição de ser um desses verdadeiros portugueses (p. XCVIII), esse facto terá contribuído para a construção que fez da imagem de Nuno Álvares, como exemplo máximo do verdadeiro português. Deste modo, o seu sentimento nacionalista terá sido um aspecto impulsionador para a caracterização do herói, que para sempre ficou associado à defesa do país do inimigo estrangeiro.

Fernão Lopes, tendo também utilizado a mesma expressão, seguiu igualmente a mesma linha de pensamento, pois, de acordo com a narração do cronista régio, a força que comanda a movimentação dos protagonistas é o desejo

²¹ J. Mattoso acrescenta, ainda, que “[a] noção de ser português forma-se a partir da consciência de ser diferente dos que, por essa razão, o consideram inimigo e o ameaçam colectivamente” (2002: 177).

de preservação da independência de Portugal (cf. T. Amado 1991: 27)²².

É nesta época que surge um direito novo, a adicionar ao direito dinástico, ainda não legitimado, que era precisamente o direito que as populações tinham de “recusarem um senhor de outra nacionalidade e etnia e de optarem por um senhor seu «natural»” (A. J. Saraiva 1993: 168).

No meio de toda essa movimentação política e ideológica, encontramos, em ambas as crónicas, Nuno Álvares como representante máximo desse sentimento que une todos aqueles que com ele lutam. Desse modo, o autor anónimo não se coíbe de apresentar em discurso indirecto as palavras do biografado para a sua mãe:

“Deos nom quisesse que por dadivas e largas promessas elle fosse contra a terra que o criara, mas que ante despenderia seus dias e espargeria seu sangue por emparo dela” (*Crónica do Condestável*, cap.19, p. 45).

É precisamente quando Nuno Álvares decide juntar-se ao Mestre, que se começa a manifestar a sua opção “pelo amor da terra contra o dos irmãos” (T. Amado 1991: 104). Acerca desta opção feita pelo herói, L. Rebelo afirma que, através da sua obra, podemos verificar que Fernão Lopes

“considera o patriotismo, a sujeição de todas as vantagens pessoais aos interesses soberanos da comunidade, incluindo o sacrifício do afecto familiar, se tanto necessário for, não só como a virtude do bom cidadão, que faz o herói, como a condição *sine qua non* da existência da personalidade carismática” (1983: 50).

Segundo A. Smith, os membros de uma comunidade utilizam símbolos — bandeiras, moedas, hinos, uniformes, monumentos e cerimónias — como meio de

²² A. J. Saraiva acrescenta que, em Fernão Lopes, “ser «verdadeiro português», ter amor à terra e não desejar a sua destruição, é uma razão «de coração», um sentimento natural” (1993: 170), esta afirmação está directamente relacionada com o episódio em que Nuno Álvares está a convencer Martim Afonso a entregar o Castelo.

recordarem a sua herança comum e as suas características culturais, sentindo-se, com o apelo a tais memórias, “fortalecidos e exaltados pela sensação de identidade e pertença comuns” (1997: 31). Ora, a partir de tais considerações pode-se dizer que Nuno Álvares reúne em si uma série de referências que o ligam imediatamente a essa herança comum, referências essas, algumas já existentes na Idade Média, outras posteriores. Vejamos: a bandeira do Condestável era reconhecida por todos como símbolo da sua força e fé; há no romanceiro português exemplos de romances dedicados ao Santo Condestável²³, há também um hino, datado de finais do século XIX, que exalta as suas qualidades²⁴; foram construídos edifícios²⁵, túmulos²⁶ e estátuas²⁷ em sua memória; foram pintados retratos seus, o que fez com que a sua

²³ Podemos encontrar, por exemplo, no *Romanceiro Geral Português*, de Teófilo de Braga, “Endechas ao Condestavel” e “Építaphio do Condestavel”. Oliveira Martins (1984: 309-310) transcreve canções que eram cantadas nas romarias ao túmulo de Nuno Álvares.

²⁴ Ver *Hymno a D. Nun’Alvares Pereira*, que se encontra na secção de Música da Biblioteca Nacional.

²⁵ E. Leal enumera-os: Capela de São Jorge, em Aljubarrota; Mosteiro de Santa Maria da Vitória, na Batalha; Igreja e Convento de Santa Maria do Vencimento do Carmo; Capela da Venerável Ordem Terceira do Carmo e Igreja do Santo Condestável (cf. 1999:69-70).

²⁶ Veja-se a descrição exaustiva, feita por E. Leal, das várias transladações dos restos mortais do Condestável para diferentes túmulos, desde o momento em que morreu e foi enterrado numa sepultura rasa no meio da capela-mor da Igreja do Convento do Carmo, no século XV, até a 1951, quando as suas ossadas foram transferidas para a Igreja do Santo Condestável, sendo que o seu cenotáfio foi instalado em 1966 no Panteão Nacional (cf. 1999: 70-72).

²⁷ Foram construídas as seguintes estátuas: a primeira estátua pedestre deveu-se a Victor Bastos e integra o monumento panteónico do Arco da Rua Augusta, em Lisboa, inaugurado em 1873; na Exposição do Mundo Português de 1940, podia encontrar-se no Pavilhão da Independência um baixo-relevo consagrado a Nuno Álvares; António Nobre construiu, em 1966, uma estátua, também pedestre, colocada no Panteão Nacional de Santa Engrácia, em Lisboa, representando um monge carmelita; Leopoldo de Almeida construiu, também em 1966, uma estátua equestre erguida ao lado do Mosteiro da Batalha; em 1981 foi inaugurado, junto do Castelo de Vila Nova de Ourém, um monumento ao guerreiro medieval (cf. E. Leal 1999: 72-77).

iconografia seja significativa²⁸; foram produzidos selos²⁹ e notas³⁰ com a sua figura; foram realizadas ao longo dos tempos inúmeras peregrinações e romagens ao túmulo de Nuno Álvares, assim como festas em honra do Santo Condestável e comemorações centenárias (da Batalha de Aljubarrota, do nascimento de Nuno Álvares e da sua morte), sendo que no Estado Novo as cerimónias assumiam um estatuto de festejo nacional³¹.

Deste modo, Nuno Álvares Pereira é, ele próprio, uma herança, uma identidade com a qual os portugueses se identificaram por muitos séculos, reconhecendo nesse herói a sua própria “pátria”, a sua “nacionalidade”.

²⁸ Júlio Dantas, no seu prefácio à obra *Nun'Álvares: subsídios para a iconografia do Grande Condestável*, refere que “[r]etratos directos, não resta nenhum. Cópias do original perdido, há muitas. Como se sabe, o único retrato autêntico, mandado pintar pelo Duque de Bragança D. Afonso antes de Frei Nuno morrer, ardeu no terramoto de 1755” (195-: 5). A obra citada apresenta retratos do Condestável de desde o século XVI até ao século XVII.

²⁹ E. Leal refere que “[n]o âmbito das comemorações do V Centenário da Morte de Nuno Álvares em 1931, a Administração-Geral dos Correios fez a série especial «D. Nuno Álvares Pereira», constando de seis selos com a sua gravura de guerreiro, idêntica à que tinha surgido impressa na *Crónica do Condestabre* (ed. de 1526)”; em 1928 foram produzidos seis selos com uma gravura intitulada de *Nuno Álvares Pereira na Batalha dos Atoleiros*, finalmente, é-lhe dedicado o quinto selo da série de oito intitulada «Fundação da Dinastia de Avis», em 1949 (1999: 67-68).

³⁰ Segundo S. Matos, “[a] nota de 5000 réis, emitida em 20-X-1901, tinha um friso ao alto com seis figuras (entre elas, Nuno Álvares Pereira [...])” (1998: 134).

³¹ Ver E. Leal (1999: 77-85).

II

Século XVII

[...] *Não deixes que te domem.
É possível viver sem fingir que se vive.
É possível ser homem.
É possível ser livre livre livre.*

Manuel Alegre, *O canto e as armas*

1. Portugal no período dos Filipes

O período em que reinaram os reis espanhóis em Portugal¹ pode ser considerado como uma prova à solidez da identidade nacional, que se vinha desenvolvendo e fortalecendo desde a Idade Média.

Em termos políticos terá sido, de facto, um período de ruptura, embora não deva ser descrito em termos tão catastróficos como posteriormente o foi: “longa noite”, “submissão” e “cativeiro” (cf. J. V. Serrão 1979: 11). Economicamente, não havia muitas dúvidas da vantagem que era para Portugal ter a protecção de um rei poderoso, pois era disso que o comércio oriental necessitava naquele momento; deste modo, o regime de Monarquia Dual foi visto, em 1580, por muitos, como a “solução imposta pelo direito e pelo bom senso” (J. H. Saraiva 1983^a: 402).

¹ Não designarei de Dinastia Filipina pelas razões apontadas por J. V. Serrão (1979: 11): “[o]s três monarcas nunca habitaram Portugal, nem estabeleceram com ele laços de sangue. [...] Governaram à distância e sem vinculações de ordem familiar ou sentimental”.

Na verdade, Filipe II quis, desde o início, para sossegar os ânimos mais exaltados, mostrar “que não vinha a Portugal como invasor, mas como legítimo herdeiro da coroa que pertencera a seu avô D. Manuel I” (J. V. Serrão 1983: 561). Para isso, nas cortes de Tomar, fez uma série de promessas que visavam a manutenção de privilégios, mercês e graças dos habitantes do reino (cf. J. V. Serrão 1983: 562).

No entanto, o incumprimento de muitas das suas promessas fez com que a sua morte não fosse sentida entre os portugueses, “[p]ara muitos, era o princípio do desencanto por uma política que do ponto de vista interno se traduzia em pesados encargos e sacrifícios para Portugal”(J. V. Serrão 1983: 566). Talvez por isso, vários escritores aproveitassem o ensejo para reeditar obras historiográficas, “como se a morte do rei e a sucessão de um príncipe jovem [...] revelasse as fragilidades da monarquia e criasse as condições para a emergência de uma consciência nacional” (D. Curto 1993: 373).

Os posteriores reinados Filipinos foram, de facto, pouco benéficos para o país e contemplaram tentativas de acabar com a autonomia portuguesa. Todo um conjunto de factos desvantajosos para Portugal (aumento de impostos, crise provocada pela peste de 1599, maus anos agrícolas) contribuiu para um aumento da hostilidade da população contra Espanha (cf. J. V. Serrão 1983: 567).

Houve, no entanto, grupos que, dominados pelo sentimento nacional, desde o início, ofereceram resistência, nunca aceitando de bom grado a presença de reis espanhóis em Portugal. Faziam parte desses grupos

“alguns membros da nobreza, homens dos mesteres e dos ofícios, muitos sacerdotes, membros das ordens religiosas e, na sua quase totalidade, o povo humilde das cidades, vilas e campos” (J. V. Serrão 1983: 562).

Foram eles que mantiveram sempre aceso o desejo de voltar a ter um Portugal governado por portugueses e foi esse sonho que lhes deu alento e permitiu a Restauração em 1640.

1.1. Textos épicos

Durante os reinados dos Filipes foi privilegiada a produção de textos épicos em Portugal. Essa opção também se verificou, simultaneamente, em Espanha, visto que nos séculos XVI e XVII “se escribieron alrededor de doscientos poemas épicos de tema religioso, histórico y literario” (I. Lerner 1993: 9). O autor citado atribui esse facto ao Renascimento, com a difusão de obras e géneros da literatura clássica, e também à produção, em Itália, de obras como *Orlando Furioso*, de Ariosto.

Ora, os autores portugueses do século XVII seguiram também a moda e, tendo, na maior parte das vezes, como base e inspiração *Os Lusíadas*, de Luís de Camões, muitos foram os que optaram por este género para cantar os feitos dos portugueses, invocando, assim, as glórias passadas deste povo. Verificou-se em Portugal o mesmo fenómeno que na vizinha Espanha:

“la creación de nuevos poemas de contenido histórico relacionados con el pasado nacional [...]. Las hazañas guerreras de las armas españolas ofrecían, pues, tema propicio para el desarrollo vernáculo del género, en la variante renacentista” (I. Lerner 1993:10).

Dada a conjuntura política que Portugal vivia nos primeiros quarenta anos do século XVII, “a épica integra-se, em boa parte, no que podemos considerar *literatura de resistênci*a, que tanto alenta o sentimento de autonomia” (H. Cidade 1997^b: 292). Deste modo, o descontentamento, o desalento, o inconformismo, as saudades e anseios resultantes dos reinados dos soberanos espanhóis “tiveram sua

expressão numa literatura que, mesmo sob a aparência de calmo conformismo, afirmava e exacerbava o sentimento autonomista” (H. Cidade 1997^a: 77). Neste contexto, “com *O Condestabre*, Rodrigues Lobo assume-se como representante da corrente autonomista sob os Filipes” (M. E. Ferreira 1990: 36). Havia, no entanto, paralelamente a expressão popular desse espírito de oposição que se manifestava “ numa poesia satírica, mais carregada de emotividade e de contundência, em que o ódio ao espanhol se traduz[ia] com uma forma visceral” (J. V. Serrão 1983: 771).

Entre as produções épicas do século em questão, “há poemas que, na situação de dependência da Pátria, parecem propositadamente evocar-lhe as glórias que lhe justificam a autonomia” (H. Cidade 1997^b: 292). Além do poema *O Condestabre de Portugal*, de Francisco Rodrigues Lobo, que será alvo de estudo mais pormenorizado no presente trabalho, podemos encontrar poemas que fazem referências, umas mais breves, outras menos, a Nuno Álvares Pereira, exaltando a sua figura emblemática e os ideais por si defendidos num período fulcral da história do país:

- *Ulisseia ou Lisboa edificada*, poema de dez cantos, sobre a fundação lendária de Lisboa por Ulisses, escrito por Gabriel Pereira de Castro em 1636. São feitas breves referências a Nuno Álvares Pereira em dois cantos, sendo que a imagem que veiculam é a do herói guerreiro forte e indispensável para a independência do país. No canto IV, estrofes 96 e 97 (pp. 289 e 290), pode ler-se:

“É João, que a seus pés tem o perfeito
Dom Nuno Álvares Pereira, vivo escudo
Do reino e rei, que o jugo castelhano
Sacode do pescoço lusitano.

Por este a Pátria aflita, libertada,
Estendida, opulenta, enobrecida

A rica idade gozará dourada
Que só será de ferro em ser temida”

Também no canto X, estrofes 53 e 54, nos é apresentado um guerreiro em acção a lutar sozinho contra o inimigo castelhano².

- *Ulissipo*, poema épico de catorze cantos, escrito pelo Dr. António de Sousa de Macedo³, em 1640, relata o encontro entre os portugueses e Ulisses, que é pretexto para que os primeiros contem ao segundo a história do seu país até àquele momento⁴. A restante História de Portugal é relatada através de várias profecias.

Podem encontrar-se referências feitas a Nuno Álvares Pereira no canto X, de onde sobressai a faceta militar do herói, na Batalha de Aljubarrota:

“Na Castelhana gente valerosa
Aquele braço potentoso à fama
Do vitorioso Nuno, hia fazendo
Irreparavel dano, estrago horrendo” (Canto X, p. 130);

assim como a faceta religiosa:

“Os poucos Portugueses vencedores
A gloria dilatavam Lusitana;
E o grande Nuno piamente orando
Os ajudara mais que pelejando” (Canto X, p. 130).

² “Afrontando a Lisboa a grande armada,/ Prenhe da armas, de fogo e guerra dura,/ Aonde os muros seus com mão armada/ A castelhana gente entrar procura,/ E Dom Nuno Álvares, só, forte e constante,/ resiste a tudo, a tudo está diante” (estrofe 53); “Entre muitos vibrava a generosa/ Espada, onde cortava muitas vidas/ Purpurando a praia sanguinosa/ De grão cópia do sangue das feridas” (estrofe 54, p. 717).

³ O mesmo autor publicaria, em 1645, uma obra, em Latim, cujo tema é a questão da luta pela autonomia de Portugal: *Lusitana Liberata ab Injusto Castellorum domínio*.

⁴ Tal como Luís de Camões fizera n’ *Os Lusíadas*, aquando do encontro de Vasco da Gama com o rei de Melinde.

Mas a grande exaltação apoteótica desta figura será feita no Canto XII, onde são enumerados os nomes dos grandes defensores de Portugal, que hão-de pôr um freio ao poder tirano. Nuno Álvares é, então, alvo dos mais rasgados elogios:

“Chegai a ver a maravilha estranha
Que a fama espera, a natureza admira;
Cujo braço já teme a forte Hespanha,
Sô Lisutania seu valor suspira.
Não averà ja mais gloria tamanha
Que o trono tão neste templo acquira;
He do Lysio valor alma primeira
O grande Dom Nuno Alvares Pereira” (Canto XII, p. 159)⁵

2. *O Condestabre de Portugal*, de Francisco R. Lobo

2.1. O autor e a Casa de Bragança

Francisco Rodrigues Lobo nasceu em cerca de 1580⁶, em Leiria, e terá morrido afogado no rio Tejo em 1621 ou 1622.

Estabeleceu laços de convívio com a casa de Bragança, família de quem o pai fora servidor (cf. M. E. Ferreira 1990: 12). A produção de *O Condestabre de Portugal*, provavelmente, terá sido impulsionada por esse convívio⁷:

⁵ O elogio continua na estrofe seguinte: “[s]e vejo que em seu rosto representa/ Toda a virtude, toda a magestade,/ Referirvos, em vam a voz intenta/ O que mais certa a vista persuade./ Já Lusitania, Iá Iberia augmenta/ Na esperança, & temor daquela idade;/ Mas a louvores tais sòmente iguala/ Bello silêncio quando a obra falla” (estrofe 39, p. 159).

⁶ M. E. Ferreira (1990: 11) afirma, no entanto, que a data provável do nascimento do autor é 1574. Optei por apontar a de 1580, pois é a que reúne um maior consenso.

⁷ Há, aliás, quem defenda que o poema épico terá sido encomendado pela família de Bragança, na ocasião do casamento do duque (cf. C. Ferreira 1958: 11); M. E. Ferreira (1990: 14) afirma que “[c]orrespondendo, ou não, a uma encomenda de D. Teodósio, o certo é que o duque recompensou o penegirista”, concedendo-lhe uma pensão no priorado da igreja de S. João da vila de Porto de Mós.

“Desde que estanciou em Vila Viçosa, Rodrigues Lobo ter-se-á ocupado na recolha de material e na redacção do poema épico em louvor da casa de Bragança” (M. E. Ferreira 1990: 14)⁸.

A partir de 1580, a facção da nobreza que era contra a Monarquia Dual, incluindo a Casa de Bragança, para marcar o seu descontentamento, deixara o paço e fora morar nas suas terras, onde surgiram pequenas Cortes (cf. J. V. Serrão 1983: 575). Como foi apontado anteriormente, o autor do poema épico terá vivido muito próximo de elementos da nobreza que se opunham aos reinados dos Filipes, pelo que a sua opinião seria muito semelhante à da Casa de Bragança. Partilhariam, portanto, os mesmos desencantos e desejos de mudança, numa época em que o país estava, segundo Lobo na obra *Corte na Aldeia*, em decadência, pois “não pode haver Corte sem Príncipe” (p. 72). Face a esse cenário desolador, na obra citada,

“o fito do autor parece ser procurar no passado um encorajamento para enfrentar as agruras do presente e formar um novo escol aristocrático que mantivesse acesos os valores da antiga corte portuguesa” (D. Curto 1993: 416).

Foram estas as circunstâncias que serviram de cenário à produção das obras de Rodrigues Lobo, nomeadamente o poema épico que o escritor dedicou a D. Teodósio, duque de Bragança, pai do futuro rei D. João IV, e a obra *Corte na Aldeia*, dedicada ao irmão do duque, D. Duarte, Marquês de Frechilha e de Malagam, ambos seus protectores.

⁸ Segundo a autora, o enaltecimento da Casa de Bragança no poema, além de reflectir a dedicação à família, exprime, provavelmente, sentimentos patrióticos (1990: 12).

2.2. Edições do poema

Foram quatro as edições do *Condestabre de Portugal*: a primeira em 1610, a segunda em 1627, a terceira em 1723 (feita conjuntamente com as restantes obras do autor) e a quarta em 1785 (cf. I. da Silva 1973: 46). Nas pesquisas que efectuei, verifiquei que existem três exemplares na Biblioteca João Paulo II, Universidade Católica de Lisboa, dois de 1627 e um de 1785; três exemplares na Biblioteca Nacional, um de 1610 e dois de 1627, e dois exemplares na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, um de 1610 e um de 1785. Todos estes exemplares contemplam, fielmente, o texto editado em 1610⁹.

No entanto, C. Ferreira (1958: 10) encontrou na Biblioteca da Ajuda dois documentos deslocados em códices de proveniências diversas¹⁰, que, segundo este, constituirão o manuscrito original, escrito pelo poeta Rodrigues Lobo, dedicado ao duque de Bragança D. Teodósio, em 1603. Como C. Ferreira aponta, existem muitas

⁹ À excepção das Dedicatórias, pois a da edição de 1627 é feita por Jorge Rodrigues, enquanto que a de 1610 é feita pelo autor, com a data de 1909. A Dedicatória da edição de 1610 que se encontra na secção dos Reservados da Biblioteca Nacional é a seguinte: “Ao duque D. Teodósio. Esta Historia do valeroso capitão e religioso senhor, o Condestabre D. Nuno Álvares Pereira, por sua deve ser de V. Excelência favorecida, e de todo o mundo respeitada: e posto que fez gloriosos feitos pediam um engenho digno de tão grande empresa, nem o podia haver tal [?] que a merecesse, nem as faltas de meu estilo, lhe podem tirar merecimento: mormente quando V. Excelência lhe puser os olhos, que bastara para que leve “tras si os de todos”, Nosso Senhor guarde a V. Excelência por muitos anos. De Leiria em 20 de Maio de 1909” (F. R. Lobo 1610). Segue-se a transcrição da Dedicatória da edição de 1627: “Ao Duque Dom Theodosio, & c. Não cabe na humildade de minhas forças offerecer serviços a V. Excellência; mas este he por sy proprio de tanta valia, que o não pode fazer menos aceito â incapacidade de quem o offerece. Andavão remotos da memoria dos homens os memoraveis, & heroicos feitos do Condestabre dom Nuno Alvres Pereira, por ter o tempo consumido a ensigne obra de Francisco Rodrigues Lobo, que tão copiosamente os celebrava: sentião todos, como era justo, tão grande perda; porẽ não avia quem se despusesse a darlhe remedio: até que eu (posto q dos mais inferiores) obrigado do zelo commum da honra do Reyno, & do que tenho em particular de servir a V. Excellência tratei de imprimir á minha custa esta obra de novo, com pouco mais cabedal q de bõs desejos; mas o fervor da resolução, & execução delles prevaleceo cõtra as estreitezas do tempo, & contra as que de ordinario me fazem sentir as moderadas posses desta Officina: & pois Deos foy servido favorecerme para levar a impressão ao cabo, seja o tambẽ V. Excellencia de a emparar como cousa sua, & aceitalla como serviço de quem fez mais do que podia, & muito menos do q desejava. Nosso Senhor guarde a V. Excellencia por muitos annos. De Lisboa em 50. de Março de 1627.” (in F. R. Lobo 1627).

¹⁰ “mss. 49-III-70 e 51-VIII-18, fls. 244 a 246” (C. Ferreira 1958:10).

variantes entre este manuscrito e a primeira edição de 1610, essas variantes “resultam de o autor ter emendado, no manuscrito, avultado número de palavras, quer nos versos, quer nos argumentos” (C. Ferreira 1958: 11). A razão que fez com que Rodrigues Lobo, tendo o manuscrito pronto em 1603, só o viesse a publicar anos mais tarde, permanece desconhecida.

2.3. Aspectos estruturais

O poema em estudo é composto por vinte cantos. O número de estrofes, oitavas, por canto varia entre as oitenta e duas e as cento e dezasseis. O esquema rimático é: a b a b a b c c. Cada canto é introduzido por um Argumento que sintetiza, de forma linear, o conteúdo a desenvolver.

O poema respeita as várias partes constituintes da epopeia:

- Proposição (canto I, estrofes 1 a 2):

“Canto as armas reaes, & o firme peito
Do varão Portugues nunca vencido,
Que tanto era na paz aos ceos aceito;
Tanto na guerra foi forte, & temido” (estrofe 1, p.1)

- Invocação (canto I, estrofes 3 a 8):

“Suspenda Apolo a Lyra de ouro fino,
E com as nove irmãs ouça o meu canto,
Que invoco outro favor alto & divino
Outro mayor poder supremo & santo” (estrofe 3, p. 2)

- Dedicatória (canto I, estrofes 9 a 11):

“ E vos principe claro [D. Teodósio], que estais vendo
Neste fiel retrato que offereço
Quem seu nome immortal engrandecendo

A vosso estado deu nome & começo” (estrofe 9, p. 2)

- Narração (restante poema).

2.4. Aspectos semântico-ideológicos

A imagem de Nuno Álvares Pereira apresentada pelo poema não difere em muito da veiculada pelas crónicas medievais. Aliás, em termos do herói guerreiro, as cores com que o seu retrato é pintado são as mesmas utilizadas pelas crónicas, o que leva a crer que estas foram aproveitadas como fontes privilegiadas. Como resultado disso, “Rodrigues Lobo mantém-se fiel à verdade histórica, ao celebrar os feitos guerreiros do herói [...] aludindo também à veneração que o povo lhe tributava como santo” (M. E. Ferreira 1990: 49).

2.4.1. O retrato do herói

Logo no início, o autor do poema deixa explícita a intenção do seu trabalho, que era, precisamente, perpetuar a memória do homem glorioso, que foi Nuno Álvares Pereira, de modo a que seja recordada e tida como referência em tempos de crise, como seria o momento em que a obra estava a ser escrita:

“Fique no mundo eterna esta memória
Porque a não perca o tempo descuidado” (canto I, p. 3).

A primeira caracterização que é feita desta personagem, tal como na *Crónica do Condestável*, é a do jovem que se apresenta perante o rei D. Fernando e a rainha D. Leonor para relatar o que havia visto do exército inimigo. A impressão que

causou nos reis foi a melhor possível, pois tinha o dom de cativar de imediato quem com ele contactava, através da sua graça e à vontade:

“Entra diante o de mais tenra idade,
Que Nunalvares Pereira era chamado,
Que em arte, brio, esforço, & gravidade,
Foy logo dos da corte aventajado,
Movendo o passo vay com liberdade,
O rosto muy seguro, & confiado,
Em cuja gentileza, graça, & arte,
Igual contenda tem Apolo, & Marte” (Canto I, p. 8).

É introduzido neste momento um elemento novo, que não costumava andar aliado à descrição da personagem – a sua caracterização física. O autor, talvez entusiasmado com a apresentação do herói, terá querido dar mais vida ao quadro que apresentava. O resultado foi uma descrição bastante próxima da figura perfeita, que alia as características físicas do jovem às do guerreiro destemido que se irá revelar:

“O rosto varonil era comprido
Da cor das rosas sobre a neve pura
O cabelo sutil louro, & crescido,
Que em aneis sobre as fontes se pendura:
Na vista muy ligeiro de sentido
Olhos piquenos, mas de luz segura:
O corpo em proporção de gentileza
Promete esforço, brio, & fortaleza” (Canto I, p. 8)¹¹.

Várias são as linhas que orientaram a caracterização da personagem ao longo do poema. Começemos por aquela que melhor distingue este herói das restantes

¹¹ Surge aqui uma hipótese: será que, para esta descrição de Nuno Álvares, o autor se baseou em algum retrato visto na Casa de Bragança? Apesar de, hoje em dia, como aponta J. Dantas no Prefácio à obra *Nun'Álvares: subsídios para a iconografia do grande Condestável*, só se ter conhecimento de um retrato original de Nuno Álvares de meio corpo, que terá pertencido ao Duque de Bragança D. Afonso, representando o herói, já velho, na estamella de donato (cf. pp. 5 e 6), o facto de ser reconhecida a existência de uma ligação de F. Lobo com essa Casa torna a hipótese legítima.

personagens com que conviveu: a sua força guerreira e coragem. O gosto que tem pela actividade guerreira e o prazer que daí retira são notórios e evidentes, ao ponto de, com a maior naturalidade, se afirmar:

“Dos seus se aparta, & logo determina
Morrer como valente pelejando” (Canto IV, p. 49).

Como tal, está sempre pronto para lutar e quando disso é impedido não disfarça o seu descontentamento e até a sua ira. Muitas são as situações em que os seus intentos de combater são frustrados, ou por o inimigo ter medo e recuar, ou por receber instruções do rei para não ir em frente com a sua vontade. Em todas elas, a sua reacção é invariavelmente a mesma – profunda frustração. O exemplo que se segue é paradigmático dessa dualidade: prazer e alegria com a perspectiva do combate, desânimo e frustração pela não concretização do mesmo. a) Nuno Álvares desafia o filho do Mestre de Santiago para um combate de dez por dez; b) o rei português, quando disto sabe, impede-o de levar avante o seu intento:

- a) “Logo em chegando a noite se retira
Com o desenho que traz, impaciente
A carta escreve, espera o novo dia,
Que quem tais ancias tem, vela & vigia” (Canto III, p. 38);
- b) “Mas elle [Nuno perante o rei] ardendo as sobranceiras junta
Errizando os cabellos de braveza,
A cor do rosto palida, & defunta,
A dos olhos de ardente fogo acesa,
O Rey que tão irado & moço o via” (Canto IV, p. 40).

Este episódio serve também para mostrar a lealdade e obediência incondicionais ao rei, mesmo que isso ponha em causa a sua vontade pessoal. Este tópico é bastante explícito na *Crónica do Condestável*, veja-se:

“elle nom sayriia do mandado del rey, ainda que fosse muyto contra o seu prazer” (cap. 11, p. 22).

A imagem do herói em movimento, sempre em acção, sempre a “fazer”, bem patente nas crónicas medievais, é recuperada neste poema, onde, além de encontrarmos um Nuno Álvares sempre a ir de uma cidade para outra, do Norte para o Sul, de Portugal para Castela, em situação de confronto também nunca pára quieto (à excepção do episódio conhecidíssimo da oração na Batalha de Valverde), utilizando o autor, para criar o efeito de rapidez e movimento, enumerações, de verbos e substantivos, que sugerem uma movimentação muito agitada e rápida num cenário de combate sempre bastante violento:

“Revolvendoa com furia sem medida
Atropela, golpea, fere e mata” (Canto V, p. 50);

“Furioso fere de hum, & de outro lado
Dardos, settas, & lanças despedindo” (Canto X, p 115).

Uma das vertentes mais propositadamente explorada e cuja carga ideológica é mais ponderada por parte do autor é a apresentação de Nuno Álvares como defensor da Pátria portuguesa. Tudo o que é dito a esse respeito não é feito gratuita ou inocentemente, pois obedece ao plano do autor de aliar este grande herói à defesa da causa nacional, isto é, à defesa e conservação da independência do país. Essa ideologia é veiculada através de quatro eixos, que se interligam e completam para formar a mensagem que rege a obra, identificados e exemplificados a seguir.

- Zelador pela
independência do
país.

- “Claro libertador da pátria terra” (Canto I, p.2)

- “Tal o Pereira ousado que despreza
O poder do contrario, como indino” (Canto I, p. 9)

- “De ver o peso, & ser de toda a guerra
Naquelle zelador da patria terra” (Canto XII, p. 138)

- “Quando a fallar se move aquelle ousado,

- E claro defensor da patria sua” (Canto XIII, p. 150)
- “O defensor da Patria Portuguesa” (Canto XIV, 161)
- Contamina os outros: também o povo quer a liberdade.
- “Em tanto, he já jurado o Castelhana [...] Por successor do reyno Lusitano [...] Mas porque Portugal já sente o dano Que vai destes contratos grangeando Com varias condições se persuade A fim de viver sempre em liberdade” (Canto V, p. 59)
- “Com a vontade por ley, a gente ousada Só quer a liberdade, & deffendela” (Canto VI, p. 62)
- “Trinta & quinhentas lanças ajuntara Com cinco mil infantes com presteza, Com que elle cometera, & confiara Dar liberdade à Terra Portugueza” (Canto IX, p. 105)
- “Aly esteve alegre, & satisfeito De ver nos naturaes tanta amizade Seu desejo ao povo todo aceito, E armado a defender a liberdade” (Canto X, p. 119)
- “Mas quanto o seu temor he mais sobejo Lhes vem da liberdade mór desejo” (Canto XIII, p. 149)
- Discursa, frequentemente, perante os seus incitando-os à luta pela liberdade da pátria.
- “Usem daquella antiga alta pujança [...] Renovese entre vos aquella usança” (Canto II, p. 14)
- “Companheiros, & amigos valerosos Portugueses leais, fortes soldados [...] Já vejo os Castelhanos animosos, [...] Vamos a elles, que eu serei primeiro” (Canto IV, p. 48)
- “Companheiros leaes em quem consiste A liberdade, & honra Portuguesa Defensores da patria que tam triste Se ve de estranhas gentes feita empreza” (Canto VIII, p. 90)
- “Temeis a multidão da gente estranha Não já perda mayor da liberdade, Não he menos vencer a toda a Hespanha Que viver como escravos por vontade?” (Canto VIII, p. 92)
- Como verdadeiro português, não pode admitir a submissão a Castela, nem que isso ponha em causa a sua vida ou o coloque contra a sua família.
- “Sou Portugues, & o nome só me obriga A não consentir nelle o jugo alheo, E polla patria, & liberdade antiga Perder com honra a vida, & sem receo” (Canto VI, p. 64)
- “Não deveis de admitir [fala ao irmão] quem só pretende Portugal a Castella andar sugeito, Libertemos a terra que habitamos, Ou vivamos isentos, ou morramos” (Canto VI, p. 65)

- “Ah não permita o Ceo que seja ingrato
(Dizia [à mãe]) á minha Patria [...] [...]
Antes a minha morte então se conte
Por deffensão da terra Luzytana”¹² (Canto VII, p. 78)
- “Nuno os irmãos famosos desampara
O maternal amor em pouco estima [...] [...]
Polo amor natural da patria chara”¹³ (Canto VII, p. 78)
- “Se como Portugueses verdadeiros
Quereis guardar o vosso foro antigo
Amigos nos tereis, & companheiros” (Canto VIII, p. 87)
- “Ou ficai Portugueses confirmados,
Ou sereis como inimigos conquistados” (Canto VIII, p. 88)
- “Desprezando honras, be[n]s, socego, & terra,
Sò pola liberdade Portuguesa
Fazer contra, os irmãos, & o mundo guerra” (Canto IX. P. 99)
- “Que nem que fora o vulto de Medusa
Que em pedra trãsformava hu[m] peito humano
Mudarà de seu peito & pensamento
A fé de Portugues, & o sofrimento” (Canto IX, p. 107)

Há uma nítida exploração da associação entre um homem em tudo perfeito e os ideais que este defende, que devem ser tidos como exemplo em gerações futuras, nomeadamente, na geração do próprio autor. Tal vê-se nos discursos de Nuno Álvares, através dos quais se pode fazer um paralelismo com a situação de Portugal nos reinados dos Filipes: é como se o autor falasse aos seus contemporâneos através das palavras de Nuno Álvares. Embora, na época em que foi escrito, o poema não tenha sido considerado uma afronta aos Filipes, as semelhanças entre a situação vivida por Portugal no século XIV, descrita no poema, e a vivida no século XVII são evidentes demais para passarem despercebidas a um leitor mais atento.

A palavra “liberdade” foi abundantemente utilizada ao longo da narração, sempre associada, como é evidente, à autonomia de Portugal em relação a Castela, ao desejo e esforço das personagens para se livrarem do “jugo” castelhano. A

¹² Nítida influência da *Crónica do Condestável*, cap. 19, p. 45 (v. *supra*, p. 39)

¹³ Esta ideia de que o amor à pátria é um sentimento natural já se encontrava veiculada em Fernão Lopes (ver *supra*, p. 39).

recorrência, quase que abusiva, à palavra e o facto de ela estar sempre presente no texto, podem ser vistos como uma imposição, mais ou menos subtil, que o autor vai fazendo na mente do leitor. É impossível chegar ao fim da leitura do poema sem que a palavra “liberdade” esteja bastante acesa, pelo menos no sub-consciente de quem lê. Tal facto poderá ser uma estratégia, uma técnica, propositadas ou não, cujo efeito é uma contaminação ideológica no leitor.

Propositadamente, nos exemplos anteriores não incluí um trecho riquíssimo de um discurso de Nuno Álvares Pereira dirigido ao rei e seu conselho, discurso esse que teve nítidas influências de *Os Lusíadas*, de Luís de Camões, e merece uma atenção individualizada e uma breve análise comparativa.

Rodrigues Lobo aproveita o discurso do Condestável, antes da Batalha de Aljubarrota, presente n’ *Os Lusíadas*, e toda a carga ideológico-simbólica que ele veicula, para, num discurso empolado, cheio de entusiasmo e afirmações exaltadas nos mostrar o que é ter, de facto, amor à pátria e lutar, verdadeiramente, por ela. Tal como na obra de Camões, a fala de Nuno Álvares é iniciada por uma interrogação retórica – “Como?” – que exprime a indignação do Condestável perante os presentes que, sendo portugueses, não estão a fazer nada para travar as tentativas de domínio por parte dos castelhanos.

Nesse discurso, todo o seu patriotismo emerge nas palavras emotivas que profere. Os dois textos, que transmitem, como afirmei, uma mensagem muito semelhante, tocam-se nos seguintes versos:

Os Lusíadas

O Condestabre de Portugal

(Canto IV, p. 169)

“Que, eu só, resistirei ao jugo alheio.
Eu só, com meus vassalos e com esta”

(Canto XIII, p. 151)

“Eu sò com os meus, com esta, & sem receo
A patria livrarei de jugo alheo.”

Embora Camões já o fizesse claramente, Rodrigues Lobo explora ainda mais a defesa fervorosa da pátria por parte de Nuno Álvares e a invocação das glórias passadas do país, apresentando uma fala que ocupa onze estrofes, enquanto que Camões utilizara apenas cinco.

Essa lealdade da personagem à sua Pátria verifica-se em muitas outras situações ao longo do poema épico, por exemplo, são-lhe feitas várias ofertas de “Titulo, renda, & honras desejadas,” (Canto VII, p. 77) e “merces” (Canto VIII, p. 94), para que ele aderisse à causa castelhana, dado ser uma mais valia preciosíssima para qualquer exército, as quais foram sempre recusadas de imediato.

A vertente de homem religioso também é apresentada, em variadíssimas circunstâncias, no poema em estudo, mas não demasiado explorada ou exaltada. Sendo ele um homem temente a Deus, que atribui as vitórias à intervenção divina (como será analisado adiante), apresentado em inúmeras situações como devoto, frequentemente a fazer romarias; a faceta que realmente o caracteriza e que melhor representa a sua figura, a imagem que mais explicitamente sobressai, é a do herói guerreiro, muito ao estilo da *Crónica do Condestável*. Tal facto acontece porque era essa a faceta que melhor servia os intentos do autor do poema, que queria apresentar Nuno Álvares como um lutador incondicional pela causa portuguesa, defensor incorruptível da liberdade do seu país, exemplo a seguir por todos os portugueses de todos os tempos.

Uma faceta inovadora introduzida na caracterização da personagem é o seu extremo amor e apego à mulher e filha. Desde que casaram, a sua união é vista como perfeita, baseada no amor e no respeito, as suas despedidas são sempre muito sofridas, chegando mesmo a incorrer-se no exagero de afirmar que quando estava com a mulher, Nuno Álvares se esquecia da guerra, algo que seria impensável verificar-se na *Crónica do Condestável*:

“ Aly hum dia, & outro se deteve,
Que estes Marte de Amor ficou vencido,
Estando neste tempo doce, & breve,
Das suas armas já como esquecido” (Canto XII, p. 140).

Esta ligação tão próxima e forte, assim como o amor tão puro e sublime que o autor do poema épico introduz, obedecem, decerto, a uma intenção: o autor, além de acentuar o lado humano do Condestável, através da sua relação com a mulher e do valor que atribui à sua família, está também a fortalecer os laços que possibilitaram a génese da Casa de Bragança, afinal, Leonor Alvim foi a co-fundadora dessa grandiosa família, logo, não seria muito prestigiante apresentar um casal pouco cúmplice e sempre separado, quer física quer emocionalmente.

2.4.2. Sonhos, visões e profecias

O texto em análise, apesar de ser indubitavelmente um poema épico,

“não obedece inteiramente às regras que, segundo a *Poética* de Aristóteles, caracterizam o género épico, por ter sido quase completamente suprimido um elemento considerado fundamental no desenvolvimento da acção épica – o maravilhoso” (E. M. Ferreira 1990: 48).

No entanto, o autor introduz uma vertente algo sobrenatural através das profecias, das visões e dos sonhos proféticos¹⁴, que, através do simbolismo que veiculam, servem os propósitos do autor e as intenções da obra.

O sonho de D. Fernando, que inicia a narração do poema, pode ser visto como um exemplo de toda a linha que orienta a produção do poema, podendo verificar-se um paralelismo perfeito entre a mensagem transmitida pelo sonho e a mensagem que Rodrigues Lobo pretende transmitir através do seu poema. Vejamos:

Sonho de D. Fernando

O Condestabre de Portugal

- Portugal encontra-se numa situação difícil, o Castelhana avança; o país encontra-se abandonado por um rei que nada faz para impedir o inimigo.

- Portugal encontra-se “abandonado”, entregue nas mãos do estrangeiro, sob o reinado de um soberano espanhol.

- Afonso Henriques relembra a D. Fernando as façanhas passadas, todos os esforços e sacrifícios feitos para tornar Portugal num país independente.

- Nuno Álvares é invocado para relemburar aos portugueses do século XVII todos os feitos e sacrifícios passados, com o intuito de evitar, no século XIV, a entrega do país ao estrangeiro e conseqüente perda da autonomia.

- Afonso Henriques exorta D. Fernando, para que este reaja e não deixe que Portugal caia nas mãos do inimigo.

- O poema tem a intenção de acordar as mentes adormecidas, de modo a que reajam e restituam a Portugal a autonomia e independência.

- Afonso Henriques faz-se acompanhar por um rapaz, que mais tarde D. Fernando reconheceria como sendo Nuno Álvares, anunciando nele a força guerreira necessária para a consecução de um projecto.

- Nuno Álvares concretiza o anúncio, é, de facto, o elemento catalisador de toda a acção guerreira.

Intenção: servir de incentivo para a luta pela independência de Portugal.

¹⁴ Tal como os autores medievais haviam feito.

A ideia de herói predestinado rege a apresentação da figura de Nuno Álvares Pereira no poema¹⁵. Assim, além da caracterização que sugere desde o início a sua grandiosidade, podem encontrar-se duas ocorrências que prognosticam explicitamente o seu futuro vitorioso.

A primeira é apresentada no momento em que foi armado escudeiro: o velho, que deu a ideia de Nuno Álvares ser armado cavaleiro com o arnês do Mestre de Avis, reconheceu ser Nuno o homem apontado por uma profecia que anunciava que

“Naceria hum varão claro, & famoso
De esforço, & de virtude illustre, & clara,
Do nome, que o dos seus fará ditoso,
Dando alto principio a nova historia,
E a descendentes seus estado, & gloria” (Canto I, p.12).

A segunda é transmitida através de uma voz vinda do céu, num momento em que Nuno Alvares se encontrava bastante descontente e confuso por ver o seu país em tamanho sobressalto. Essa voz afirma que

“Tem destinado a ordem soberana
Que sejas tu por quem se restitua
O antigo louvor da patria tua” (Canto VI, p. 63).

Deste modo, é colocado perante os olhos do leitor um herói que antes de ser já o era, pois o destino assim o anunciara. Essa inevitabilidade da heroicidade de Nuno Álvares, aliada à causa por que sempre lutou, conduz à inevitabilidade da independência de Portugal.

¹⁵ Tal como acontece na *Crónica de D. João I*. Ver *supra*, p.28.

Num trecho que relata um episódio de caça protagonizado pelo pai de Nuno Álvares é introduzida um personagem assaz enigmática, um ermita, que revela que chegou o tempo de se cumprir a vontade do céu – Nuno Álvares deve casar e dar início a uma família que será a glória do país:

“Tempo he conveniente, & opportuno
De se cumprir seu desejado intento
E de dar companheira ao forte Nuno” (Canto II, p. 22);

“Desta outra nova planta o mundo espera
Que com seus verdes ramos fruto & flores
Fara na Lusytania primavera
Reçucitando os braços vencedores” (Canto II, p. 23).

Esta profecia vem, de algum modo, esclarecer um acto algo controverso da vida de Nuno Álvares, isto porque a sua aversão ao casamento e o seu desejo de permanecer virgem eram conhecidos. Justifica-se, desta maneira, a imposição e persistência do seu pai ao insistir para que ele, mesmo assim, se casasse.

À famosa profecia do Alfageme de Santarém (Canto VI, p. 71) não foi dada demasiada importância, limitando-se o poema a apresentar a situação em que ela ocorreu. Um alfageme não aceitou o dinheiro que Nuno Álvares lhe queria dar como paga de um serviço, alegando que este lhe pagaria quando fosse Conde de Ourém, o que se veio a concretizar posteriormente.

Neste conjunto de profecias, foram introduzidos dois episódios, por sinal longos, dedicados à previsão, bastante exacta, da descendência de Nuno Álvares, isto é, episódios que servem para fazer uma ligação directa entre este herói medieval e a Casa de Bragança, mais especificamente o duque a quem Rodrigues Lobo dedica a obra.

A primeira profecia é transmitida através de um sonho em que Nuno Álvares é guiado por um espírito através de uma sala cheia de pinturas, que retratam a sua descendência. Esse espírito vai apresentando a personagem retratada em cada pintura e explicando a sua importância no futuro do país. São utilizadas oitenta e duas estrofes para uma longa sucessão de apresentações, em que não falta a do próprio duque D. Teodósio. O efeito desta apresentação minuciosa é lembrar os portugueses de que os membros da Casa de Bragança descendem da mais alta estirpe de homens, sendo que o seu fundador foi o homem que libertou Portugal das ameaças do inimigo castelhano. Logo, essa família reúne as condições necessárias para governar o país. Foi precisamente isso que veio a acontecer, quando D. João (IV), filho do duque D. Teodósio, se tornou rei.

É introduzido neste trecho um facto interessantíssimo e que é a afirmação contundente de que o rei D. Sebastião estaria, de certeza, morto:

“O grão Rey perde a vida, & a ventura,
E o nome Portugues, que honrar pretende
Ficando aos seus a sua morte escura,
Que parece que a Parca se arrepende:
Todo o mundo tera por sepultura,
Que Mauritania só não no comprehende,
E assim na opinião do vulgo errado,
Depois andara vivo, de enterrado” (Canto XI, p. 130).

Na mensagem veiculada através da estrofe não está ausente um intuito de intervenção, tendo em conta que no tempo em que foi escrita o mito sebastianista estava bastante aceso, pois a obra *Trovas*, de Bandarra, anunciando a vinda de um salvador, fora publicada precisamente em 1603 (cf. I. da Silva 1973: 153). Rodrigues Lobo parece querer pôr um ponto final a essa crença, que levava à inacção, como que a dizer que não valia a pena esperar mais, pois D. Sebastião não

viria salvar Portugal, era necessária a acção dos portugueses, havia que reagir e agir urgentemente, como Nuno Álvares o fizera.

A segunda profecia que contempla a descendência de Nuno Álvares Pereira é apresentada através de uma visão de uma donzela, que conduz o Condestável através do castelo de Leiria, até uma sala onde se encontra um livro que contém a descendência da filha de Nuno Álvares, composta por ilustres reis e rainhas europeus. São utilizadas para esta apresentação trinta e seis estrofes (Canto XIX, pp.213 a 117). As intenções e efeitos seriam os mesmos que regeram a enumeração da descendência do Condestável, este será mais um meio de esmiuçar e vincar a nobreza e importância da Casa de Bragança.

Todas estas profecias estabelecem uma ligação directa entre a força de Nuno Álvares e o seu desejo de lutar pela independência do seu país com algo mais transcendente que a vontade humana: é uma força superior que comanda o destino da personagem e, através da acção da mesma, do seu reino. Assim, a independência de Portugal faz parte de um plano maior, que ultrapassa o simples desígnio dos homens – é como um elemento de uma ordem preestabelecida, contra a qual nada se deverá ou poderá fazer.

Um outro elemento que reforça essa ideia de uma vontade superior a comandar o destino, necessariamente glorioso, dos portugueses, é o facto de, de acordo com o texto, o maior aliado do exército português ser Deus. As vitórias dos portugueses, sempre em situações muito adversas, são atribuídas à intervenção divina; Nuno Álvares parecia ter estabelecida uma ligação directa e permanente com o céu, de onde vinha a sua força. Alguns exemplos:

“O Ceo somente o arma cavaleiro,
E bem mostrou depois no que venceo

Que as armas que trazia erão do Ceo” (Canto I, p. 12);

“Quando em socorro o ceo lhe manda ajuda” (Canto V, p. 51);

“O ceo vos ama, o ceo vos assegura” (Canto XIII, p. 150);

“Quanto ó poucos, & ousados Portugueses
Agora [presente do autor] mais ingratos, & esquecidos
Deveis ao justo ceo que tantas vezes
Fostes delle em batalha soccorridos” (Canto XIV, p. 163);

“Aly offerece as graças da vitoria
Com coração humilde a quem lha dera
Recordando os perigos na memoria
De que Deos o guardara, & defendèra” (Canto XVI, p. 184).

Por outro lado, é especificado que os castelhanos não podem contar com a ajuda da intervenção divina:

“Quem sem favor do ceo se determina:
A gente mais soberba, & mais ufana
Mais perto està do estrago, & da ruyna
Que quando Deos contra ella, hua hora inspira
Tem o Sol, abre o mar, & as setas vira” (Canto XIV, p. 163).

Existe ainda um outro caso em que o sobrenatural é introduzido no poema: trata-se da descrição da ida de um velho, o mesmo eremitão que revelara a profecia do casamento de Nuno Álvares a seu pai, à Casa dos Castigos, com o intuito de libertar Portugal do domínio dos castelhanos, que tinham cercado Lisboa – assim é explicada a peste que caiu sobre os castelhanos, dizimando-os e fazendo-os retirarem-se. Nessa viagem que fez, muito ao estilo da feita por Dante, descrita na *Divina Comédia*, o velho encontra os seguintes elementos: a ira, o temor, a guerra, a fome, o ódio, a inveja, a cobiça, a ignorância e a peste. Neste trecho sobressai a faceta moralizante que é bastante característica deste autor.

2.4.3. Batalhas

É no campo de batalha que a luta de Nuno Álvares e dos seus homens pela independência e autonomia do país se concretiza efectivamente. É, de facto, uma luta física, mas sempre introduzida por uma ideologia, veiculada através dos seus discursos antes de cada confronto. Deste modo, são sempre explicadas e justificadas, de uma forma muito clara, as razões para a necessidade da batalha, que se prendem invariavelmente com o atentado dos castelhanos à independência de Portugal e à, conseqüente, sempre eminente, perda de autonomia.

O primeiro confronto protagonizado por Nuno Álvares foi a conhecida escaramuça em Lisboa, em que este enfrentou sozinho durante alguns momentos, tornados longos através de uma descrição minuciosa e exaustiva, cerca de duzentos e cinquenta castelhanos. Tal confronto pode ser considerado, na *Crónica do Condestável*, como uma etapa iniciática (cf. A. Branco 1998: 263), em que o jovem revela toda a sua potencialidade. Foram utilizadas, na obra de Lobo, cinquenta e três estrofes (Cantos IV e V, pp. 47 a 53) para descrever esta escaramuça, mais do que as utilizadas para relatar as grandes batalhas que se seguiram: Atoleiros, Aljubarrota e Valverde. Esta contenda surge da necessidade de Nuno Álvares de castigar o inimigo castelhano pelo mal que andava a fazer em Portugal. O que torna este confronto tão único é o facto de, ao depararem com o inimigo, os seus próprios homens não reagirem, pois permaneceram imóveis, com medo, enquanto o inimigo avançava, não obedecendo às ordens do seu chefe para lutarem:

“Porem como o temor os senhorea,
Vendo a multidão grande, que se offerece,
Por mais que com razões todos grangea
Nenhum para tal obra lhe obedece” (Canto IV, p. 49).

Esta apatia dos portugueses perante o castelhano pode verificar-se também nos homens do século XVII. Perante uma descrição tão positiva do herói Nuno Álvares e da sua coragem, o leitor de Rodrigues Lobo ficaria revoltado ao verificar a falta de acção dos portugueses medievais — tal poderá ter como objectivo levar o leitor a uma identificação com esses portugueses cobardes, uma vez que está, nesse momento, a desempenhar o papel desses homens, e não o do valente guerreiro corajoso.

Só para relatar a luta de Nuno Álvares sozinho, que em termos temporais só pode ter sido relativamente breve, caso contrário não teria resistido ao confronto com duzentos e cinquenta homens, foram utilizadas nove estrofes, após as quais, finalmente, os homens de Nuno Álvares seguem o seu exemplo:

“Hum dos seus vinte & quatro que isto via¹⁶,
Aos outros companheiros já reprende;
Ah, diz, valente, & armada companhia,
Que fraqueza sem causa assim nos rende!
Para que morra aqui sem nosso amparo
Hum Portugues tão forte, illustre, & raro!

Vamos ao socorrer que já me peza
Da vida que sem gloria me deixou,
Seguime ó, gente amiga Portuguesa
Que eu sigo ao capitão que me guiou” (Canto V, p. 51).

Continuando a analogia com o presente do autor, esta fala poderá ser vista como uma sugestão para uma tomada de consciência por parte dos portugueses, de modo a que todos aqueles que até então permaneceram imóveis sigam o exemplo de

¹⁶ Na *Crónica do Condestável* é mencionado que Nuno Álvares se fazia acompanhar por 54 homens (p. 26), o autor do poema optou por acentuar ainda mais a inferioridade numérica.

quem também hesitou, mas depois tomou a única atitude acertada que havia a tomar, que era, como o próprio poema sugere, imitar as atitudes do grande herói português.

Fica, deste modo, bem exemplificado o que este homem é capaz de fazer, revela todo o seu potencial que será utilizado ao longo da sua vida a favor da causa portuguesa. Envolve ainda o herói numa aura sobrenatural de coragem e protecção divina.

Já a batalha dos Atoleiros é descrita de um modo mais sucinto, em que a ideia que sobressai é de um homem que, além de ter de lutar bastante, tem também de incentivar constantemente os seus homens, eles próprios envolvidos no confronto, a lutarem:

“Sustenta Nuno o campo com a espada
Golpes estranhos dá fero, animoso,
E com a voz aos seus anima, & brada” (Canto IX, p.97);

“Pelejai valerosos defensores,
Que agora he tempo, [...]” (Canto IX, p.98).

A princípio, seria desnecessário dizer a um soldado que se encontra em plena actividade militar que deve lutar, pois é essa a sua obrigação, a única coisa a fazer numa situação desse tipo. O mesmo raciocínio podemos utilizar em relação aos contemporâneos do autor: como portugueses, seria desnecessário dizer-lhes que devem lutar pela sua independência, autonomia e liberdade, pois essa é parte da condição de se ser português, no entanto Rodrigues Lobo sente a necessidade de, através do poema, incentivar constantemente as suas mentes resignadas, que parecem conformadas em perder definitivamente a batalha e entregar para sempre o reino português nas mãos dos castelhanos.

A Batalha de Aljubarrota é descrita como sendo extremamente violenta. Nela o rei português também intervém e, tal como Nuno Álvares costuma fazer, incentiva o seu exército, em plena batalha, a desbaratar de vez o inimigo, especificando a sua condição de estrangeiro:

“A elles Lusitanos esforçados,
Que eu sou Rey vosso, & vosso companheiro
A elles (vai dizendo em grandes brados)
Vamos desenganar este estrangeiro” (Canto XIV, p. 160).

Mas, como não podia deixar de ser, mesmo assim é necessária a intervenção do discurso do Condestável, que, já no fim da batalha, tem a necessidade de exortar os seus para continuarem e terminarem de vez com uma batalha cuja vitória já se adivinha:

“Que he isto, entra dizendo o destemido,
Valerosos soldados Lusitanos?
Voltai que o campo temos ja vencido
Demos fim a estes poucos Castelhanos” (Canto XIV, p.162).

Finalmente a Batalha de Valverde, em que Nuno Álvares assume novamente o papel de protagonista único. Na descrição da batalha, Nuno Álvares reúne todas as qualidades que o caracterizam: bom estratega, homem valente e corajoso, sempre em movimento de um flanco do exército para outro a auxiliar os seus e homem extremamente devoto a Deus. Esta batalha, cujo grau de dificuldade é apresentado como sendo superior ao das anteriores, ao que acresce o facto de Nuno Álvares ter sido ferido no pé direito, apresenta, portanto, a súpula de todas as suas capacidades, maximizadas ao serviço do reino, contra o castelhano.

Uma característica presente em todos os confrontos em que Nuno Álvares e os portugueses se vêem envolvidos é o facto de estarem sempre em franca inferioridade numérica, facto que o autor nunca se abstém de informar:

“Que para hum Portugues há mais de cento” (Canto IX, p. 107);

“Hum considera o campo [castelhano] numeroso
De aço duro vestido, & fina malha,
Outro os nossos, que são, inda que ousados
Poucos, pouco seguros, poucos armados” (Canto XIII, p. 150);

“Já alta noite ouvio gente que vinha [exército castelhano]
Que com estrondo, & pressa caminhava,
Que endireitando vai contra Valverde
Tanta que a vista nella o conto perde” (Canto XV, p. 178).

É evidente que ao caracterizar o inimigo de tão numeroso e forte, está-se a valorizar ainda mais a vitória dos portugueses. É uma estratégia que tem como efeito a conclusão de que o inimigo tinha todas as condições para ser bom, mas os portugueses foram ainda melhores e venceram. A mensagem assim transmitida pode ser a seguinte: mesmo que pareça que não temos poder e somos mais fracos, não nos podemos deixar dominar, temos de lutar, pois a vontade dá-nos a vitória e em tempos já provámos que sendo poucos, mas acreditando naquilo por que lutávamos, vencemos o inimigo numeroso.

Deste modo, através das estratégias estudadas, é feita, no poema *O Condestabre de Portugal*, uma apropriação ideológica nítida e exaustiva da figura de Nuno Álvares Pereira. Foi uma apropriação que, mais do que para relembrar ou celebrar a vida do herói, tinha o intuito de provocar uma contaminação ideológica que estimulasse uma acção efectiva, isto é, uma tomada de atitude real e visível que levasse à mudança do estado em que o país se encontrava. Rodrigues Lobo

aproveitou e explorou, de facto, todos os pormenores e características do herói e da sua vida que serviam o seu projecto, relacionando, de modo consciente, todo esse universo com seu plano de escrita. Assim, o seu poema serve como veículo de transmissão dos ideais de patriotismo e luta pela liberdade e autonomia da Idade Média para o século XVII¹⁷.

¹⁷ Como se pôde verificar, a figura de Nuno Álvares foi, várias vezes, invocada durante o século XVII. Importa referir uma outra produção, datada de 1667, que, por não ser um poema épico, não foi mencionada anteriormente. Trata-se da obra *O heroe portuguez: vida, proezas, victorias, virtude, e morte do Excellentissimo Senhor D. Nuno Alvares Pereira*, de Antonio de Escobar. Nesta obra, o autor não se coíbe de elogiar, exaltadamente, todas as características de Nuno Álvares, que o tornaram um grande herói, veja-se, por exemplo: “Portuguez Grande, Retrato vivo de nosso vivo Padre: Haveis defendido o Reyno, sustentando a Patria, admirado o Orbe, e favorecido a pobreza. Deixais sucessão, que vos eternize, exemplos, que nos estimulam” (p. 177).

3. Alguns textos historiográficos

Os séculos XVII e, especialmente, XVIII foram muito profícuos na produção de textos de cariz historiográfico. Foram elaboradas várias obras com a intenção de documentar o passado do país, isto é, de produzir a História de Portugal. Dado a vida de Nuno Álvares Pereira ser um facto incontornável na História do seu país, esses textos contemplam referências, umas mais extensas, outras menos, dedicadas a esta figura e aos seus actos grandiosos.

Embora a natureza e a ideologia de tais obras sejam diferentes das de *O Condestabre de Portugal*, os dados e informações transmitidos são muito consensuais, pois é manifestamente explícita a sua recorrência às mesmas fontes medievais, logo, a apresentação desta personagem histórica parece não dar lugar a polémicas ou contradições, excepto num caso pontual que será referido a seu tempo. Segue-se uma breve referência a quatro desses textos.

Vejamos primeiramente a obra *O Agiologio Lusitano*¹⁸, projecto iniciado por Jorge Cardoso em 1652, que escreveu três tomos (correspondentes aos seis primeiros meses do ano) e continuado, mas não concluído, por D. António Caetano de Sousa, que apenas publicou, em 1744, um quarto volume (contendo os meses de Julho e Agosto).

Esta obra, em relação à intenção e ideologia veiculada, tem alguns pontos comuns com *O Condestabre de Portugal*, pois o contexto em que foi escrita é o

¹⁸ Justifico a referência a um texto dedicado ao relato da vida de santos numa secção dedicada a textos historiográficos pelo facto de, na literatura da altura, “o género historiográfico e o género hagiográfico, [serem] frequentemente combinados numa mesma obra” (C. Afonso 1988: 25). Logo, segundo o autor citado, o que Cardoso acaba por fazer é “a história de Portugal vista através das *vitae* das gerações de santos que a terra portuguesa foi gerando ao longo do tempo” (C. Afonso 1988: 25). Tal justificação aplica-se também à referência, que será feita neste trabalho, à *Crónica dos Carmelitas*, visto as crónicas das ordens monásticas serem um bom exemplo dessa convivência dos dois géneros (cf. C. Afonso 1988: 25).

mesmo, logo, no *Agiologio Lusitano* é feita uma “ligação da santidade, simultaneamente, à história e à identidade do reino que por então vivia ainda em confronto político e militar com Espanha” (M. Fernandes 1996: 40)¹⁹. Este texto não é, portanto, uma mera descrição de vidas de santos, desprovida de qualquer intenção interventiva, isto porque a mensagem que transmite é, segundo C. Afonso (1988:21), bastante clara e precisa:

“A glória da pátria portuguesa tem-se fundado heroicamente não só no grande número de santos, mas também numa variedade de varões ilustres em virtude que ela gerou ao longo do tempo, cujas “heróicas virtudes” e *exemplos a imitar* constituem a força histórica de Portugal” (itálico meu).

É, deste modo, perfeitamente natural a inserção nesta obra do relato da vida repleta de virtudes de Nuno Álvares Pereira, que, desde a Idade Média, servia de exemplo. Das cinco classes por que se dividem as vidas dos biografados, Nuno Álvares Pereira é inserido na terceira:

“insignes varoens, que com os claros raios de suas eminentes virtudes, entre os seruos de Deos seus contemporaneos, resplandecerão em vida, como o Sol entre as estrellas do celeste firmamento, aos quaes cõmumente chamamos [*Veneraueis*] ou [de sancta memoria] ou [de veneraueil santidade] & tal vez [de sanctos costumes]”²⁰ (*O Agiologio Lusitano*, tomo I, p. 53)²¹.

O relato da vida de Nuno Álvares Pereira é contemplado no tomo III da obra, mais propriamente na secção dedicada ao dia 12 de Maio (alínea *d.*), pois foi

¹⁹ Segundo a autora, “[e]ste projecto era uma forma de definir e afirmar a identidade da pátria – ou, pelo menos, de sublinhar alguns contornos dessa identidade” (M. Fernandes 1996: 45).

²⁰ Os parênteses rectos presentes na citação são do próprio texto.

²¹ As restantes quatro classes são: 1ª- santos canonizados; 2ª- beatificados; 4ª- pessoas que foram de conhecida e exemplar vida, dignos de se proporem para imitação; 5ª- pessoas que padeceram pela fé católica, derramaram seu sangue e deram a vida por Cristo (mártires) (cf. *O Agiologio Lusitano*, tomo I, p. 52).

nesse dia que esta figura morreu²². Na sua apresentação, sucintamente se evocam as grandes linhas que patentearam a sua vida na terra:

“tronco da Serenissima Casa de Bragança, eterno crédito de Portugal, & acerrimo flagello de Castela, cuja soberba abateo nas gloriosas victorias, que muitas vezes (for fauor da Soberana Rainha dos Anjos) alcançou dela, a quem inuocaua Intercessora, antes de entrar nas batalhas” (*O Agiologio Lusitano*, tomo I, p. 199).

A fundação da Casa de Bragança, a sua luta pela independência de Portugal contra Castela e a sua devoção à Virgem Maria são, realmente, três factos indissociáveis desta personagem histórica. Na narração que se segue, a atenção é virada, principalmente, para a sua vida devota, como seria de esperar num texto desta natureza. A sua vertente guerreira não é, porém, esquecida, mas é-nos apresentada intrinsecamente ligada à vertente religiosa, como por exemplo, na menção à batalha de Aljubarrota:

“sentindose apertado, recorre ao piedoso asylo de Maria Sanctissima” (p. 199).

A obra *Monarquia Lusitana* foi um trabalho de grande projecção, produzido pelos monges de Alcobaça, onde

“[o] espírito da independência [se] consolidara, [...] ao longo do governo espanhol. [...] [a *Monarquia Lusitana* é o] projecto de uma história da Nação desde as mais remotas origens, obra forjada em grande parte com o objectivo patriótico” (J. V. Serrão 1983: 574).

²² Esta é uma data polémica, uma vez que o autor da *Crónica do Condestável*, que conheceria a data precisa, optou por a omitir (cf. A. Branco 1998: 105). Assim, além da data apontada por J. Cardoso, temos a hipótese de Nuno Álvares ter morrido no dia 1 de Abril, sustentada por A. Calado (cf. A. Calado 1991: 197).

A Parte Oitava, escrita por Frei Manuel dos Santos em 1727, contempla os reinados de D. Fernando e D. João I e, conseqüentemente o relato da vida e feitos de Nuno Álvares Pereira. O autor utiliza abundantemente como fonte as crónicas de Fernão Lopes, facto que é mencionado explicitamente logo no Prólogo.

Da narração e descrição dos feitos extraordinários do Condestável, pode concluir-se o mesmo que se havia concluído com a leitura das crónicas medievais:

“se fosse só o Infante [Mestre] na ardua, e muito arriscada empreza de defender este Reino contra o formidavel poder delRey de Castella não sahiria bem da mesma empreza; faltar-lhehia o braço mais alentado, o vassallo mais fiel, e mais zeloso, que o ajudou, e sustentou ao depois na Coroa” (p. 429).

A ideia de herói predestinado está, também, presente nesta obra e é, como na *Crónica de D. João I*, veiculada no relato do astrólogo judiciário Mestre Tomás, que,

“levantando a figura ao menino Nuno, encheu ao pai de alegres esperanças, que ao depois sahiriaõ verdadeiras; porque lhe disse; que seria hum Capitão valeroso, sempre vencedor, e nunca vencido, em quantas batalhas entrasse” (p.432).

Essa profecia, segundo o narrador, foi responsável, isto é, condicionou a educação dada ao jovem, pois o prior começou a olhar

“com mais atençaõ, entre os mais filhos, para este, mandando ensinallo no jogo, e exercicio das armas, e em todas as mais prendas, que constituem a hum bom Cavalleiro” (p. 432).

A caracterização de Nuno Álvares Pereira é sempre feita de modo muito exaltado, quer quando se refere ao cavaleiro militar: “o valeroso, e ensigne Emperador das armas Portuguezas, terror da naçaõ Castelhana” (p. 534); quer quando se refere ao homem humilde e bom: “eraõ os costumes delle Nuno Alvares

suavísimos; as palavras muy brandas, o modo cortez, e modesto, peloque foy effeito natural, e necessario fazerse amado geralmente de todos” (p. 539); quer ainda no que concerne à sua vertente religiosa: “o Santo D. Nuno Alvares Pereira, agora eleito fronteiro mor de Alentejo” (p.534).

Na obra *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, escrita por António Caetano de Sousa em 1736, o nome de Nuno Álvares Pereira é mencionado nos tomos II, V e XII. Esta obra não é muito abundante em caracterizações da personagem ou descrições dos feitos da mesma, por exemplo no tomo II apenas são feitas duas referências, relativamente breves, à designação de Nuno Álvares Pereira como Condestável e Mordomo Mor do reino e à ocasião em que foi eleito Conde de Ourém.

É no tomo V que surge um facto bastante interessante, isto porque o autor afirma peremptoriamente que, ao contrário do que sempre se assegurou, Nuno Álvares Pereira não foi o tronco da Casa de Bragança:

“Tambem os nossos Escritores pela mayor parte fazem, contra a ordem commua, tronco, e Fundador da Casa de Bragança ao Santo Condestavel D. Nuno Alvares Pereira, assentando ser ele o principio, e primeiro fundador desta Serenissima Casa. No que se enganarão levados das virtudes, e gloriosas acçoens, com que este Heroe se fez celebre no Mundo [...] porque ainda, que o Condestavel concorreo muito para o seu estabelecimento, não foi mais, que com o dote, que deu a sua filha D. Brites Pereira quando casou com o Senhor D. Affonso, ordenando, que aquelles taes bens, com que a dotava, andassem nos descendentes de sua filha [...] E assim como o tronco da Serenissima Casa de Bragança he ElRey D. João I he sómente o seu fundador o Senhor D. Affonso” (p.4).

O autor está, neste trecho, nitidamente a desligar Nuno Álvares da génese do que era então a casa real, atribuindo-a a um rei, logo, a Casa de Bragança nascera

de uma figura real e não de um nobre. Dada a importância da figura de Nuno Álvares Pereira na História de Portugal, não me parece que seja este um meio de valorizar mais a Casa de Bragança, mas parece ser essa a intenção do autor.

No tomo XII (pp. 88 a 90), é caracterizada, também de modo muito sucinto, a sua força militar e o efeito que ela tinha no adversário.

A Chronica dos Carmelitas da antiga, e regular observancia nestes reynos de Portugal, Algarves, e seus dominios, de José Pereira de Santana, data de 1745. A intenção desta crónica é documentar a história da ordem do convento do Carmo desde o seu estabelecimento em Portugal. O Tomo Primeiro é dedicado à descrição de duas vidas que, segundo o autor, “darão aos leitores raríssimos exemplos”: a do grande Elias e a de Nuno Álvares Pereira (cf. secção “Aos que lerem”).

A terceira parte do tomo, cerca de 290 páginas, é dedicada exclusivamente ao relato da fundação do convento e vida do seu fundador. O autor, desde o início da sua escrita, mostra-se muito preocupado com a veracidade dos factos que narra e enumera as fontes de que se serviu para escrever sobre Nuno Álvares Pereira²³, demonstrando, assim, um grande trabalho de investigação e procura da verdade e exactidão.

Nesta obra é, também, subtilmente feita uma alusão à ideia de a guerra que Nuno Álvares Pereira travava contra os castelhanos ser santa. Na segunda secção do capítulo III, aquando da narração da romaria que Nuno Álvares fez após a vitória na batalha dos Atoleiros, é descrita a sua entrada numa igreja que havia sido profanada pelos castelhanos. O comentário que o autor faz a esse facto é, sem dúvida,

²³ Entre várias, refere a utilização de *O Agiologio Lusitano e História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, o que, em certa medida, explica o que referi anteriormente acerca da consensualidade na descrição desta figura (ver *supra* p.72).

depreciativo: “barbaridade que muito desabonou a gloriosa denominação que gozam de Católicos” (p.304).

Como não podia deixar de ser, numa obra desta natureza, a vertente religiosa da vida do Condestável é muitíssimo mais explorada do que a militar²⁴, mas, mesmo assim, o autor preocupa-se em dar uma imagem clara e esclarecedora da heroicidade guerreira deste homem.

Os textos apresentados podem ser vistos como uma ponte, uma ligação, entre as crónicas medievais, das quais se serviram, e as apropriações da figura de Nuno Álvares Pereira efectuadas nos séculos XIX e XX. Podemos considerá-los, portanto, um reavivar da memória dessa personagem, uma actualização da história da sua vida, que fez com que nunca tenha caído, por completo, no esquecimento.

²⁴ Foram utilizados quatro capítulos, cerca de 60 páginas, para contar os feitos militares de Nuno Álvares, enquanto que as suas relações com o convento e os milagres que fez a partir do momento em que nele ingressou foram narrados em dezoito capítulos, cerca de 230 páginas.

III

Século XIX

*Fazei, Senhor, que nunca os admirados
Alemães, Galos, Ítalos e Ingleses,
Possam dizer que são pera mandados,
Mais do que pera mandar, os Portugueses.*

Luís de Camões, *Os Lusíadas*

1. O Romantismo em Portugal

As conturbações políticas que se verificaram no início do século XIX em Portugal tiveram consequências muito profundas a todos os níveis, nomeadamente a nível cultural. Tais mudanças fizeram deste período um momento muito profícuo em termos de produções literárias, pois propiciaram a entrada do Romantismo no país¹ e, conseqüentemente, um avivar de determinados temas e sentimentos que haviam começado a expressar-se e espalhar-se anteriormente pela Europa². É, portanto, impossível desligar este movimento cultural das condições político-sociais com que conviveu:

¹ Segundo J. V. Serrão (1988: 311), “[f]oi [...] no ardor das lutas políticas que o romantismo encontrou em Portugal um porto de abrigo para exprimir uma nova mensagem cultural.”

² T. Braga apresenta as condições que deram azo ao desenvolvimento de um “gênio nacional [que] facilmente se manifestava pela litteratura” na França, Alemanha, Rússia, Itália, Espanha (1984: 79- 88). Explica, ainda, os motivos que fizeram com que o Romantismo tivesse sido introduzido tardiamente em Portugal (cf. 1984: 89 a 94).

“O Romantismo, enquanto movimento cultural [...] teve o seu apogeu no processo social e político que levou à consolidação do liberalismo monárquico-constitucional” (F. Catroga 1993: 545).

Tal circunstância leva-nos a concluir que haverá muitas produções românticas que não estarão isentas de um cunho interventivo e da defesa de determinados ideais e correntes de pensamento.

O Romantismo envolveu-se de uma enorme aura de nacionalismo, que servia de base para toda a sua ideologia. Deste modo, a defesa da consciência nacional, agora que o país já tinha uma nação plenamente definida e afirmada, era como que o elemento aglutinador de toda a ideologia romântica:

“A consciência da identidade nacional é, como se sabe, fundamentalmente sistematizada pelo pensamento romântico, e para ela convergem elementos ideológicos, políticos, sócio-culturais e estéticos” (H. Buescu 1999: 40).

Aliás, esse nacionalismo, que Garrett ostentava, não é “só fruto da vocação romântica, mas testemunho de fé [...] corrente em todas as épocas de crise nacional” (A. Coelho 1943: 17).

A liberdade era vista como elemento essencial para a formação e afirmação da nação e como parte fundamental do sentimento nacionalista, assim

“[a] vitória das armas liberais correspondia para muitos à recuperação do ideal de liberdade que emergia dos foros e tradições do velho Portugal” (J. V. Serrão 1988: 311).

Toda essa ideologia nacionalista vai fazer com que os olhos dos românticos foquem um período da história do país que foi essencial para o germinar da consciência nacional, onde se encontram as raízes da nacionalidade: a Idade Média (cf. H. Buescu 1999: 41). Deste modo,

“[n]o ponto de vista cultural, o romantismo assumia um papel de ruptura com a tradição clássica, mas também de defesa das instituições medievais em que assentavam os primórdios do Estado português” (J. V. Serrão 1988: 312).

A História surge, naturalmente, como um veículo de expressão cultural privilegiado, visto que se defendia “a consciência histórica como cimento aglutinador entre a meia Idade e o presente” (J. V. Serrão 1988: 312). F. Catroga chega mesmo a afirmar que o Romantismo foi, em última análise, um historicismo (cf. 1993: 547). A. e Silva explica esta questão do seguinte modo:

“ A redescoberta e a valorização românticas da Idade Média [...] [foram motivadas] por determinadas filosofias da história e por determinadas correntes ideológico-políticas de matriz católica, nacionalista e contra-revolucionária” (in *Verbo. Enciclopédia Luso - Brasileira de Cultura*, vol. 16º, p. 828).

Face a toda esta conjuntura, surge-nos como algo perfeitamente natural a produção da peça teatral *O Alfageme de Santarém*, por Almeida Garrett, em 1941. Este seria o momento propício para uma apropriação de ideais medievais e o autor da obra recupera, precisamente, um episódio/lenda medieval, mais especificamente de uma época em que a liberdade e autonomia do país estavam em perigo e em que foi necessária a acção de muitos portugueses para que o país permanecesse independente.

Garrett aproveita esse episódio para poder, na sua peça, projectar

“toda essa luz moral de uma época heróica sobre a crise miseranda [do seu tempo] em que a Rainha D. Maria II não é bem a congorça D. Leonor Teles com o seu Conde favorito, mas é instrumento passivo dos caprichos do seu consorte Coburgo!” (T. Braga [s/d]: X)

Foi, precisamente, a possibilidade de estabelecer analogias entre as duas épocas que suscitou em Garrett a idealização do drama histórico em estudo³ (cf. T. Braga [s/d]: X), uma vez que os românticos viam a Arte como um meio de “influir na commoção política, no esforço para a liberdade” (T. Braga 1984: 105).

1.1. *O Alfageme de Santarém*, de Almeida Garrett

1.1.1. Fonte

O episódio do encontro de Nuno Álvares Pereira com um alfageme em Santarém ficou conhecido através da *Crónica do Condestável*, onde

“se constitui como um pequeno conto, na medida em que apresenta uma certa autonomia, fundada numa estrutura com princípio, meio e fim e sem grandes implicações na biografia” (A. Branco 1998: 131)⁴.

O relato do episódio nesta crónica dá-se em duas partes, distribuídas pelos capítulos XVII e LII⁵. Este encontro é narrado de uma forma muito sucinta⁶:

- no capítulo XVII conta-se o encontro entre os dois homens, alfageme e Nuno Álvares, e o facto de o alfageme não querer receber, no momento, a paga pelo seu trabalho, apresentando uma profecia que Nuno Álvares tem alguma dificuldade em interpretar;

³ As possíveis analogias eram tão evidentes que “[o] director do teatro da rua dos Condes [...] retirou da cena o drama, pois aludia a factos políticos actuais!” (T. Braga [s/d]: X), tendo o mesmo director argumentado ainda que a peça “era uma satyra dos ultimos acontecimentos que restauraram a Carta constitucional [...] era forçoso por tanto retiral-a infallivelmente” (T. Braga 1984: 114). Para mais informações sobre estas analogias, ver T. Braga (1984: 113-114) e A. J. Saraiva e O. Lopes (1992: 718).

⁴ A. Branco apresenta ainda os vários aspectos do episódio que o podem relacionar com o género oral (cf. 1998: 131).

⁵ Facto que A. Calado designa de “remissão cruzada” (cf. 1991: CXV).

⁶ No capítulo XVII são utilizadas apenas 21 linhas e o capítulo LII é composto por 38 linhas, na edição utilizada (cf. A. Calado: 1991).

- no capítulo LII é resumido tudo o que havia sido dito acerca do encontro; acrescenta-se uma caracterização do alfageme muito pouco elogiosa⁷, informação que Garrett não aproveitou para a sua obra; explica-se que um escudeiro havia denunciado o alfageme e que, por isso, o rei o havia mandado prender; apresenta-se o pedido da mulher do alfageme a Nuno Álvares para ele, como paga do serviço feito pelo seu marido tempos antes, o mandar libertar; Nuno Álvares dirigiu-se, de imediato, ao rei que, após conhecer a situação, satisfaz o seu pedido.

T. Braga sustenta que terá sido esta crónica que serviu de fonte para a produção do *Alfageme de Santarém*, afirmando que

“Garrett descobrira na Crónica anónima do Condestável D. Nuno Álvares Pereira a maravilhosa lenda do *Alfageme de Santarém*” ([s/d]: X),

A. J. Saraiva e O. Lopes (1992: 718) afirmam, no entanto, que a peça teatral foi baseada na *Crónica de D. João I*, de Fernão Lopes. Ora, o episódio em questão é relatado de modo praticamente igual nas duas crónicas, logo, independentemente da fonte que Garrett utilizou, o que é facto é que, como veremos, distorceu, de modo bastante evidente, o que é relatado nas crónicas.

É curioso verificar que nem a *Crónica do Condestável* nem a *Crónica de D. João I* apresentam qualquer menção do nome do alfageme. Fr. José Pereira de Santana dedica apenas um parágrafo, na sua *Crónica dos Carmelitas*, a este episódio, identificando o alfageme com sendo um homem chamado João de Guimarães (cf. p. 295). Provavelmente Garrett não terá tido acesso a essa fonte e terá simplesmente inventado o nome Fernão Vaz.

⁷ “Este alfageme era cauteloso e beadante, e era muy chegado e liado com os castellãos emquanto em Santarem estiverom, asy como de nom ser portugues” (p. 122).

1.1.2. Título

A obra em estudo tem um título composto por dois segmentos, separados por uma conjunção disjuntiva, que apontam para dois possíveis protagonismos: *O Alfageme de Santarém ou a Espada do Condestável*.

Estes dois segmentos sugerem duas realidades que, embora se interliguem, não deixam de ser distintas. A primeira aponta para um homem, um alfageme, delineando assim um provável protagonista; a segunda pode ter duas intenções: explicar/especificar a primeira, apontando para o episódio que será tratado, ou atribuir um outro possível protagonista, a espada do Condestável.

O título não insinua que Nuno Álvares Pereira será o protagonista, e não o irá ser, mas não deixa de ser curiosa a referência indirecta a esta personagem tão relevante e facilmente reconhecível pelos contemporâneos da peça teatral. É como que se a simples alusão à personagem servisse para contextualizar e delimitar uma época específica da História de Portugal.

1.1.3. A espada

A espada é o elemento responsável pelo conhecido encontro entre os dois homens, o alfageme e Nuno Álvares, e, conseqüentemente, pela existência do episódio, que Garrett apresenta, por sinal, de um modo muito diferente do narrado pelas crónicas medievais, facto que será analisado no presente estudo.

Este objecto de guerra assume, na obra em estudo, uma importância primordial no desenrolar dos acontecimentos, verificando-se, assim, como que uma apropriação dos ideais que a espada simbolizava.

A importância de uma espada é explicitada logo no primeiro acto em que se estabelece uma relação íntima entre as espadas/o poder militar e o governo de um país/a política. Deste modo, afirma-se a) a importância do ofício do alfageme e, ao mesmo tempo, b) a importância da luta efectiva, com armas, para um futuro favorável do país:

a) “**Voz:** O Alfageme, que faz a espada
Com que a glória se vai ganhar,
Também lhe pode a mão crestada
Levá-la ao campo a triunfar” (p. 243);

b) “**Alfageme:** Com espadas se faz ela [política], padre, a boa, a deveras” (p. 195)⁸.

Em relação à espada do Condestável, ela é apresentada como um exemplar único, como um objecto de qualidade e valor inigualáveis, cuja história, por si só, apresenta todo o seu poder:

“**Alfageme:** A espada do Prior do Crato, D. Álvaro Pais, o mais honrado fidalgo que teve esta terra, cingida por cima das armas do Mestre d’Avis com que foi armado cavaleiro [...] D. Nuno Álvares Pereira” (p. 227)⁹.

O facto de, entre tantos filhos do prior, ter sido Nuno Álvares quem herdou tão preciosa espada atribui-lhe, desde logo, um estatuto de excepcionalidade, que, embora não seja explorado na peça, é brevemente referido na fala do alfageme:

“**Alfageme:** [...] que é obra de primor, e para quem... [...] para quem a merece: é verdade; merece” (p. 252).

As qualidades da espada são tais que contaminam quem a usa e dão-lhe a vitória:

⁸ A. J. Saraiva nota que “[a]lém do cavaleirismo, há nesta peça patriotismo: mas um patriotismo cavaleiresco, um patriotismo de espada e lança, cujos heróis são os guerreiros de outrora” (1996^b:17).

⁹ A história da espada voltará a ser referida e desenvolvida na página 253.

“**Froilão:** [...] com esta espada ninguém ferirá sem justiça, ninguém poderá defender uma causa má e reprovada de vós” (p. 253-4);

“**Alfageme:** Foi essa espada que tem o condão de dar sempre a vitória a quem a empunhar pela virtude” (p. 294);

“**Froilão:** E a espada do Condestável não a contais também? Quantos mil homens vale essa, gente sem fé?” (p. 329)

Deste modo, parece que alguns ideais da Idade Média, normalmente reconhecidos em Nuno Álvares, são invocados e recuperados, nesta peça, através da espada¹⁰. Enquanto que nas crónicas medievais a vitória de Nuno Álvares é sempre atribuída a si próprio, à sua força guerreira e devoção a Deus, na obra em estudo há como que um desvio de protagonismo, a força que conduz às vitórias não é a do braço que empunha a espada, mas a do próprio objecto em si. Tal desvio deve-se, certamente, às intenções do autor que pretendia, não tirando o mérito ao Condestável, historicamente conhecido e aceite, dividi-lo com o alfageme. A espada é o elemento de ligação entre os dois.

1.1.4. Intervenientes

O alfageme, assim como o povo a que pertence, detém nesta obra um papel de evidente protagonismo, como não podia deixar de ser, uma vez que foi escrita numa época em que o povo assumiu uma posição preponderante sob o ponto de vista de muitos. Garrett era, ele próprio, um “defensor da soberania do povo” (A. da Silva 1961: XII), sendo que este povo era “na acepção filosófica e política prevalecente, o «Terceiro Estado», a mais vasta e importante porção da comunidade

¹⁰ Segundo A. J. Saraiva (1996^b: 17), “a espada, pura, limpa de maldades, defensora da pátria e das donzelas ofendidas é o [...] verdadeiro símbolo” da peça teatral em análise.

de que evidentemente se destacava como sua representante a própria burguesia” (L. Dias 1983: 17)¹¹.

De facto, o povo, pelas mãos de Garrett e Herculano, “obteve um papel bem mais importante na cena da História” (L. Dias 1983: 11).

O alfageme é apresentado como alguém que teve uma educação cavaleiresca e que optou por se tornar alfageme, ficando, assim, mais ligado ao povo, dado fazer parte dele. Como ele faz questão de vincar, essa opção deve-se ao facto de preferir ser um grande homem do povo a ser um pequeno cavaleiro:

“Não vedes que eu assim sou o primeiro dos meus... e que ficava o derradeiro dos vossos?” (p. 405)

Com isso ele conseguiu unir em si as qualidades e virtudes que uma educação cavaleiresca imprime num homem¹² e, ao mesmo tempo, a pureza e honestidade dos homens do povo.

A identificação do alfageme com o povo é feita repetidas vezes ao longo da peça e a sua relação é apresentada a vários níveis. Seguem-se alguns exemplos:

- é um elemento do povo, visto que vive, sente e pensa como ele:

“**Alfageme:** [...] coisas cá de gente do povo; é o que nós sabemos” (p. 178);

“**Alfageme:** A boa causa é a do povo e a do seu legítimo rei” (p. 195).

- é o representante do povo de Santarém:

“**Alfageme:** Contai com o povo, senhores cavaleiros. E pelo de Santarém vos respondo eu” (p. 232).

¹¹ Segundo Garrett, era nesta burguesia que se encontravam aqueles “que por suas virtudes, por suas letras, por seu valor, e por sua posição na sociedade puderam, sem perigo dela, sem perverter a ordem, clamar a Liberdade” (apud L. Dias 1983: 17). L. Dias acrescenta que “[é] neste sentido que o jovem Garrett distingue a «massa» do povo, e nela inclui com toda a clareza a «classe última do povo» tanto quanto a classe média, como conteúdo significativo da “nação” moderna, com «a sua língua, os seus costumes, as suas leis, os seus direitos, a sua história, a sua religião»” (1983: 17).

¹² Ver considerações de A. J. Saraiva (1996^b: 17).

Apesar da constante exaltação da importância e protagonismo do povo nos eventos, o autor da obra não se coíbe de apresentar os defeitos desta classe, que passam pelo facto de ser muito influenciável, facilmente manobrável e manipulável, o que se verifica plenamente no Acto V¹³. O alfageme não esconde alguma desilusão e decepção que essas características do povo lhe provocam:

“Aqui está o que é o povo! Fiai-vos em seu favor; tomai a peito suas coisas; fazei-vos caudilho, defensor da multidão, metei-vos a guiá-la!” (p. 331)

A imagem que de Nuno Álvares é apresentada na peça é substancialmente diferente da fixada pelas crónicas medievais. Além de ser apresentado como uma personagem secundária num episódio em que ele teve, no mínimo, um co-protagonismo, o seu retrato é traçado com contornos muitíssimos diferentes daqueles com que foi desenhado na Idade Média.

Entre todos os desvios na apresentação da figura do herói medieval, há dois factos na construção da sua imagem que podem provocar algum choque aos leitores da *Crónica do Condestável* e, por conseguinte, da *Crónica de D. João I*.

Por um lado, o amor que apresenta por Alda é de tal modo desmesurado que chega a fazê-lo pôr, sem hesitações, de lado as virtudes necessárias a um homem casado, entre elas, a fidelidade. É Froilão quem o adverte para esse facto:

“Mas vós não haveis de fazer tal [ficar com Alda], senhor: estais desposado com aquela rica-dona de Entre-Douro-e-Minho” (p. 220).

¹³ Curiosamente, Fernão Lopes também transmite a imagem de um povo influenciável. Veja-se, por exemplo, a situação em que é discutida a morte do Conde Andeiro: na conversa com Álvaro Pais, o Mestre de Avis questiona se terá a ajuda do povo, ao que Álvaro Pais responde de modo natural e convicto — “E quanto a ajuda do poboo em que o Meestre fallou muito, respondeo ell e disse, que sse o ell fazer quisesse, que elle lhe ofereçia a çidade em sua ajuda, emtemdemdo de o fazer assi” (*Crónica de D. João I*, Primeira Parte, p. 14). O que é facto é que o povo reagiu precisamente conforme o planeado.

Apesar dessa advertência, Nuno Álvares continua a querer casar com Alda. Verificamos aqui uma nova delineação na relação de Nuno Álvares com a sua mulher. Se na *Crónica do Condestável* tal relação não foi muito explorada, pois o cavaleiro estava sempre muito mais preocupado em lutar pela independência do país, já no poema épico *O Condestabre de Portugal*, como foi verificado na Secção anterior do presente estudo, a relação que o herói tem com a sua mulher é de uma grande cumplicidade e amor. Nesta peça, Nuno Álvares volta a afastar-se da mulher, não pela dedicação exclusiva à actividade guerreira, própria da sua imagem medieval, mas por razões do coração, por uma paixão desenfreada que o domina.

O outro facto, completamente inverosímil do ponto de vista da imagem medieval do herói, é a sua derrota num pequeno confronto com o alfageme, apesar de o adversário não ter investido com muita força sobre ele:

“**Alfageme:** Não é nada, senhora; vede. Foi um leve bote no ombro, que lho não pude evitar por mais que fiz” (p. 292).

A apresentação da personagem é feita deste modo, provavelmente, devido às intenções do autor e às suas influências culturais: parece que essa desfocagem de caracterização da personagem se deve, essencialmente, ao facto de a peça ter sido escrita no período romântico, onde o protagonismo do povo era quase como uma imposição e a exaltação dos sentimentos acabou também por afectar a caracterização do guerreiro destemido medieval, que aqui se encontra completa e cegamente apaixonado por Alda. Nada disto justifica, porém, a apresentação de uma imagem tão deturpada desta figura invencível e essencial da História de Portugal, tendo em conta que a fonte foi uma das crónicas medievais que mais exaltaram o poder, a todos os níveis, deste homem.

De todas as apropriações feitas através da recuperação deste episódio — a exaltação do poder do povo e seus propósitos louváveis de defesa da nação, a apresentação da espada como símbolo máximo da luta contra os que querem usurpar a liberdade dos portugueses — verifica-se que a imagem de Nuno Álvares Pereira foi a menos explorada e construída de um modo menos fiel.

Há, no entanto, duas características de Nuno Álvares que são respeitadas e referidas ao longo de toda a obra: a sua lealdade inquestionável ao Mestre de Avis e a sua defesa incondicional dos ideais de autonomia e independência de Portugal, defesa, essa, partilhada também pelo alfageme. É esse desejo de autonomia e independência, repetido inúmeras vezes ao longo da peça, comum a ambas as personagens, que acaba por as unir. Afinal, os dois homens acreditam no mesmo ideal e querem ambos a independência do país:

“**Alfageme:** Tem-te, Portugal, que te não caias em Castela: digo eu que não sou rei Alfageme; mas Alfageme e outros que tais, a poder que possam, hão-de fazer rei a quem de direito é, e não a estrangeiros cismáticos” (p. 196);

“**Nuno Álvares:** Sereis, quando souberdes que o meu empenho é o vosso, que o mesmo ardor nos inflama [defesa da pátria]” (p. 229).

No entanto, as razões apresentadas para a defesa de tais ideais são diferentes para os dois homens, por pertencerem a diferentes classes sociais:

“**Alda:** [...] Ele [alfageme] queria os foros e as liberdades do povo; vós [Nuno Álvares] quereis, sim, a liberdade do reino, mas com a grandeza e o poder, o poder todo para vós” (p. 343).

Deste modo, há na obra uma crítica explícita às classes sociais superiores, o que poderá explicar o tratamento dado a Nuno Álvares: é um marido adúltero e é facilmente vencido pelo alfageme num confronto físico. Concomitantemente, há

um elogio permanente à classe do povo, tão ao estilo dos românticos. Assim, visto que Nuno Álvares faz parte de uma classe social bastante alta, é colocado pelo autor num campo oposto àquele em que o espectador/leitor é colocado ao posicionar-se, desde o início, ao lado do alfageme. No entanto, no fim da obra, muito ao estilo de um final feliz, é proposta uma convivência pacífica entre classes e um respeito mútuo:

“**Alfageme:** Temos as nossas vaidades. E vós! Não tendes as vossas? — Desculpemo-nos, respeitemo-nos uns aos outros — e poderemos viver em paz” (p. 406).

Feita esta breve análise, podem ser delineadas algumas conclusões.

Nuno Álvares Pereira é apresentado no texto dramático de Almeida Garrett como uma peça de um puzzle que representa uma época de crise na História do país. Da personagem não depende directamente a acção, embora a escolha desta acção esteja intimamente relacionada com a existência desta personagem e dos ideais que defendia.

O autor recuperou e expandiu bastante o episódio narrado nas crónicas medievais, de modo a adaptá-lo aos ideais românticos representados na sua escrita. Deste modo, pode afirmar-se com segurança que a escolha deste episódio não terá sido aleatória ou irreflectida, pois serve os propósitos do autor e atinge os efeitos pretendidos na época.

Assim, embora um tanto apagada nesta obra, a figura de Nuno Álvares Pereira é a matriz sobre a qual se construiu a acção e conseqüente mensagem inicial.

Houve, de facto, uma apropriação da parte de Almeida Garrett, mas o autor centrou-se muito mais na recuperação e apropriação da lenda, do que propriamente da imagem isolada do interveniente que fez com que ela se tornasse famosa. Em relação a esse herói, esta peça só pode ser vista como um, propositadamente, débil exercício de recuperação, que ficou muito aquém da exploração da imagem nas crónicas medievais e n' *O Condestabre de Portugal*.

2. O Ultimato inglês

Embora o século XIX tenha sido, no geral, um século pacífico, Portugal sofreu a pressão de dois momentos distintos: a Santa Aliança, em 1815, e a guerra Franco- Prussiana, em 1871¹⁴ (cf. N. Teixeira 1990: 27). Tais acontecimentos tiveram repercussões visíveis, pois em 1871 inicia-se uma viragem no equilíbrio europeu — a Alemanha constitui-se como uma alternativa, deixando, deste modo, a Inglaterra de estar sozinha na cena internacional (cf. N. Teixeira 1990: 31).

Portugal vivia, então, no decurso do século XIX, um período de desânimo geral:

“a consciência deprimida do presente, a vivência de momentos críticos em que parecia predominar entre a elite intelectual a falta de confiança nos homens a quem estava confiado o poder político, a descrença nas possibilidades de regeneração da pátria impunham uma visão negativa e distorcida acerca dos políticos e dos militares contemporâneos” (S. Matos 1998: 402)¹⁵.

Com o Ultimato inglês em 1890, a Inglaterra, país cujas alianças com Portugal remontam à Idade Média, afigurou-se como um símbolo da vergonha nacional. Portugal tivera de ceder, obedecer e aceitar uma imposição que em nada o beneficiaria na sua honra e dignidade, vinda de um país que sempre tivera como

¹⁴ Convém ainda acrescentar um acontecimento que data do início do século: as invasões francesas. Estas invasões, evidentemente, fragilizaram a situação do país. Repare-se que, em 1808, Miguel António de Barros escreveu a peça *Ulissea libertada*, onde se pode ler o seguinte diálogo: “**Hespanha**: Já podes respirar filha de Ullyses./ Que cêdo te verás em liberdade./ **Ullysea**: Que Heroes! Que semi-Deoses se lembrarão/ De meus ferros partir! Surgem acaso/ Do tacito repouso dos Sepulcros./ Lusitanos varões, que já fizerão/ O Universo tremer? he Nuno?... he Nuno?” (pp. 15-16, sublinhado meu).

¹⁵ A sociedade “Os Vencidos da Vida”, constituída em 1887, em Lisboa, tinha como intenção reflectir, precisamente, sobre essa situação. Os seus encontros podiam ser considerados, mais do que lúdicos, “uma manifestação externa duma atitude profunda de insatisfação, quase de protesto, perante o tónus da vida portuguesa” (E. Cal 1997: 1137).

amigo. Foi uma afronta que caiu sobre a pátria portuguesa, foi a gota de água que fez transbordar um copo já cheio de pessimismo e sentimentos de decadência¹⁶.

A 11 de Janeiro o país recebia um ultimato que punha fim ao sonho do mapa Cor-de-Rosa. As instruções eram as seguintes:

“que se enviem ao Governador de Moçambique instruções telegráficas imediatas para que todas e quaisquer forças militares portuguesas no Chire e no País dos Macololos e Cachonas se retirem” (apud N. Teixeira 1990: 60).

Estalava, assim, uma crise que “provocou uma chaga profunda na alma portuguesa, como se a Nação se encontrasse de repente à beira do abismo” (J. V. Serrão 1990^a: 13). Foi uma crise extremamente abrangente e que atingiu vários sectores da organização social, pois teve na sua origem “um acontecimento de política externa (conflito diplomático e negociações bilaterais) e de política interna (levantamento patriótico, luta anti-inglesa e antimonárquica em prol do ideal republicano)” (N. Teixeira 1990: 17). Havia, portanto, um mal estar geral quer em relação à dignidade ferida, provocada pela ameaça inglesa, quer em relação à “fraqueza das instituições que não haviam sabido defender-se do vilipêndio imposto pela velha aliada” (J. V. Serrão 1990^a: 13).

Verificou-se, como reacção à situação de afronta, um avivar de sentimentos nacionalistas que não ficou apenas na esfera da idealização, isto porque o movimento patriótico se avolumou de tal modo que ganhou uma dimensão nacional¹⁷, cujo auge foi atingido a 11 de Fevereiro na jornada «Campanha dos apitos» (cf. N. Teixeira 1990: 91). Em apenas um mês, despertou em Portugal uma

¹⁶ J. V. Serrão aponta uma “epidemia de suicídios”, em consequência desse facto (1990^a: 13).

¹⁷ Note-se que foi ainda nos últimos dias de Janeiro que Alfredo Keil compôs a marcha *A Portuguesa* (cf. *Verbo, Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, vol. 10^o, pp. 192-193), cuja letra foi, de seguida, escrita por Lopes de Mendonça, que viria a ser o hino nacional. Nesse hino podemos encontrar versos que reflectem o espírito do momento, como por exemplo: “Levantae hoje de novo/ o esplendor de Portugal!”, “Brade a Europa à terra inteira/ Portugal não pereceu!” e “Seja o echo de uma affronta/ O signal de resurgir” (A. Keil e H. Mendonça, *A Portuguesa*).

consciência que, por vezes, se mantinha adormecida — a consciência nacional. O país organizou-se e manifestou-se, efectivamente, contra uma situação que punha, de certo modo, em causa a sua liberdade¹⁸. Essa revolta “foi assumida principalmente pelos sectores intelectualizados e jovens da burguesia dominante” (J. H. Saraiva 1983^b: 493).

Períodos de crise moral, como o período em estudo, propiciam uma insistência na divulgação histórica, que, neste caso, se verificou, muito especialmente, através de uma “revivescência da memória dos primeiros tempos da dinastia de Avis” (S. Matos 1998: 23). Surge, então, a necessidade de um Messias que salve a Pátria da degradação total, alguém que apresente as soluções, os exemplos necessários para guiar o país para um porto seguro. Essa procura tornou “cadente o debate acerca do perfil do herói nacional” (S. Matos 1998: 462), tratava-se de encontrar “um Homem, um Salvador que redimisse a Pátria e lhe trouxesse novo sentido de futuro, como sucedera com Nuno Álvares Pereira no final do século XIV” (S. Matos 1998: 200).

Embora Camões tenha sido feito “símbolo da unidade nacional e da grandeza histórica de Portugal” (N. Teixeira 1990: 79) durante as manifestações contra o Ultimato e contra a actuação do rei D. Carlos¹⁹, nessa procura de soluções messiânicas, “o exemplo de Nuno Álvares Pereira será muito invocado no decénio de 1890” (S. Matos 1998: 418). Até então, durante o século XIX, nomeadamente a partir dos anos 40, houvera como que uma certa subalternização da figura de Nuno Álvares Pereira, a que não foi alheia a obra anteriormente estudada, *O Alfageme de Santarém*. De facto, verificou-se nessa época uma “relativa secundarização do herói

¹⁸ Segundo S. Matos 1998, no século XIX “[a] ameaça da perda da independência persistia, em novos termos”(p. 200), relativamente aos verificados no século XIV.

¹⁹ Em parte, aproveitando o facto de se comemorar o tricentenário da morte do poeta português.

guerreiro” (S. Matos 1998: 464), que terá influenciado, necessariamente, a escassa recorrência à invocação desta figura histórica.

S. Matos propõe dois factores que poderão ter contribuído para um certo apagamento deste herói: a tradição da sua santidade fora um tanto esquecida após a instauração do regime liberal, que se afirmava na secularização e anticlericalismo, e o facto de a temática medievalista tender a passar de moda, tornando-se mais frequentes as incursões literárias na época contemporânea (cf. 1998: 465).

No entanto, pelas razões históricas anteriormente apontadas, surgiu, nos finais de oitocentos, um renovado interesse por esta personagem, “[a] sua legendária figura, as virtudes religiosas que evidenciara voltavam a primeiro plano” (S. Matos 1998: 465).

Muitos foram os autores que invocaram o seu heroísmo e excelência de qualidades, destacando-se, entre eles, Oliveira Martins, Guerra Junqueiro e Zeferino Cándido, cujas manifestações literárias foram as mais expressivas neste campo e serão analisadas a seguir.

2.1.Oliveira Martins

2.1.1. O autor e a sua obra

A bibliografia de Oliveira Martins é vasta e variada. O autor é conhecido sobretudo como historiador, “mas considerava-se acima de tudo um homem político, como quem entende que a política é a continuação da História na actualidade” (A. J. Saraiva 1996^a: 83). Tendo noção das potencialidades interventivas da escrita, muitas das suas publicações jornalísticas visavam directa ou indirectamente a acção (cf. A. J. Saraiva 1996^a: 83).

A obra *A Vida de Nun'Álvares* faz parte de um projecto que tinha em vista uma fixação escrita minuciosa e pormenorizada dos acontecimentos que ocorreram durante a dinastia de Avis, concretizado em três volumes: *Os filhos de D. João I* (1891), *A Vida de Nun'Álvares* (1893) e *O Príncipe Perfeito*, obra que não chegou a concluir²⁰, pois faleceu entretanto. Oliveira Martins, na Advertência d' *A Vida de Nun'Álvares*, designa este período da História de Portugal como “um clarão de luz incomparável” (p. 8), “um dos fenómenos mais nobremente interessantes da passagem dos homens sobre a terra” (p. 9).

Tendo um estilo um tanto livre, permitindo inserções que facilmente se poderiam considerar de carácter subjectivo, Oliveira Martins tem a consciência de que esse é o segredo do sucesso das suas obras e que é o modo de conquistar leitores, atraindo-os para um melhor conhecimento da História de Portugal. Esse estilo fê-lo, muitas vezes, merecer críticas, que, embora respeitadas pelo autor, não o faziam alterar o seu modo de contar a História.

²⁰ Cujo rascunho do primeiro capítulo “foi aproveitado para a edição pelo seu amigo Henrique de Barros Gomes” (A. J. Saraiva 1996^a: 88).

Para Martins, “[a] historia ha de sempre ser uma resurreição; e o processo artistico ou synthetico ser-lhe-ha sempre adequado”, conforme expressa na Advertência da obra *Os filhos de D. João I* (p. VI). Tendo como referência Plutarco, o autor considerava que a análise psicológica e o exame biográfico deviam ser considerados o núcleo do estudo e observação dos tempos (cf. O. Martins, *Os filhos de D. João I*). Deste modo, o estudo do indivíduo, isto é, o processo biográfico, surge, para este autor, como um método preferencial²¹ (cf. S. Matos 2000:161):

“A história tem nos caracteres, como a pintura no retrato, o seu terreno de eleição; porque o homem, com as suas crenças, ideias e até preconceitos e fabulas, foi o constructor da sociedade. Não existe materia de historia, quando não ha caracteres accentuados” (“Advertência” in *Os filhos de D. João I*, p. VI).

A esta concepção não foi de todo alheio o pensamento de Carlyle, cuja obra *Heróis*²² foi uma referência obrigatória para os historiadores e ensaístas contemporâneos, incluindo Oliveira Martins (cf. S. Matos: 1990: 108). Para Carlyle, a história Universal é “a história do que o homem realizou neste mundo, é fundamentalmente a história dos homens superiores que actuaram à superfície da terra” (2002: 15). Destacam-se, assim, os heróis, que

“[f]oram condutores de homens, os homens superiores; modeladores, forjadores e, num sentido amplo, criadores, de quanto as multidões se propuseram fazer ou atingir” (T. Carlyle 2002: 15).

²¹ S. Matos aponta que nas escolas, “[n]a 1ª classe, o patriotismo seria sobretudo cultivado através do conhecimento de biografias e feitos de grandes personalidades” (1990: 25)

²² Título original: *On heroes: hero-worship and the heroic in history*.

Deste modo, esta ideia vinculada de que a História é feita por determinados homens, heróis, também sublinhada na Advertência da obra em estudo²³, condicionou a produção escrita de Martins, elegendo este, como objecto de análise privilegiado, a vida de determinados homens. Com esse estudo conseguia quer dar largas à sua eloquência e discurso, por vezes emotivo e reflexivo, quer apresentar um retrato histórico da época em questão, pois

“[n]o âmbito de uma narrativa dramática dos sucessos, as biografias permitiam-lhe transmitir um efeito ao mesmo tempo trágico e realista da vida do homem do passado. Por outro lado, constituíam um meio de aceder à visão de conjunto sobre o contexto social e mental das épocas a que diziam respeito” (S. Matos 2000: 161).

Segundo o estudo de A. J. Saraiva (1996^a: 88), os vectores que norteiam o pensamento histórico de Oliveira Martins são o da Vontade e o da Justiça:

“A Vontade (ou Heroísmo) é a manifestação da energia pessoal (que pode tornar-se colectiva). Não tem outro propósito senão exceder-se. É gratuita, como a busca da Beleza. Trata-se de algo irracional, que busca fim em si próprio, como a Arte.”

Logo, “a História é uma sucessão de vontades favorecidas ou contrariadas por acasos” (A. J. Saraiva 1996^a: 91), vontades essas que nascem em determinados homens e que, quando postas em prática por eles, os transformam nos heróis que individualizam as gerações, conforme mencionado anteriormente. Assim, “[a] origem de Portugal está nele mesmo, na vontade dos seus homens” (A. J. Saraiva 1996^a: 100), pelo que a sua emergência é “uma realização da vontade” (A. J. Saraiva 1996^a: 100). Compreende-se, desta forma, a opção de Oliveira Martins ao

²³ De acordo com o autor, cada geração tem um homem que a torna diferente das outras, que a constrói: “sucedem-se durante esse período as gerações, trazendo cada uma delas o nome de um herói que as individualiza” (“Advertência” in *A vida de Nun’Álvares*, p. 8).

escolher para um estudo pormenorizado e exaustivo a vida de um homem que foi o maior herói, não só da sua geração, mas, quem sabe, da História do seu país e cuja vontade determinou a independência e autonomia do mesmo, num determinado período histórico.

2.1.2. *A Vida de Nun' Álvares*

A Vida de Nun' Álvares revela da parte de Martins uma pesquisa exaustiva e uma grande preocupação na documentação dos factos²⁴. Nesta obra, assim como em *Os filhos de D. João I*, acusa-se “plenamente o culturólogo e o sociólogo, ou o escritor sempre atento à *situação*, à *conjuntura*, à *razão genérica*” (C. Soveral 1997^a: 612).

Tendo tido, como afirma, como fonte principal para a produção de *A Vida de Nun' Álvares* a biografia medieval, *Crónica do Condestável*, Martins utilizou muitas outras obras²⁵. Às crónicas de Fernão Lopes diz só ter recorrido em casos em que a *Crónica do Condestável* não fornecia informação suficiente para provar determinado facto e que se tornou útil a crítica e rectificação de Fernão Lopes (cf. Nota 1, p. 317) que, como se sabe, ampliou substancialmente a sua fonte privilegiada. Deste modo, para relatar determinado acontecimento, a escrita de Martins passou por um processo, poder-se-ia dizer, composto por quatro fases: primeiro utilizava a *Crónica do Condestável*, a seguir as crónicas de Fernão Lopes, numa terceira fase inseria pormenores específicos encontrados em fontes dedicadas

²⁴ Para esta obra o autor escreveu 904 notas onde explica factos, fornece detalhes, indica a referência biográfica das fontes de que se serviu, especifica datas e circunstâncias, transcreve documentos, dá informação detalhada acerca de pormenores da época, entre outros.

²⁵ De acordo com C. Soveral, “[c]om acentuado rigor cronológico, porventura com toda a densidade que a madureza da preparação e do génio lhe proporcionam, move-se Oliveira Martins na difícil coordenação dos materiais copiosos que uma tão importante trajectória vital e as circunstâncias de toda a natureza que se lhe prendem necessariamente hão-de compreender” (1997^b :1169).

mais concretamente a determinados assuntos²⁶ e, por fim, ainda retocava a pintura com as suas próprias reflexões e comentários. Como resultado, Oliveira Martins apresenta-nos uma “história que se alimenta de fontes e estudos, mas também de intuição, verosimilhança e construção simbólica” (S. Matos 2000: 162).

A *Vida de Nun'Álvares*, em termos de biografia, difere em muito da biografia medieval, *Crónica do Condestável*, onde, como referido anteriormente²⁷, Nuno Álvares era o centro de toda a acção e só o que estivesse directamente relacionado com ele interessava. A obra de Martins vai muito além da biografia do autor anónimo, no que concerne ao relato da vida do herói que biografava, isto porque apresenta, por vezes bastante pormenorizadamente, todo o contexto político e social da época, descreve locais, apresenta questões da esfera da administração (preços, moeda), enumera cargos e uma série de situações que em nada se relacionam com o herói principal. Assim, esta obra ultrapassa largamente os limites da biografia que teve como fonte, a *Crónica do Condestável*, assumindo contornos bastante nítidos de uma História da época.

2.1.2.1. Nuno Álvares Pereira

A imagem que Oliveira Martins constrói de Nuno Álvares e nos apresenta na sua obra é substancialmente fiel à recebida das crónicas medievais, revestindo-se, no entanto, de uma maior complexidade. Verifica-se na obra uma delimitação clara das várias fases da sua vida, cada fase correspondendo a um

²⁶ Recorre, por exemplo, à *Crónica dos Carmelitas*, nomeadamente aquando do relato de factos relacionados com o Convento do Carmo; à *Batalha de Aljubarrota*, de C. Ximenes de Sandoval, para acrescentar pormenores acerca da mesma; ao *Catálogo dos bispos do Porto*, de Cunha, quando é necessário explicar movimentações e acções da Igreja. A escolha das fontes é, deste modo, criteriosa, obedecendo à sua relevância no tratamento de determinado assunto. Poder-se-á dizer que foram seleccionadas as fontes “especializadas” na documentação de factos específicos.

²⁷ Ver *supra* pp. 16-17.

homem distinto, isto porque Nuno Álvares vai crescendo, amadurecendo e, em suma, melhorando ao longo da sua vida²⁸. Deste modo, respeitando sempre uma coerência em relação às linhas gerais que regulam o comportamento da personagem e que são apanágio da sua representação, tais como a virtude de carácter, o desejo de lutar, a inigualável força guerreira e as qualidades de um santo, o autor faz uma separação, onde em cada fase da vida de Nuno sobressai esta ou aquela característica²⁹, aprofundando, ao mesmo tempo, cada uma e revestindo-as da complexidade inerente ao ser humano³⁰.

A primeira etapa da sua vida, desde que nasce até que começa efectivamente a lutar, é um período muito negativo na existência da personagem. É-nos apresentado um jovem extremamente pessimista, com uma visão muito depreciativa da vida, tudo porque ainda não teve oportunidade de manifestar toda a sua potencialidade, toda a sua força.

A ideia de herói predestinado é aqui recuperada da *Crónica de D. João I*³¹, que o autor usa como fonte para documentar a profecia feita à nascença³². É essa ideia, que revestiu de esperança Álvaro Gonçalves Pereira, pai da personagem e, anos depois, o próprio Nuno Álvares, que irá contribuir para uma profunda desilusão deste ao ver que não tinha oportunidade para concretizar a promessa. O facto de não

²⁸ Ao contrário da estratégia adoptada pela *Crónica do Condestável*, onde a apresentação do herói se desenvolve no sentido de demonstrar as capacidades que ele sempre tivera em si (ver *supra* p.24).

²⁹ Segundo S. Matos, “Martins acentuava as qualidades do herói nas diversas fases da sua vida: o ofício guerreiro, a vida religiosa, e por fim, o despojamento dos bens materiais, entendido como síntese” (1998: 466).

³⁰ S. Matos (1998) afirma que “Martins considerava as personalidades históricas nas suas qualidades e defeitos, dotava o herói peninsular de qualidades eminentemente humanas” (p. 423). Considera ainda que “nenhum historiador oitocentista foi tão longe quanto ele na caracterização psicológica ideal das personalidades que impressivamente retratou” (p. 390).

³¹ Conforme já foi mencionado na Secção I do presente estudo, enquanto que na *Crónica do Condestabre* é construída a imagem de uma criança prodígio (ver *supra* p. 23), na crónica de Fernão Lopes é apresentado um herói predestinado (ver *supra* p. 28). Martins opta por se apropriar desta última perspectiva.

³² Cf. *A Vida de Nun'Álvares*, Nota 6, p. 318.

se poder exprimir como queria, lutando, fazia aumentar nele um vazio que assumiu proporções bastante preocupantes.

Após ser introduzido na corte de D. Fernando e armado com o arnês que pertencera ao Mestre de Avis, Nuno Álvares começa a experienciar as consequências da falta de autoridade. Como ainda era jovem e não tinha provado o seu valor, as pessoas a quem devia obediência, o irmão mais velho e o rei, impediam-no de lutar; não lutando não podia demonstrar o seu potencial — tal ciclo vicioso desesperava o herói predestinado, que se via, assim, impedido de cumprir o seu fado.

É construída, ao longo da narração, uma gradação crescente da frustração do herói, seguindo uma estratégia do autor, cuja intenção só no final desta fase o leitor terá conhecimento. Num período de inércia, em que o impediam de lutar,

“Nuno Álvares chorava lágrimas de desespero” (p. 48).

Face à inação dos seus, a imagem de herói solitário é recuperada:

“Bater-se-ia ele.[...] Avançaria ele, sozinho, num duelo singular. Assim o diziam as histórias, em que o valor de um homem vinga os erros das sociedades”³³ (p. 49).

A frustração do jovem vai crescendo à medida que o tempo vai passando e ele não vê possibilidades de entrar em acção, de manifestar a razão da sua existência, de, enfim, concretizar-se. O seu desespero é apresentado com tal intensidade que a) deseja a morte, visto b) não conseguir compreender o mundo em que vive, pois este apresenta-se subvertido aos seus olhos, o que o leva à c) alienação da realidade que o cerca:

³³ Está aqui bem patente a ideia de Martins de que é o valor de alguns homens que constrói as sociedades (ver *supra* p.98) e a Vontade é o motor que permitiu a emergência do país (ver *supra* p. 99).

- a) “não dera a Nuno Álvares a morte como prémio desejado da afronta que o torturava [...] queria bater-se, queria morrer!” (p. 64)
- b) “ Estava cego... Ou o mundo, ou ele, andavam desassisados” (p. 65).
- c) “Esquivo, perdendo-se pelos cantos da cidade, surpreendeu-se a falar só, com um ar de homem atordoado, Nuno Álvares nem deu valor ao contrato de pazes que se assinaram logo” (p. 66).

Na apresentação desta visão negativista do mundo “tão miserável e tão mesquinho”(p.69), o autor introduz-nos reflexões da personagem que parecem denotar uma profunda crise existencial³⁴,

“[p]artia num desses estados de abatimento moral do ânimo, parecendo-lhe que tudo acabara já, e a vida que lhe abria os braços era um misto fantástico de vazio e nojo” (p. 69),

que parece, no entanto, não estar completamente alheia de influências românticas:

“Ferviam-lhe no peito ardores insaciados e no cérebro dançavam-lhe visões de desespero”³⁵ (pp. 69-70).

A frustração que Nuno Álvares sentia quando era impedido de lutar é algo que pauta desde sempre a sua caracterização, as crónicas medievais demonstram-no claramente, mas de um modo pouco profundo, visto a narração dos acontecimentos se precipitar de uma forma mais rápida, não dando lugar a incursões demoradas e pormenorizadas no íntimo da personagem. As crónicas vincam esse sentimento de frustração, mas como mais um meio de mostrar o desejo de lutar do herói e de fazer crescer nele a vontade de se expressar no campo de batalha, por seu lado, Oliveira

³⁴ S. Matos aventa a hipótese: face a esta “multiplicidade da natureza humana, divisão do eu, contradição na vontade e no pensamento (paradoxo no querer): não estaremos já bem perto da problemática da ausência de sentido da vida, do absurdo da existência dos poetas modernistas?” (1990:139).

³⁵ Aliás, toda esta fase da vida de Nuno Álvares parece possuir os traços mais marcantes do paradigma romântico, são eles “a solidão, a dificuldade de integração numa sociedade demasiado acanhada e mesquinha para a sua grandeza moral” (S. Matos 1990: 108).

Martins vai muito mais longe na caracterização psicológica da personagem, elevando essa frustração até aos limites, chegando ao ponto de nos apresentar um jovem que já só deseja a morte.

Vejam-se dois exemplos em que Oliveira Martins completa as informações lacónicas, sob o ponto de vista psicológico, da *Crónica do Condestável*:

- O pai de Nuno Álvares mandou-o, com o seu irmão Diogo Álvares, reconhecer o exército castelhano, quando este passava por Santarém:

Crónica do Condestável

“E porque as gentes del rey de Castella passavam per açerca de Santarem pera Lixboa, honde seu senhor estava, o priol, por ensayar dom Nun’Alvrez, seu filho, pero assy fosse moço, lhe mandou que cavalgasse, e esso mesmo mandou a outro seu filho, que chamavam Dieg’Alvrez, que foy um bõ cavalleyro da Ordem, que também cavalgasse. [...] E logo Dieg’Alvrez e esso meesmo dom Nun’ Alvrez, pero que fosse moço, e os outros que com elles mandarom, fizeram o que lhes o prioll mandou e se foram fora da villa contra aquella parte per honde deziã que as gentes del rey de Castella passavam, e, porque nom acharom nem poderam veer nenhũa cousa, tornaram-se a villa” (cap. 2, p. 4).

A Vida de Nun’Álvares

“e o prior [...] mandou Nuno Álvares fora, em companhia do seu irmão Diogo Álvares, a reconhecer as forças dos castelhanos. Era a primeira vez que o rapaz montava a cavalo em frente do inimigo. *O medo de si próprio; o receio de não corresponder ao ideal criado pela imaginação; o desdobramento nítido de duas personalidades, uma que tinha por natureza, outra inventada por deliberação; eis o que revolia o espírito vibrante de Nuno Álvares. Teria ombros para as armas que o pensamento lhe forjara? Poderia o seu ânimo com a missão de que se achava investido?...* Montou, saiu, desceu, galopando, a encosta íngreme de Santarém, Correu, observando o inimigo; e nenhum resfriamento lhe enrugava a pele, nenhuma comoção forte lhe encendiava o sangue. Tudo lhe parecia natural. *Estranhava até a sua impassibilidade. Não podia crer que fosse a primeira vez*” (p. 31, itálico meu).

- Nuno Álvares decide armar uma cilada aos castelhanos:

Crónica do Condestável

“e veêdo como em cada hũu dia e amiude os castellaãos sayam fora da frota a colher uvas e fruyta, porque era entom em tempo della, hũu dia aa noite, Nun’ Alvrez, sem o fazendo saber ao prioll, seu irmão, nem aos outros seus irmãos, fallou com hũu bõo cavallerio que era seu cunhado, casado com huũa sua irmãa, que chamavam Pedro Afonssso do Casal, de como era sua vontade de em outro dia hir lançar hũa cillada” (cap. 12, p. 26).

A Vida de Nun’Álvares

“Estava-se em Agosto, no tempo das uvas; e os castelhanos desembarcavam quase todos os dias, talando as vinhas e os pomares de fruta. No *estado de depressão* em que o deixara a aventura do seu duelo frustrado, *Nuno Álvares sentia-se pequeno, com as suas ambições generosas amarrotadas pela realidade dos tempos. Dias seguidos de melancolia negra o tomavam, reconhecendo-se inútil e incapaz de vencer a fatalidade das coisas.* Mas esse atrevimento diário dos castelhanos, nas barbas, quase às portas da cidade, dentro de cujos muros havia, porém, tanta gente válida, *picava-lhe outra vez o sangue, acordando-o e chamando-o para empresas novas.* Uma noite, em segredo, para que o irmão ignorasse, convidou Pedro Afonso do Casal, seu cunhado, a armarem uma cilada” (p. 58, *italico meu*).

Como se pode verificar, Oliveira Martins interpreta as omissões da *Crónica do Condestável*, no que diz respeito à dimensão psicológica do herói³⁶. Resulta desse facto a caracterização de uma personagem mais completa a todos os níveis que pautam a existência do ser humano, uma vez que o autor reveste a personagem de substância, de essência.

³⁶ É curioso verificar a apreciação que anos mais tarde, em 1916, na conferência *Joana d’Arc e Nun’Alvares*, o Conselheiro J. Fernando de Souza faz desta construção de Oliveira Martins e o modo como ele justifica o ponto de vista do autor de *A vida de Nun’Álvares*: “[a]lgo porém faltava a Oliveira Martins para compreender Nun’Alvares. Avassalava-lhe o espirito a flexuosa, contradictoria e obscura philosophia allemã... Faltou-lhe a formação intellectual Christã ... Por isso a santidade é para elle uma forma de allucinação. O amor de Deus a que a religião aspira, o anhelos ardente da perfeição moral, as esperanças immortaes da beatitude, transformam-se, sob a sua penna, em allucinações, formas de suicidio lento, anceios de aniquilamento, aspirações ao *Nirvana*” (apud V. Cordeiro, *Vida do Beato Nuno Alvarez Pereira*, p. 13).

Toda esta apresentação do herói culmina com o desvendar de uma simbiose perfeita entre a personagem e o seu país³⁷, onde nos é apresentada uma comunhão de sentimentos e de estados de espírito — Nuno Álvares representava, naquele momento, o estado de Portugal; o seu sofrimento, degradação e angústia eram o pronunciar de algo que estava também a nascer em Portugal — o sentimento patriótico. Era Nuno Álvares que sentia as dores desse parto difícil:

“E não era um homem que sucumbia: era um povo inteiro, a honra de uma nação. Este sentimento ainda ignoto, nascido com ele, na sua alma: o sentimento heróico da Pátria portuguesa que o abrasava [...] porque as crises do seu desespero pareciam-lhe mortais, quando eram apenas as dores inominadas da concepção das ideia gerada no seu seio de paracleto nacional” (p. 70).

Torna-se, deste modo, claro que Martins considerava Nuno Álvares o pai do sentimento e força nacionalistas. Assim, a “emergência” deste herói³⁸ era muitíssimo necessária e essencial, pois dela dependia a emergência de Portugal como país e Pátria.

Como se pode verificar, Oliveira Martins reveste a imagem da personagem de uma maior fragilidade e vulnerabilidade. Põe de lado a imagem ideal de um homem perfeito, característica que o afastava dos comuns humanos com quem se relacionava, que se verifica nas crónicas medievais³⁹, para introduzir *nuances* mais humanas, com as quais qualquer leitor facilmente se identificaria. Não seria uma das suas intenções mostrar que Nuno Álvares era, apesar de todas as qualidades excepcionais, um homem como os outros e o que fez com que fosse um herói tão

³⁷ S. Matos observa que “a noção de heroísmo em Oliveira Martins refere-se, à maneira hegeliana, não apenas a determinadas personalidades históricas representativas, mas exprime um todo, o génio peninsular ou o génio nacional — o carácter dos povos peninsulares, ou o carácter nacional —, claramente distinto do carácter dos outros povos” (1998: 389).

³⁸ Expressão utilizada por A. Branco (1998).

³⁹ Ver *supra* p. 30.

magnífico foi a sua vontade? Deste modo, o autor põe nas mãos dos portugueses, seres humanos como Nuno Álvares, o destino do seu país, que pode ser melhor, desde que seja esse o verdadeiro desejo de todos.

Um novo ciclo tem início na vida de Nuno Álvares com a morte de D. Fernando. O jovem adere à causa do Mestre e inicia a sua actividade guerreira mais expressiva: é neste período da sua vida que ele manifestará toda a sua pujança como homem de armas. Tendo em conta que o autor não se desvia muito das representações medievais desta personagem⁴⁰, cabe aqui analisar as diferenças que introduz e tentar perceber qual o efeito das mesmas.

Ao contrário de uma precipitação rápida dos acontecimentos, que, como já foi referido anteriormente, era comum nas crónicas medievais, o que fez com que na *Crónica do Condestável* se desse a ideia de que a heroicidade de Nuno Álvares tenha sido rapidamente do conhecimento do inimigo e, por consequência, este tenha começado, logo, a temê-lo, o autor da obra em estudo ou por uma questão de verosimilhança, ou para dificultar um pouco o processo de ascensão do herói, apresenta um homem que teve que provar efectivamente o seu valor, para que este fosse reconhecido pelo seu inimigo, que, no início, não o valorizava:

“Todos os rivais, satisfeitos, estavam certos de que se acabava assim com esse rapaz insuportável” (p. 109);

“porque desdenhavam desse punhado obscuro de gentes bisonhas, comandadas por um fedelho” (p. 122).

⁴⁰ Mantêm-se na caracterização do herói guerreiro os seguintes traços: discursos eloquentes que convencem os seus a lutar (pp. 101, 117 e 121); amor à terra (p. 102); qualidades que contagiam os outros (p.103); simbiose entre Nuno Álvares e a sua hoste (p.122); sempre pronto para lutar (p.132); a sua ausência é uma desvantagem para os seus (p. 137); guerreiro invencível, astuto (p. 151) e cuja táctica é sempre eficaz (p. 154); impaciente (p. 165); perspicaz (p. 188); na batalha está em toda a parte (p. 196); excita o valor até à loucura (p. 202).

Fernão Lopes também dá conta dessa dificuldade. Veja-se, por exemplo, a descrição da situação que decorre quando o Conde de Maiorca, D. Pedro Álvares de Lara, se encontrava em Santarém: enquanto a *Crónica do Condestável* relata que Nuno Álvares, com a permissão do Mestre, desafiou o Conde e este aceitou o desafio, que só não aconteceu porque o Mestre entendeu, posteriormente, que era melhor Nuno Álvares se poupar, pois já tinha trabalhos demais (cap. 22, p. 50); Fernão Lopes dá conta dessa versão dos acontecimentos, mas afirma preferir a versão de um outro historiador, que lhe parece mais razoável — foi o Conde que propôs o desafio ao Mestre e, quando recebeu a resposta de Nuno Álvares a aceitar o desafio, respondeu indignado:

“Quem he esse NumAllvarez? disse o Comde. — Senhor, disse elle, he huũ irmão de dom PedrAllvares, Prioll do Crato. — nõ sei, disse o Comde, que homem he, nem o conheço; nem cuoro doutrem se nom da pessoa do Meestre, nem poerei o corpo se nom a elle; que, quanto aos padres, da linhagem dos Reis viimos” (*Crónica de D. João I, Primeira Parte, cap. 70, p. 138*)⁴¹.

Deste modo, se verifica a construção da imagem de um herói que teve, de facto, de provar a sua valentia, de modo a ser reconhecido e respeitado pelos outros. Oliveira Martins, como é natural, optou por seguir esta versão dos acontecimentos (p. 105-106).

A seguir à batalha dos Atoleiros, depois de ter dado mostras da sua valentia, Nuno Álvares começa a ser visto como um inimigo real e temido como tal:

“a sua fama já se alongava por Castela” (p. 131);

⁴¹ Ainda acerca desta perspectiva diferente na apresentação do processo de ascensão do herói, veja-se o seguinte exemplo: a nomeação de Nuno Álvares para o lugar de fronteiro do Alentejo mereceu, no relato da *Crónica do Condestável*, a alegria e prazer de todos (cap.27, p. 58); Fernão Lopes, por seu lado, introduz, na narração do episódio, uma voz discordante — “O doutor Joham daRegras, era muito comtra esto, dizemdo que pera tamanho emcarrego compria mamdar huũ homem de madura autoridade, muito avisado, e sabedor de guerra; de mais que NunAllvarez tragia seus irmãos com os emmiigos, e outras rrazões que asiinava, pera nom seer elle o que ouvesse dhir” (*Crónica de D. João I, Primeira Parte, cap. 87, p. 166*).

“A lembrança de Atoleiros intimidava-os” (p. 133).

A faceta de Nuno Álvares como salvador da pátria é bastante explorada na obra. A personagem é apresentada como a única solução para a sobrevivência do país enquanto uma unidade independente e autónoma, Nuno Álvares é o Messias⁴² de que Portugal necessitava. Para tal, o autor vai construindo uma necessidade crescente da aparição de Nuno Álvares em toda a sua pujança como herói salvador: o inimigo estava à porta e queria entrar à força (p. 78), Lisboa encontrava-se num estado de anarquia (p. 90), faltava, portanto, à revolução um braço que a comandasse (p. 98). Era necessária a intervenção de alguém suficientemente corajoso para enfrentar uma situação tão adversa,

“[p]ois ninguém se convenceria de que só um acto de loucura heróica seria capaz de aguentar Portugal, no seu cair desolado para os lameiros de um abismo?” (p. 79)

E esse acto de loucura heróica concretizou-se através de Nuno Álvares. Portugal reagiu, de facto, de acordo com os ditames que as circunstâncias impunham, isto é, pelas vias da luta armada, cujo comandante foi o responsável pela restituição da esperança a um país que sofria sem reagir e, como tal, foi devidamente reconhecido pelos seus conterrâneos:

“celebrando a chegada de um salvador” (p. 140);

“luminosa esperança de asas abertas” (p. 143);

“Mas já a este tempo se espalhara, com os raios do sol erguendo-se, a notícia da chegada do anjo bom de Lisboa” (p. 145);

“Adoravam-no, divinizando-o [...] e as asas do seu pensamento [...] salvariam o Reino: salvá-los-iam a todos” (p. 146).

⁴² Embora, na obra, o capítulo entitulado “Messias” seja dedicado ao Mestre de Avis, a imagem que é veiculada na obra é que Nuno Álvares Pereira também o era.

A união de Nuno Álvares com o Mestre de Avis era então vista como o milagre de que Portugal necessitava para se salvar:

“Esse milagre havia de o fazer Deus por intervenção do rei e do condestável” (p. 181)⁴³.

Em relação à caracterização do exército de Nuno Álvares, Oliveira Martins, além de fazer alusão a características normalmente associadas à hoste — o medo que os seus homens tinham (p. 117); o facto de estarem mal armados (pp. 119, 121 e 183); a inferioridade numérica (p. 132); a aparente desorganização (p.192), — acentua ainda o contraste entre os dois exércitos que se defrontavam, o português e o castelhano, em termos de cor, sendo que o português era sempre obscuro e o inimigo reluzente:

“Eram dez horas; o sol alto dava-lhes [aos castelhanos] de frente e incendiava o aço das armas e armaduras, deixando à sombra dos montes sobranceiros a hoste soturna dos portugueses” (p. 193).

Neste caso inverte-se a ideia comum: a luz é representada pelo exército inimigo, que simboliza o Mal, e a sombra é representada pelo Bem. Esta concepção poderá ser consequência de influências da época em que o autor escreveu, em que, como aponta A. e Silva, a temática decadentista pautava muitas produções literárias (cf. *Verbo. Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, vol. 16º, pp. 828-829). Há, realmente, toda uma inversão no campo das probabilidades quando se faz referência aos dois exércitos: os castelhanos sempre tiveram mais condições para vencer, mas foram os portugueses que o conseguiram. Tal caracterização do exército serve,

⁴³ Tal como Fernão Lopes fizera, ver *supra* p. 30, também Oliveira Martins nos apresenta um Mestre de Avis cujas características diferem das de Nuno Álvares: falta de autoridade (p. 78); hesitante (p. 79); desorientado (p. 93); demagogo (p. 95); era, sobretudo, um político (pp. 107, 162, entre outras); pensamento firme (p. 191); tinha a virtude de reconhecer o valor de Nuno Álvares (p. 233). Deste modo, a união das duas personagens forma um todo que é a fórmula certa que propicia a vitória.

evidentemente, para valorizar ainda mais o seu líder, que consegue, apesar das adversidades, vencer, saindo, deste modo, reforçada e reafirmada a bravura de Nuno Álvares.

Estamos, nesta fase da sua vida, perante um homem mais experiente, que já aprendeu muito e, às custas da sua própria vivência, já está num nível superior que lhe permite olhar para os mitos que venerava na infância e concluir que os ideais sonhados, sem a força de vontade e a própria acção, nunca passariam de ideais, de utopias. Nuno Álvares, à medida que vai agindo, vencendo, confrontando-se com a realidade, vai apreendendo uma noção mais concreta da vida e da própria realidade. Verifica-se, deste modo, que o processo de amadurecimento do herói continua, sendo que os seus sonhos e desejos se centram muito mais na luta por Portugal, afastando-se dos sonhos com a cavalaria, apenas como um ideal, e com Galaaz, apenas como um mito:

“Como a imagem fantástica do Galaaz dos seus primeiros anos lhe provocava hoje, conhecedor da vida e do mundo, e dos homens, um sorriso de desdém e acessos de ironia!” (pp. 213-214)

Este facto é várias vezes realçado ao longo da obra⁴⁴, o que pode significar, da parte do autor, uma sugestão da ineficácia e insuficiência dos ideais quando não passam disso mesmo, pois para que se atinja, de facto, algo é precisa a acção, a prática, em suma, é precisa uma Vontade efectiva da parte dos homens. No Passado Portugal precisou de alguém que aceitasse o desafio de lutar pela pátria e agisse em conformidade — teve Nuno Álvares. E agora, nos finais do século XIX, após um Ultimato inglês, quem é que estaria disposto a agir?

⁴⁴ Ver, por exemplo, páginas 223, 232 e 250.

A fase que se segue na vida de Nuno Álvares é como que um ponto de viragem, uma transição entre o guerreiro e o santo. Acalmados os ânimos da excitação das vitórias, Nuno Álvares deparou com uma realidade onde não se sentia confortável e não se podia exprimir: a paz. Depois da tempestade, dos tempos difíceis e dos momentos de adversidade, que eram para ele de alegria⁴⁵, veio a bonança, o vazio, enfim, novamente a ideia da inutilidade:

“Símbolo superior de toda a realidade, principia a morrer no instante em que vê realizado o plano heróico da sua existência. A vitória é para ele o fim” (p. 249).

Ele próprio contribuíra para a construção de uma sociedade que não compreendia, a dos leigos, dos letrados, donde sobressaía João das Regras, uma sociedade que assenta no poder da palavra e já não no poder da espada. Não havia já lugar para ele nessa nova realidade. Sem a guerra que o alimentava, desejava agora o afastamento desse mundo:

“a aspiração da sua alma era a Morte; mas não o aniquilamento. Era a Morte cristã, ressurreição num empíreo de bondade e virtude absolutas; negação do mundo terrestre, em nome do mundo ideal concebido pela imaginação santa” (p. 251)⁴⁶.

Perante esta posição charneira em que a personagem já não é o que era e ainda não é o que deseja ser, Oliveira Martins confronta-nos de novo com a complexidade do ser humano, a dualidade de sentimentos e emoções:

“Nuno Álvares encontrava-se perante aquele quase vazio, mistura de satisfação e saudade, de orgulho e tristeza, que invade o espírito humano, nos raros momentos em que lhe é dado considerar realizado um desejo” (p. 277).

⁴⁵ De acordo com o texto, “[o] bom humor não abandonava o herói, nem nos lances mais cruéis; até parece que, inacessível à desesperança, a alegria requintava com a dureza da situação” (p. 139).

⁴⁶ Novamente, nesta situação, surge a ideia de simbiose entre o estado de Nuno Álvares e o estado de Portugal: “[e]ste estado mental do condestável [...] ia ser o estado de consciência colectiva em Portugal” (p. 251).

É numa quarta fase da vida de Nuno Álvares que este se dedica por completo a uma vida de religioso praticante. Todas as características do homem virtuoso, caridoso, ardentemente devoto e cuja fé é indestrutível são aqui apresentadas em toda a sua força e carga emotiva. No capítulo X, “O Santo Condestável”, após fazer uma retrospectiva de toda a vida do herói, como é, aliás, método comum em Martins⁴⁷, o autor apresenta uma lista das igrejas que Nuno Álvares mandou construir e os seus novos hábitos e modo de vida de homem religioso⁴⁸:

“O espírito místico, tonificava-o com a prática da oração quase constante. Ouvia missas todos os dias [...] [tinha] fé indestrutível em si próprio, e ao mesmo tempo uma caridade inesgotável para com todos os homens” (pp. 282-283).

Inicia-se uma última fase da vida do herói, a quinta, após a morte da sua filha, que foi como se parte dele morresse também. Ainda foi a Ceuta e ajudou na sua conquista, mas quando voltou a Portugal enclausurou-se no Convento do Carmo, que ele próprio mandara construir. Foi neste período de abnegação total e de profunda reflexão que Nuno Álvares

“concluía que o Nada é a síntese suprema das coisas” (p. 294).

Após tal conclusão, restava-lhe a morte, que teve como consequência um avivar do culto da sua santidade. É neste último capítulo, “Frei Nuno de Santa

⁴⁷ De facto, Oliveira Martins tem um modo de escrita muito organizado, que contempla frequentemente resumos, retrospectivas e, sobretudo, sistematizações. O leitor mais desatento é sempre mantido a par do que se está relatando e do que já foi relatado e que é importante para compreender o que agora lhe é apresentado. Assim, encontram-se ao longo da obra actualizações da imagem de Nuno Álvares em que se sistematiza toda a sua imagética e potencial simbólico, saindo, deste modo, bastante vincada a caracterização do herói e todo o seu manancial de virtudes e qualidades.

⁴⁸ Este capítulo pode ser visto como correlato do capítulo 80 da *Crónica do Condestável*.

Maria”, que o autor faz, mais uma vez, alusão a um paralelismo entre a existência de Nuno Álvares e a de Portugal no presente do autor:

“Também Portugal, rematada a campanha heróica da sua expansão ultramarina pela catástrofe com que terminou o século XVI, se condenou ao sepulcro frio de uma devoção extenuante e dissolvente” (p. 312).

Verifica-se, assim, uma apropriação evidente de toda a vida de Nuno Álvares, como meio de estabelecer uma analogia com destino infeliz do próprio país, cujas consequências o autor, no seu tempo, ainda sofre.

2.1.2.2. Ideais de independência

É impossível apresentar Nuno Álvares sem se estabelecer de imediato uma comunhão perfeita entre os seus interesses e os interesses da pátria, o que Oliveira Martins sintetiza de uma forma exemplar:

“A apoteose de Nuno Álvares é o nosso atestado de baptismo” (p. 306).

Mas, segundo o autor, é doloroso o nascer de uma nação⁴⁹, como já foi referido anteriormente, e até chegar a esse ponto houve um longo caminho a percorrer, muitas batalhas a vencer, num período em que o país estava a cair, de acordo com o autor, para o abismo (p. 79); em que era necessário lutar não só contra o inimigo estrangeiro, mas também contra si próprio, isto porque o medo que os portugueses sentiam, crítica frequentemente verificada na obra, era um dos seus maiores adversários:

“O medo amesquinhava tudo; por isso a devassidão desbragada reinava onipotente sobre a pusilanimidade sensata” (p. 79);

⁴⁹ “Sentia-se, neste lance de aflição desolada, vibrar quentemente a caridade humana, e numa angústia imensa responder à crueldade bravia da véspera. Eram as dores do nascer de uma nação” (p. 157).

“porque o medo somente invade as consciências confusas” (p. 103);

“Quem tinha medo do rei de Castela, ou de qualquer outro rei, ficava mal no conselho” (p. 107).

A esta crítica não é decerto alheia uma intenção de criticar a inoperância, apatia e ineficácia de acção do presente o autor. Este deixa bem claro, ao longo de toda a obra, que o medo de agir e de lutar por aquilo que se deseja é, de facto, um obstáculo à obtenção de um mundo melhor.

Mas Oliveira Martins não podia passar por cima do facto de que fora nesse período glorioso de construção do país como nação independente que se fizera uma aliança com um país que era agora a razão da vergonha nacional. Os homens que, na Idade Média, governaram o país ao encontro da autonomia, e que o autor enaltece na sua obra, foram precisamente aqueles que cometeram acto de aproximação de duas coroas, a portuguesa e a inglesa, que, no presente, revelara os frutos mais amargos para Portugal. Martins tinha consciência disso e soube lidar com o assunto com bastante mestria.

Depois de explicar as razões da aliança⁵⁰, o autor introduz um capítulo dedicado aos ingleses, o capítulo VI. Neste capítulo o autor apresenta a aliança com Inglaterra como um meio necessário para conseguir a independência de Portugal, que seria o objectivo mais desejado na época.

⁵⁰ A Inglaterra afigurou-se na altura um aliado necessário para lutar contra Castela (p. 30), mas nunca foi, segundo o autor, uma aliança muito desejada ou da inteira satisfação da parte dos portugueses, foi vista na altura como um mal menor (p. 44). Oliveira Martins explica, ou desculpabiliza, deste modo, a aliança feita na Idade Média, período visto como referência para os seus contemporâneos. Não seria, portanto, positivo apresentar essa aliança como um erro evitável.

Deste modo, os meios justificavam os fins⁵¹:

“Esperava-se que a intervenção inglesa rematasse decisivamente a obra da independência iniciada pela dinastia nova” (p. 226);

“A aliança inglesa, portanto, servia para conter as ambições castelhanas: mas só para isto” (p. 227);

“Convinha-lhe, porém, era-lhe indispensável, usar dessa arma antipática dos ingleses, para ameaçar e conter com eles os castelhanos” (p. 238).

Assim, a aliança estabelecida na Idade Média com a Inglaterra foi uma questão de conveniência para Portugal e, fosse qual fosse o desfecho da situação, era um acordo seguro, do qual Portugal sairia sempre a ganhar:

“Quer perdessem, quer ganhassem, o proveito para Portugal era certo” (p. 227).

Surgia, nestes tempos gloriosos da Idade Média, um Portugal novo, trazido pelas mãos de Nuno Álvares, símbolo da grandeza e do auge heróico que Portugal um dia atingiu. Servia, no século XIX, o relato da sua vida para avivar memórias, acordar consciências, num presente em que parecia que todo o espírito empreendedor e corajoso havia morrido, em que o entusiasmo na luta por ideais de independência, defesa da honra e autonomia tinham desaparecido por completo do carácter dos portugueses. Nuno Álvares fora um herói magnífico que dera a Portugal tudo o que ele merecia. No entanto, não houve capacidade de prolongar a sua obra e

“[d]ele e da Pátria resta hoje apenas o esqueleto...” (p. 290)

⁵¹ O autor faz questão de reafirmar que essa aliança nunca foi totalmente do agrado dos portugueses e que os intentos dos ingleses em relação à coroa castelhana não eram verdadeiramente apoiados por aqueles com quem se firmara o contrato: “talvez D. João I nem acreditasse completamente no êxito da empresa, nem sequer o desejasse” (p. 227); “[p]arece fora de dúvida que D. João I não acreditava no êxito da reivindicação da coroa castelhana pelo duque de Lencastre, e é natural que a não desejasse” (p. 238).

Havia, no entanto, segundo o autor, uma esperança: se os portugueses acordassem e olhassem para o que já foram, poderiam fazer crescer em si as virtudes que estão nos seus genes, onde há informações que combinam a força guerreira e a santidade, isto porque

“Nuno Álvares é porventura o tipo culminante da energia própria desta nossa raça peninsular ibérica, idealista na alma, e afirmativamente heróica” (p. 314).

Assim, a mensagem de Oliveira Martins é clara: o potencial está dentro de todos e a sua obra serve para advertir que

“havemos de aprender com os heróis, qual foi Nuno Álvares, de quanto o homem é capaz, desde que obedece aos impulsos generosos do seu coração e aos movimentos decididos da sua vontade enobrecida” (p. 314).

Há que seguir o exemplo de Nuno Álvares. Não há razões para os portugueses do século XIX não serem heróis como os do século XIV o foram, porque são um

“povo de entre todos gerado para o heroísmo” (p. 315).

2.2. Guerra Junqueiro

2.2.1. O autor e a sua obra

A perspectiva histórica de Oliveira Martins (história entendida como arte e drama) está bem patente na obra *Pátria*, de Guerra Junqueiro (cf. S. Matos 1998: 119). Aliás, esta obra pode ser considerada, em parte, um resumo em verso da *História de Portugal*, de Oliveira Martins⁵² (cf. A. J. Saraiva e O. Lopes 1992: 887). Segundo S. Matos, na obra *Pátria*, “as vozes de diversas personalidades históricas — Nuno Álvares Pereira [...] ou D. João VI [...] — correspondem, em larga medida, aos retratos que delas traçara o historiador” (1998:119).

O choque que o Ultimato inglês provocou na sociedade portuguesa foi mutíssimo sentido por Guerra Junqueiro que, após tal acontecimento vergonhoso, viu no movimento republicano a única possibilidade de salvação (cf. F. Catroga 1993: 578)⁵³. Como ele próprio afirma,

“[d]esde a crise do *ultimatum* inglês, que tanto podia significar uma onda de vida nova como o estertor dum moribundo, resvala a nação, dia a dia, ao letargo estúpido da indiferença” (“Anotações” in *Pátria*, p. 203).

⁵² Segundo J. Pereira (1995: 17), “Junqueiro retornava à pretensão épica com a *Pátria* em que o seu visionamento dramatizava a visão agónica e desastrosamente heróica da História de Portugal, oriunda de Oliveira Martins; e ficava próximo da poesia então hegemónica pela apologia da regeneração dolorista, pelos distanciamentos metafóricos do verbo panfletário e pela iluminada alucinação do Doido”.

⁵³ Segundo o autor citado, o anticlericalismo de Junqueiro, “caldeado com uma crescente leitura decadentista e nacionalista da sociedade portuguesa levou-o a ser sensível às promessas de redenção semeadas pela propaganda republicana, com maior ênfase, na conjuntura do Ultimato”(F. Catroga 1993: 578).

Neste contexto, as obras *Finis patriae* e *Canções do ódio*, escritas logo em 1891, são “diabrites contra a casa de Bragança⁵⁴ e contra a Inglaterra” (F. Catroga 1993: 578).

Em 1896 surge o poema dramático *Pátria*, que é, sem dúvida, uma

“[o]bra circunstancial, inflamada de revolta e de orgulho ulcerado, [que] constitui uma reacção ao «Ultimatum» inglês e ao seu acatamento pelos dirigentes da nação, contrário à exaltação popular, cujo intérprete, o poeta, sente na carne, como uma chaga, essa afrontosa submissão, sintoma da agonia da Pátria” (U. Rodrigues 1997: 801).

2.2.2. *Pátria*

Ao contrário das obras até aqui estudadas, em que os diferentes autores invocam a Idade Média e a vida de Nuno Álvares para sugerir ideais e comportamentos que deveriam ser tidos como exemplos pelos seus contemporâneos, sem, com isso, criticar abertamente a sociedade coeva, Junqueiro, na obra em estudo, faz uma crítica explícita e declarada a pessoas e circunstâncias do seu tempo. Deste modo, nada escapa à lupa atenta de Junqueiro, que, sem qualquer renitência, aponta o dedo aos responsáveis e os fere, efectivamente.

A Casa de Bragança, à excepção do seu fundador, Nuno Álvares Pereira, é toda ela enxovalhada e mal tratada pela pena do autor, dado ter sido ela a árvore que gerou o fruto amargo da vergonha que os portugueses viviam. Assim, Junqueiro juntou-se ao número bastante considerável dos que “viam na Casa de Bragança a

⁵⁴ Junqueiro não se coíbe de revelar a sua revolta contra o próprio rei, que considera inútil e irresponsável: “Ultimato inglês: roubados e insultados. O país protesta, num vigoroso movimento de indignação e de cólera. Uma criatura houve que ficou impassível: o rei. Não teve aquela mão um gesto de furor, não encontrou aquela boca uma palavra de altivez” (“Anotações” in *Pátria*, p. 211).

culpada da humilhação sofrida” (J. V. Serrão 1990^a: 13)⁵⁵ e, através da sua escrita, divulgou essa culpa. Além de criticar os antecessores de D. Carlos, cujos espectros desfilam ante o rei, antes de este assinar o tratado, incitando-o a assinar, Junqueiro atinge também de modo violento o próprio rei, os seus cortesãos e a nobreza⁵⁶.

2.2.2.1. Nuno Álvares Pereira⁵⁷

Tendo à sua frente o tratado⁵⁸ para assinar, D. Carlos, vendo-se sozinho, pede, olhando para os retratos da dinastia, conselho aos seus antecessores:

“O que diriam disto os maganões?... Gostava
Duma palestra com vocês... Vinha n’altura...” (p. 104).

Tal pedido é pretexto para o desfile de espectros de reis que se segue⁵⁹. Todos eles são apresentados como tendo sido maus governantes (à excepção do rei D. Pedro V, que não aparece), pois deram prioridade, nos seus reinados, à luxúria, ao prazer, ao engano e ao desprezo pelos pequenos. Nenhum hesita em aconselhar D. Carlos a assinar o tratado e a zelar pelos seus próprios interesses, esquecendo questões relacionadas com os ideais de defesa da Pátria, da integridade moral e do orgulho.

⁵⁵ Essa revolta contra a Casa de Bragança estava bastante acesa no protesto que subiu a Rua Augusta em reacção contra a assinatura do tratado com a Inglaterra, cujas palavras de ordem eram: “Abaixo os piratas”, “Abaixo os Braganças” (cf. N. Teixeira 1990: 108).

⁵⁶ O rei é apresentado como “comodista, veleitário”; “os cortesãos ambiciosos, sabujos e venais; os cães [...] alegorizam os vícios da nobreza decaída” (U. Rodrigues 1997: 801).

⁵⁷ O interesse e admiração de Junqueiro pelo herói medieval é conhecido, o autor teria inclusive um retrato do herói medieval, que doou ao Estado (cf. J. Dantas, “Prefácio”, in *Nun’Álvares: subsídios para a iconografia do Grande Condestável*, p. 7).

⁵⁸ O tratado, que foi assinado, efectivamente, a 20 de Agosto em Londres, “veio ferir, de novo, o já ferido orgulho nacional. Provoc[ou] [...] uma vaga de indignação e protesto na opinião pública e o renascer do movimento patriótico” (N. Teixeira 1990: 96).

⁵⁹ Aparecem diante do rei os espectros dos soberanos: D. João IV, D. Afonso IV, D. Pedro II, D. João V, D. José, D. Maria I, D. João VI, D. Maria II e D. Luís.

É quando o rei já está pronto a assinar que surge o espectro de Nuno Álvares Pereira, vestido de monge carmelita e rodeado de uma aura sobre-humana.

A sua intervenção é muito mais longa do que a dos espectros anteriores e o homem que aqui se apresenta é em muito diferente da sua representação medieval. Pesa sobre ele a dor provocada pelos séculos de destruição da obra que ele próprio construíra: um Portugal forte, autónomo, independente e que faria o estrangeiro tremer de medo e respeito só de pensar na sua valentia e bravura.

A ideia de herói predestinado é também aqui recuperada, sendo que Nuno Álvares relata uma visão que teve em pequeno, que lhe indicava um futuro glorioso, aconselhando, entre outras virtudes a seguir, a da castidade

“«Sê casto como a luz beijando a seara” (p. 138).

e da defesa da Pátria e de Deus, como propósitos orientadores da sua vida

“«Só pela Pátria e Deus batalharás” (p. 139);

“«E de Cristo e da Pátria em defesa
Brilhará tua lança como um raio,
Mandaré tua voz como um trovão!»” (p. 140)

Nuno Álvares jurou cumprir os desígnios do seu destino, mas faltou ao prometido quando consentiu casar-se, não seguindo, deste modo o voto de castidade:

“E a miséria da carne me venceu!” (p. 143)

Também nas crónicas medievais e nas obras que posteriormente as utilizaram como fontes se observa a relutância em relação ao casamento e uma firme vontade de permanecer virgem, conforme já observado neste trabalho, tal como o seu herói preferido, Galaaz, mas nunca, como nesta obra, esse desgosto foi

tão profundamente expresso e o arrependimento foi tão feroz. Tomando como referência as obras já apontadas e analisadas no presente estudo, pode-se aventar uma explicação através dos seguintes factos: na *Crónica do Condestável* já se verificava a intenção de legitimar e valorizar a casa de Bragança (cf. A. Branco 1998:59-60); no *Condestabre de Portugal*, uma das intenções do autor era precisamente enaltecer a linhagem descendente de Nuno Álvares; na obra *A Vida de Nun'Álvares* o autor cinge-se à Idade Média não fazendo incursões directas no século XIX, logo, a descendência de Nuno Álvares Pereira só poderia ser alvo de louvores; na obra *Pátria*, o objectivo não é enaltecer a Casa de Bragança, pelo contrário, o autor coloca-se ao lado da facção que a ataca, como já foi mencionado.

Ora, as características particulares da obra introduzem um modo novo de representação do Nuno Álvares — um herói feito, que já experimentou todas as fases da sua vida, já passou da excitação da guerra para a calma da clausura e que está perante uma realidade posterior à sua existência, tendo, por isso, uma visão global de toda a História de Portugal desde o período em que viveu. Assim sendo, na obra de Junqueiro, o herói tem a oportunidade de observar o que, de facto, a sua descendência fez ao longo dos séculos e essa visão provoca em si um profundo arrependimento, visto sentir-se culpado por ter sido o iniciador da Casa de Bragança, causa da actual desgraça do país. Como castigo do seu pecado, Nuno Álvares reconhece que

“Em minha carne, um dia honesta e mansa,
Por onde entrou luxúria malfazeja,
Entrou ira e soberba, entrou vingança” (p. 146).

Não serviu, portanto, de nada tudo aquilo que corajosamente um dia conquistou para Portugal, pois foi ele, através da sua descendência, que o desgraçou. Assim como lhe deu o bem, também lhe deu o mal:

“Eu que alentos lhe dei, lhe dei nobreza,
Ao cabo lhe arranquei nobreza e vida!” (p. 157)

Essa visão do mal que provocara atormenta-o desde que subiu ao trono pela primeira vez um descendente da sua linhagem:

“Duzentos anos grandes, hora a hora,

Vi eu, alma em tormento, alma calada,
Minha pátria, a meu sangue redimida,
Por meu sangue afinal desbaratada!

Por sangue do meu sangue foi traída” (p. 157).

Verifica-se, deste modo, uma das vertentes que orientam a construção desta personagem na obra em estudo: Junqueiro veicula, através das palavras do próprio Nuno Álvares, uma crítica ferocíssima à Casa de Bragança, crítica essa que assume um carácter muito mais violento e expressivo, dado vir de um herói nacional admirado e, até, venerado por todos e que foi, ele próprio, o fundador da Casa em questão. O que poderia ser motivo de orgulho para si, a ascensão dos seus descendentes ao trono português, revelou-se, no entanto, motivo para uma profunda vergonha e sofrimento. É este, também, o sentimento partilhado por Portugal após o Ultimato, que Junqueiro expressa na sua obra através da imagem que apresenta de Nuno Álvares.

A outra vertente que constrói a representação da personagem é um revestimento da mesma numa aura de religiosidade que rege toda a sua intervenção. Na sua fala são abundantes as recorrências a Deus, à Virgem, a Cristo, ao céu e ao

pecado⁶⁰. Em toda essa religiosidade não estará certamente ausente um propósito moralizador por parte da escrita do autor: só a moral e as virtudes de carácter é que poderiam salvar um país de pessoas tão corruptas e sem qualquer dignidade ou sentido de ética. O próprio Junqueiro, no texto “Junqueiro: as intenções épica, bucólica e ética”, afirma:

“Nos versos da *Pátria* pus em forma ideal o problema português: o acesso da nação à santidade, a afirmação de serem crimes na nossa história, o que em geral se considera como glórias” (apud C. Reis 1995: 43).

Verifica-se, deste modo, que já para Guerra Junqueiro, “Nuno Álvares Pereira é sobretudo o protótipo da santidade, [...] no que se distancia, obviamente, do paradigma de heroísmo da historiografia liberal e mesmo positivista” (S. Matos 1990: 137). Há no século XIX duas vertentes exploradas na imagem de Nuno Álvares: a que se reveste de um carácter essencialmente laico, onde se valorizam as suas qualidades militares e patrióticas, a qual se pode designar como Nuno Álvares “vermelho”, vigente no liberalismo, pelo menos até aos anos 20; e a do herói santo, o Nuno Álvares “branco” (cf. S. Matos 1990: 82-83). É a partir da biografia escrita por Oliveira Martins que se vai estruturando esta segunda imagem, que terá o seu apogeu durante o Estado Novo (cf. S. Matos 1990: 138-139), facto que será analisado na próxima Secção do presente trabalho.

Constata-se no fim da intervenção de Nuno Álvares que a personagem do Doido se confunde com a do herói medieval:

“**O Doido:** Fui eu próprio!... Fui eu assim!... Fui eu! fui eu! fui eu!”(p. 165)

⁶⁰ Segundo L. Coimbra, “[a] evocação de Nun’Álvares tem também, além duma séria beleza intrínseca, o valor de um quadro bíblico, onde o pecado pesa com um sombrio destino” (apud J. P. Coelho 1997: 514-515).

Uma vez que o Doido representa “o crepúsculo paroxístico da raça, símbolo da honra de um país perdido [...] [sendo] Portugal esvaziado da sua alma e ansioso por revê-la” (U. Rodrigues 1997: 801), pode-se considerar, que Nuno Álvares é, ele próprio, Portugal, representando em si a fortuna de um passado glorioso e o fardo de um presente vergonhoso.

Assim, os versos que Nuno Álvares tristemente chora são as vozes do autor da obra e de Portugal a lamentarem o presente e a pedirem uma acção imediata, isto é, a necessidade de uma luta urgente pelo ressurgimento de uma Pátria digna, de cabeça erguida, como um dia já o foi:

“E a pátria! o meu amor! a pátria bela!...
Em que míngua eu a vejo!... Quem a abraça,
Quem vai lidar até morrer por ela?!...” (p. 161)

A intenção interventiva desta obra parece-me, deste modo, evidente, assim como evidente é também o carácter inovador com que Junqueiro apresenta a personagem Nuno Álvares Pereira: alguém que, por impossibilidades de natureza física — está morto — sofre resignadamente com o estado em que o seu país se encontra, não podendo, como o fizera no seu tempo, intervir e alterar a ordem dos acontecimentos. No entanto, a recuperação desta figura serve, precisamente, para dar alento a outros, de modo a que tomem eles as rédeas do destino de Portugal, como o herói medieval o fez⁶¹.

Toda esta ideologia veiculada pela obra foi resultado de uma reflexão por parte do autor, que o levou à decisão de a escrever:

⁶¹ Junqueiro afirma: “[a] metempsicose, em moderno, do grande Condestável, eis o meu sonho. Um justiceiro e um crente. Braço para matar, boca para rezar. Pelejas como as de Valverde só se ganham assim: ajoelhando primeiro. O Nun’ Álvares de hoje não usaria cota, nem escudo, mas, ao cabo, seria idêntico. [...] Não combateria Castelhanos, combateria portugueses. O inimigo mora-nos em casa” (“Anotações”, in *Pátria*, p. 195).

“Por fim decidi-me pela *Pátria*, que é a visão do momento histórico português *sub specie aeternitatis*. Toda a minha obra tem grande significação moral e aquele livro era o que eu devia, naquele momento, à minha pátria. Era necessário, era urgente, e por isso o fiz” (apud C. Reis 1995: 43).

2.3. Zeferino Cândido

2.3.1. *Portugal*

A obra *Portugal*, escrita por Zeferino Cândido em 1898, tinha como intenção comemorar o aniversário da chegada dos portugueses à Índia. O autor considerou que só uma obra desta natureza, mais do que qualquer arranjo político, poderia servir para o

“combate victorioso das cauzas ruinosas que, de longe, vêm conspirando e no momento ameaçam a queda da nacionalidade” (p. X).

Esta é, portanto, uma obra em que o próprio autor, na secção designada por “Intenção do livro”, explicita as razões que levaram à sua produção e os objectivos que pretende atingir com ela, demonstrando, deste modo, uma consciência muito clara do poder que a escrita tem para influenciar mentalidades. Assim, é o próprio autor da obra que faz o que no presente estudo se tem feito: apresentar a conjuntura histórica em que se insere a produção da obra, explicando, deste modo, a necessidade de a escrever.

Com um tom crítico implacável, Cândido denuncia o estado em que o país está, sob

“[u]ma orientação nefasta, anti-patriotica, criminosa[...]!” (p. X),

cujo povo se encontra

“[e]scravizado pela ignorancia, mystificado pelo *freio* d’uma religiosidade boçal, mortificado pela crescente falta de meios, este povo sonhador de glorias, lutador de grandes façanhas, dorme, ha bons tres seculos, ahi inane, narcotizado, sem crenças, sem norte, sem forças!” (pp. X-XI)

Feito o diagnóstico bastante negativo da situação, o autor aponta, no entanto, uma solução fácil, para a qual a sua própria obra poderá contribuir. Portugal precisa de

“[a]ccordar apenas. Desterrar para longe a sinistra doutrina do quietismo, lançar no fogo a sacolla dos preconceitos, ler a Biblia da Patria, pegar das velhas armaduras e sair ao vento, ao sol dos combates” (p. XI).

Se proceder assim, facilmente poderá

“[v]olver a uma metrópole firme, compacta, fôrte, como a deixou Nuno Álvares Pereira” (p. XIX).

A contribuição do autor para a consecução desse ideal é o seu projecto de escrita, que se divide em três volumes: o primeiro é dedicado à fundação da monarquia, com Afonso Henriques, e à sua consolidação, com Nuno Álvares Pereira; o segundo abarca o período que vai desde a conquista de Ceuta até à morte do príncipe Perfeito; finalmente, o terceiro trata do que o autor designa por “resolução definida e prática”, com Vasco da Gama, D. Francisco de Almeida e Afonso de Albuquerque (cf. pp. XVI e XVII).

Deste modo, é no primeiro volume que encontramos a representação de Nuno Álvares Pereira, que é apresentado logo no início da obra como uma “síntese real”⁶² e a si serão dedicados três dos dez capítulos da obra⁶³.

⁶² Numa pequena lista a que o autor dá o título de “Classificação: Organogenia — Patria”, (que se encontra entre a Explicação e o Capítulo I), são nomeados três reis e Nuno Álvares, que é, pelo simples facto de ser inserido nesta lista, posto ao nível de rei. Mas ao ser designado por “synthese real”, é colocado a um nível superior, visto reunir em si todas as qualidades reais. Para os três reis é feita a seguinte classificação: D. Afonso Henriques — terra, liberdade; D. Dinis — produção, ensino; D. João I — força moral, hegemonia.

⁶³ Tendo em conta que o capítulo IV, vinte páginas, é dedicado a oito reis (Sancho I, Afonso II, Sancho II, Afonso III, D. Dinis, Afonso IV, D. Pedro I e D. Fernando), o facto de ter três capítulos exclusivamente para si, cinquenta e três páginas, e ver ainda sistematizadas todas as suas qualidades num outro, capítulo X, revela claramente a importância dada pelo autor da obra a esta figura.

2.3.1.1. Nuno Álvares Pereira

Na sua construção da figura de Nuno Álvares, Cândido Zeferino aposta na vertente militar. É como guerreiro que o herói medieval nos é apresentado em toda a sua excepcionalidade, mostrando ser um estratega militar com uma visão e uma percepção da guerra invulgares, muito superiores às demais:

“general muito superior aos mais celebrados dos tempos antigos e dando aos vindouros a mais notável lição de estratégia para as batalhas campaes” (p. 118).

A ideia de lição, veiculada no excerto transcrito, é muito vulgar na apropriação da imagem deste herói, que foi ao longo dos tempos feita de modo a servir de exemplo. Aqui verifica-se uma vertente dessa apropriação, a prática — houve quem, através do relato dos feitos do herói, aprendesse, de facto, com o seu exemplo, a arte de batalhar e, com essa aprendizagem, tivesse obtido resultados vantajosos. A outra vertente comum da apropriação de Nuno Álvares é a ideológica, a que é feita através das obras que sobre si foram escritas, em que se inclui também, obviamente, a obra em estudo.

Embora não interesse ao autor que os seus leitores adquiram conhecimentos na arte medieval de guerrear, este faz questão de explicitar as táticas utilizadas pelo herói⁶⁴, mostrando, ele próprio, ter conhecimentos sobre os procedimentos, ao contrário de outros autores, que, de acordo com Cândido, por ausência de conhecimentos, erraram nos seus relatos.

Nuno Álvares tinha a inteligência para imitar os vencedores

⁶⁴ O autor insere descrições pormenorizadas da tática do quadrado utilizada por Nuno Álvares, comentando a sua eficácia (pp.119 e 123), assim como mostra a escolha adequada de procedimentos de acordo com as circunstâncias. Apresenta, deste modo, o método de Nuno Álvares, composto por três processos: velocidade dos movimentos, a acomodação perfeita e lógica do processo com as circunstâncias e a ofensiva (pp. 165-166).

“servindo-se da astúcia, da cilada, do chofre, imitando a grande lição de Affonso Henriques” (p. 120),

e equipara-se a heróis universalmente consagrados

“quem faz esta analyse, verifica, conclue que Nuno Alvares se nivela com Alexandre, Anibal, Cezar, seus antecessores, e não é sombreado por Napoleão ou Molke, que vieram depois” (p. 163).

Toda a responsabilidade das vitórias nas batalhas é atribuída exclusivamente a ele, tal como acontece na *Crónica do Condestável*. A batalha de Aljubarrota, que pode ser vista como a batalha de um rei, D. João I⁶⁵, é aqui apresentada como uma conquista sua:

“Aljubarrota é uma homérica conquista do condestavel, a elle, á sua tenacidade de ferro, á sua rigidez que chegava a insubordinação, total e absolutamente devida” (p. 139).

Assim, aquela que é considerada a batalha da independência de Portugal é totalmente devida a Nuno Álvares, a responsabilidade da sua existência e vitória é só dele, que teve duas tarefas difíceis a superar, além de vencer o inimigo estrangeiro teve de

“obrigar o Mestre e os capitães portuguezes a esta batalha campal [o que] foi seguramnte trabalho e empreza maior do que vencer os castelhanos” (p. 139).

Como habitual, a sua força e bravura impressionam o inimigo, que se refere a ele como “féra” (p. 121) e “lobo” (p. 133).

É construída, assim, a imagem de guerreiro excelente e invencível:

“Nuno Álvares foi a primeira figura guerreira do seu século” (p. 163).

⁶⁵ É esta a visão da *Crónica de D. João I*.

Nota-se no autor de *Portugal* uma preocupação enorme na defesa de uma imagem imaculada de Nuno Álvares. O autor certifica-se de que nada é dúbio ou susceptível de interpretações menos benéficas para a figura do herói. Reforça, de vez em quando, as suas qualidades em pequenos parágrafos onde sintetiza as características louváveis desse homem. Além disso, mostra que nem sempre os escritores tiveram cuidados na sua escrita e, ao negligenciarem a precisão e a correcção, incorreram em erros que em nada favoreceram a imagem do herói, provocando “arranhões nas nossas mais bellas glorias.” (p. 127).

Dá como exemplo concreto o relato que Pinheiro Chagas e Oliveira Martins fazem nas suas obras, *História Popular* e *A Vida de Nun'Álvares* respectivamente, de uma situação em que Nuno Álvares, estando em Évora, recebe um recado informando que os castelhanos se encontravam entre Arraiolos, Vimieiro e Évoramonte e, como é natural, vai ao seu encontro para travar batalha⁶⁶. Zeferino Cândido adverte o leitor para os “dois desastrosos juízos” (p. 127) por aqueles autores apresentados.

Em relação a Pinheiro Chagas, depois de transcrever o seu texto, identificar os erros e fazer as necessárias correcções (pp. 127 e 128), Zeferino Cândido aponta como causa do erro o facto de este não ter conhecimentos acerca da arte militar, não ser entendido

“no julgamento das evoluções da guerra, da sua necessidade e das suas consequências” (p. 128).

⁶⁶ A batalha acaba por não se concretizar. Este episódio é designado, na obra em estudo, por “retirada de Divor”, uma vez que terá sido aí que Nuno Álvares terá ordenado a batalha. É curioso verificar que a *Crónica do Condestável* não faz qualquer menção a este local, apenas afirma: “e foram alojar huã legoa d'Evora, a huã quintaa que chamam Oliveyra. [...] E em outro dia, bem cedo, partyo e se foy honde os castellanos estavam” (cap. 34, p. 81). É Fernão Lopes que dá conta do nome desse local: “Em outro dia pella manhã bem cedo partio, e se foi ao Divor huã legoa daquele logar” (*Crónica de D. João I*, Primeira Parte, cap. 146, p. 297-298).

Aqui o autor mostra ter consciência da importância da escrita na fixação de imagens:

“como se julga um homem da estatura de Nuno Álvares e como, com meia dúzia de palavras, se desconcerta uma reputação, e destrói uma obra prima!”(p. 128)

No que concerne a Oliveira Martins, o autor aponta como falhas alguns factores que normalmente são associados à escrita deste historiador: inexactidão (p. 129), muitos erros (p. 131), leitura descuidada das fontes (p. 131) e o facto de este investir em “bellos periodos, com palavras sonoras” (p. 132) poder ter como efeito um estilo atractivo, mas como História não ser um estudo válido. Tais características da escrita do historiador podem contribuir, de acordo com Cândido, para a criação da imagem de um Nuno Álvares “tolo” e “maluco” (p. 131). Além disso, Oliveira Martins fez uma apresentação claramente insuficiente do herói medieval, reduzindo-o “crúa e friamente às proporções d’um cavalleiro andante” (p. 162) — Nuno Álvares foi muito mais longe, completou a sua educação baseada nas regras da cavalaria com

“a grande luz do amor patrio e a grande força moral da crença religiosa” (p. 162)

e todo esse manancial de qualidades só se tornou profícuo porque nele

“havia uma mente altiva e vidente, uma providencia sublime, quasi miraculosa, na arte da guerra, que o constituem como um marco miliario na cadeia do tempo” (p. 162).

Deste modo, o autor alerta o leitor para o cuidado a ter ao ler determinados textos, fá-lo de modo como que a dizer: se não apresenta Nuno Álvares em toda a sua grandeza irrepreensível, não é fiável.

Ele próprio teve muito cuidado na escolha das fontes, pois havia muitos textos que tinham “muita paixão, muita inverdade, muita inexactidão” (p. XVI). Assim, foi necessário “ir às verdadeiras e primitivas origens, ler, decifrar, confrontar documentos” (p. XVI)⁶⁷.

Toda excepcionalidade militar de Nuno Álvares descrita é posta sempre ao serviço da pátria. Sendo a faceta do guerreiro a mais explorada pela obra, essa vertente da sua imagem é exclusivamente dedicada à defesa da pátria, palavra utilizada constantemente pelo autor. Os seus grandes feitos traziam sempre benefícios para Portugal e perdas para Castela (cf. p. 120). O ideal por que lutava era “o engrandecimento da patria” (p. 162) e a sua vida era preciosa, pois dela dependia Portugal:

“a sua morte era a morte da sua hoste; seria a morte da patria” (p. 167).

Assim, Portugal estava em Nuno Álvares:

“toda a alma, todo o passado, todo o futuro d’este povo, se concentram dentro deste peito” (p. 141);

nele se encontravam

“toda a sorte, todo o destino, todo o futuro d’uma raça e d’uma patria!” (p. 141)

e à existência deste herói medieval se ficou a dever a existência de Portugal, que

“sem a egide e a musculatura d’este heroe, teria que afundir-se no triste pó do esquecimento!” (p. 141)

⁶⁷ O autor não explicita as fontes utilizadas, apenas diz que a sua intenção inicial era “[i]r a essas monographias velhas, raras, que andam pelos recessos das bibliotecas, e trazer de lá uma descrição, simples, ligeira, clara, dos principaes factos heróicos deste povo extraordinarios” (p. XVI), mas como esses textos se revelaram infiáveis, resolveu consultar as referidas origens.

É, de facto, fortíssima a imagem de militar que o autor revela na sua obra. Nuno Álvares é apresentado, sem sombra de dúvidas, como o executor da pátria portuguesa: graças a ele, à sua força de combatente invencível, se fez Portugal.

Nesta construção heróica da imagem de Nuno Álvares, Zeferino Cândido não se esquece de mencionar repetidas vezes a importância que os portugueses tiveram na obtenção da independência, sem com isso diminuir a importância conferida a Nuno Álvares. Assim, o povo português é também alvo de elogios:

“valentes peitos luzitanos” (p. 146);

“Esta pequena móle, cujas moléculas eram soldadas por uma coesão invencível, passou a váo sem um desmancho, nem uma hesitação” (p. 158).

O facto de defender a sua terra e autonomia, tornava-o mais forte:

“quanto pode um povo que defende a sua independência” (p. 150).

Aliás, é recorrente esta ideia de que os portugueses, sendo poucos, venceram os castelhanos, sempre em maior número, porque estavam precisamente a defender o que era seu e essa necessidade de lutar por uma causa que é a sua dava-lhes força.

Ao caracterizar os portugueses deste modo, não estará ausente, nas intenções do autor, o desejo de mostrar, tal como autores anteriormente estudados fizeram, o potencial que existe no povo português: povo capaz de grandes feitos e com capacidades para defender o que é seu e vencer grandes dificuldades. Assim sendo, esta caracterização faria parte da intenção do autor, anteriormente apresentada, de acordar os portugueses e fazê-los agir.

A faceta religiosa de Nuno Álvares não é, nesta obra muito explorada⁶⁸, pelo contrário, o autor cinge-se a referências breves da sua fé em Deus e ao facto de rezar com frequência, sem nunca aprofundar o assunto⁶⁹. Há, portanto, em Zeferino Cândido, um recuo na tendência, que se verificava desde Oliveira Martins e que se revela bastante patente em Guerra Junqueiro, de construir uma imagem de santidade à volta do herói.

Assim, seguindo a linha que orienta a caracterização de Nuno Álvares na obra *Portugal*, o autor dá uma explicação interessantíssima para o facto de, na batalha de Valverde, o herói se ter ausentado durante uns momentos. De acordo com Cândido, o objectivo do guerreiro não terá sido, na realidade, rezar, como todos os textos mencionam, foi sim uma tática militar:

“A retirada de Nuno Alvares para um ponto seguro, não é um pacto com o céu; é principalmente uma observação, é um prescutar do momento preciso” (p. 166).

Deste modo, o autor retira completamente do relato a oração que celebrizou o herói, e a sua fé, e põe no seu lugar uma estratégia de reconhecimento da movimentação das forças inimigas e defesa de si próprio, que acabara de ser atingido no pé. Assim, nesta representação que o autor faz do herói, aponta-se como despropositada uma oração no meio de uma batalha, facto que o autor refere com

⁶⁸ Para tal facto contribuirá, provavelmente, a imagem que, no momento, o autor tinha do país em que vivia e que revela aquando da caracterização da conjuntura em que a sua obra é escrita: “a ignorância explorada por uma baixa religiosidade supersticiosa e atrofiante, e por um bacharelismo fútil e malandro” (p. XXI).

⁶⁹ Ao contrário das obras estudadas anteriormente neste trabalho, nesta não há descrições da sua vida no convento, nem referência a milagres.

humor⁷⁰:

“Que estava á espera de receber o despacho do requerimento que fizera ao céo? Mas isto é tristemente pueril” (p. 167).

Com o objectivo explicitado logo no início da obra de apontar para um

“patriotismo orientado por uma moral social diversa e única boa, por uma direcção particularista, egoistica, que, só assim, póde concorrer efficazmente para o levantamnteo d’huma nacionalidade”(p. XIV),

Zeferino Cândido apropria-se de forma exaustiva da faceta heróica e militar de Nuno Álvares Pereira, cuja vida e façanhas deveriam servir de encorajamento para outros portugueses que, em situações de crise, como a que no presente do autor se vivia, teimavam em não agir. Seguindo a ideia apontada por Carlyle e adoptada por Oliveira Martins de que “[o]s grandes homens formam as grandes nações” (p. 168), Cândido aponta para uma máxima em que os portugueses deveriam acreditar: “os grandes homens formam-se nas grandes crises” (p. 170). Logo, agora, num período em que o país se encontrava em crise moral, política e económica (tal era a conjuntura dos anos noventa do século XIX, como já anteriormente foi referido), era o momento ideal para a revelação de grandes homens, grandes portugueses, que, como Nuno Álvares, poderiam revelar algo de extraordinário.

Para a obtenção de glórias tamanhas bastava que seguissem o exemplo daquele que deveria ser considerado como o Exemplo:

“[Nuno Álvares realizou uma] obra extraordinaria: — extraordinaria, porque é uma serie ininterrupta de victorias, n’um periodo de meio seculo; extraordinaria, porque é uma vida longa, sem tregoa nem desanimo;

⁷⁰ Zeferino Cândido recorre, várias vezes, na sua obra, ao bom humor, facto que torna o seu texto mais leve e interessante, imprimindo uma maior proximidade com o leitor. Além disso, os comentários pessoais tornam a sua escrita mais personalizada e a imagem que nos transmite de Nuno Álvares revela-se, facilmente, como sendo própria da concepção que ele tem das personagens e dos acontecimentos, que, embora narrados, segundo ele, com objectividade, não estão isentos de apreciações subjectivas.

extraordinaria, porque é toda votada á exaltação d'um povo e d'uma patria”
(p. 163).

IV

Século XX

*Nada garante que tu existas
Não acredito que tu existas*

Só necessito que tu existas

David Mourão-Ferreira, *O Corpo Iluminado*

1. A Questão d' "O libelo do Cardeal Diabo"

1.1. "O libelo do Cardeal Diabo", de Júlio Dantas

Entre todas as manifestações literárias que recuperaram a imagem de Nuno Álvares Pereira, destacou-se em 1909 uma que veio romper com a norma, chocando pelo desvio apresentado no modo como a construção da representação da figura foi feita. Júlio Dantas, com o seu "O libelo do Cardeal Diabo"¹, rompeu com uma tradição laudatória da imagem do herói medieval e apresentou um homem que reúne em si uma panóplia de defeitos dificilmente superada pelos grandes vilões da História do país e que faria Nuno Álvares, no seu tempo, reagir indignado e furioso,

¹ Artigo editado pela primeira vez na *Ilustração Portuguesa*, em 1907 (cf. *Outros Tempos*, Nota A, p. 227) e inserido posteriormente na obra *Outros Tempos*. Esta obra, publicada pela primeira vez em 1909, divide-se em três partes, sendo que o libelo em estudo se encontra na primeira, cujo título é "Inquéritos médicos às genealogias reais portuguesas" — nesta secção da obra o autor diagnostica uma série de problemas de saúde, tais como neurastenia, histeria, psico-patia, hidrocefalia, degenerescência, entre outros, em várias figuras reais portuguesas.

perante tão injuriosa afronta. Não o fez, por razões óbvias, mas houve quem o fizesse por ele.

O texto de Júlio Dantas surge a propósito da canonização do Condestável medieval, com a qual ele não está, de todo, de acordo². Assim, o que o autor faz, neste seu texto, é uma antecipação do que serão no ano de 2016 os debates, resultantes de todo o processo de canonização³. Esses debates, segundo Dantas, consistirão em três consistórios consecutivos, tendo como advogado de acusação de Nuno Álvares o «Cardeal Diabo» (*advocatus diaboli*)⁴. Segundo Dantas, a tarefa do Cardeal não será difícil, pois

“[t]ratando-se do «santo condestabre», que tantos podres tem e cuja proposta de inscrição no cânon da Santa Igreja nos enche de justificada estranheza, o julgamento deve ser evidentemente dum interêsse excepcional e a acusação duma violência insólita”(p. 79).

² O processo de beatificação de Nuno Álvares Pereira remonta ao século XV, tendo sido iniciado na década em que a *Crónica do Condestável* foi escrita (cf. A. Branco 1998: 79); conheceu desenvolvimentos significativos no século XVII, altura em que foram feitas duas súplicas, após a Restauração de 1640: uma em 1641, por D. João IV, e outra em 1674, por D. Pedro II. Em meados do século XIX ressurgiu o processo, por iniciativa dos Carmelitas, tendo-se inserido na dinâmica do processo a elaboração da *Memória sobre a Fase Cristã do grande Condestável D. Nuno Álvares Pereira*, pelo Padre José António da Conceição Vieira — os trâmites legais para a beatificação desenvolveram-se em 1894. Em 1907, o Cardeal D. José Neto reiniciou o processo, [note-se que foi nesta data que Júlio Dantas escreveu o seu “O Libelo do Cardeal Diabo”] e em 7 de Março de 1914 o arcebispo de Mitilene, D. José Alves de Matos, deu a sentença final sobre o culto imemorial e contínuo prestado a Frei Nuno de Santa Maria. Finalmente, a 15 de Janeiro de 1918, a Congregação dos Ritos, após analisar o processo, reconheceu o culto e a 23 de Janeiro o Papa Bento XV ratificou a sentença (cf. E. Leal 1999: 52 e 62).

³ O autor aponta para uma duração do processo de canonização de cento e dez anos, pois a “dificuldade de se provar o culto «imemorial» do beatificando” (*Outros Tempos*, p. 78) tornará impossível uma duração mais breve do processo.

⁴ Dantas caracteriza-o do seguinte modo: “um purpurado italiano arqui-inteligente, infinitamente arguto, mestre na arte suprema de conhecer o seu semelhante. Duma rara subtileza” (p. 79). A sua tarefa será acusar “todos os vícios, todas as misérias humanas, todas as máculas de origem dos candidatos ao círculo de oiro da canonização” (p. 79).

1.1.1. A ascendência de Nuno Álvares Pereira

A primeira acusação do Cardeal recairá sobre a ascendência de Nuno Álvares. O advogado, após

“informar-se [...] de tudo da ascendência do candidato, estudará como um psiquiatra os seus antecedentes hereditários, como um erudito a sua genealogia confusa” (p. 79),

traçará a seguinte imagem da linhagem do Condestável:

Ascendentes	Caracterização
- Gonçalo de Fruias (5º avô de Nuno Álvares)	- “«era muy louco nas palavras e por esto nom foy amado dos boôs»” ⁵ (p. 80)
- Um filho de Gonçalo de Fruias	- “doido, perseguido, que para não o empeçonharem pela água que bebia se deixou morrer de «door de sede»” ⁶ (p. 80).
- Rui de Pereira (4º avô de Nuno Álvares)	- “alucinado, incendiário” (p. 80)
- Pedro Ruiz (3º avô de Nuno Álvares)	- “assassinou bárbaramente um primo co-irmão” (p. 80)
- D. Gonçalo Pereira, arcebispo de Braga (avô de Nuno Álvares)	- “criatura brutal, devassa, tumultuosa e esbanjadora” (p. 80) - “gigante mitrado e coberto de oiro que excomungou e pegou em armas contra D. Afonso IV” (p. 80) - “teve um filho [D. Álvaro Gonçalves] dum mulher reles de Salamanca” (p. 80)
- D. Álvaro Gonçalves (pai de Nuno Álvares)	- “alquimista, astrólogo e fazedor de oiro” (p. 79) - “teve de várias mulheres trinta e dois filhos” (p. 81)

⁵ Dantas utiliza como fonte, para esta caracterização, a obra *Nobiliário do Conde D. Pedro* (cf. nota 2, p. 80), usualmente nomeado como *Livro de Linhagens*, designação que será utilizada daqui em diante no presente trabalho.

⁶ A fonte utilizada pelo autor, citada em itálico, foi também o *Livro de Linhagens* (cf. nota 3, p. 80).

Sistematizando, Nuno Álvares provém de

“uma família de violentos, de impulsivos, de loucos, de incendiários, de assassinos vulgares” (p. 80);

“ancestrais bruscos, violentos, desequilibrados e criminosos” (p. 81).

A adjectivação utilizada na caracterização da linhagem de que Nuno Álvares descende é bastante elucidativa e não deixa lugar à hesitação ou à dúvida: o leitor é confrontado, de um modo bastante directo e contundente, com afirmações dadas como verdades inquestionáveis, como conclusões óbvias e naturais, que pretendem destruir de modo eficaz e definitivo a ideia de grandeza a que esta família sempre esteve associada.

Como se pode verificar, todas as qualidades reconhecidas na ascendência do Condestável são aqui apresentadas no seu reverso — a imagem que Dantas fornece é precisamente oposta à construída na Idade Média pelo autor da *Crónica do Condestável*, aquando da caracterização da ascendência de Nuno Álvares. O autor medieval, ao apresentar uma linhagem revestida de um conjunto de qualidades e virtudes⁷, tem como objectivo o engrandecimento do seu descendente. Esse engrandecimento dá-se de um modo pleno e indubitável porque, normalmente, “[essas] características, muito valorizadas na época, nunca se reúnem numa das personagens, mas constituem um património moral e comportamental precioso” (A. Branco 1998:86). No entanto, como já foi referido no presente trabalho, a biografia medieval apresenta-nos um Nuno Álvares que acumula todas essas características⁸. Assim, no primeiro capítulo da *Crónica do Condestável*, o autor apresenta as qualidades louváveis da linhagem de que o biografado descende, com o intuito de

⁷ A. Branco faz um levantamento de tais qualidades apontadas pela *Crónica do Condestável*. Ver *supra* p. 22.

⁸ Ver *supra*, p. 22.

apresentar “uma espécie de «capital genético» de que Nuno Álvares provará ser o fiel depositário” (A. Branco 1998: 87).

Júlio Dantas revela ter perfeita consciência da potencialidade desse processo de caracterização da ascendência e utiliza-o como modo de mostrar a contaminação que Nuno Álvares terá sofrido por descender, na sua perspectiva, de tão nefasta família:

“O promotor da Sagrada Congregação fará ressaltar o valor desta hereditariedade sombria e pesada” (p. 81).

1.1.2. Nuno Álvares Pereira

Depois de ter traçado um quadro bastante eloquente da sua ascendência, segue-se, então, o ataque à pessoa de Nuno Álvares Pereira, em que o autor irá analisar os vários aspectos da vida da personagem e apresentar a “verdadeira” interpretação dos factos. Dessa interpretação resulta uma imagem bastante curiosa, completamente diferente de tudo até então produzido.

Começa por apontar um pormenor, que passaria despercebido ao mais comum dos observadores, mas que Dantas, ou seja, o Cardeal Diabo, não descursa — o facto de Nuno Álvares ter pouca barba é, à partida, um indício negativo:

“«a pouca barba», tão característica dos degenerados” (p. 81).

Do ataque a características físicas passa, de imediato, para um ataque violentíssimo a aspectos do foro psicológico, iniciando com o casamento de Nuno Álvares, cuja relutância sempre serviu, sob vários aspectos, para engrandecer a

figura do jovem⁹. Neste texto, o autor aponta para uma perspectiva completamente diferente, retirando mérito quer ao desejo de abstinência manifestado pelo herói, quer à razão que o levava a não querer casar-se — a sua educação, baseada nas novelas cavaleirescas, entre as quais teve sobre si grande influência a personagem de Galaaz. Esse desejo de se manter casto, qual o seu herói preferido, sempre foi respeitado e compreendido pelos textos que o expressaram, dando alguns especial valor ao facto de, depois de ter nascido a sua filha Beatriz, Nuno Álvares ter optado, de livre iniciativa, por se manter abstinente para o resto da vida, o que mostra uma vontade muitíssimo forte em permanecer puro. O Cardeal Diabo vê tudo isto de um modo bastante diferente, afirmando que

“essa abstinência, onde muitos já querem ver o halo de oiro da beatitude, não representa mais do que uma série de inibições verdadeiramente patológicas, a que não foi estranha a influência das novelas do ciclo bretão, e especialmente o Livro de Galaaz” (p. 81-82).

Verifica-se, assim, um menosprezo total pela atitude de Nuno Álvares e pelas leituras que o terão conduzido a tal atitude.

As acusações seguem rumo ao que é, provavelmente, o elemento mais consensual na caracterização desta figura: a sua heroicidade guerreira. Dos autores que escreveram sobre a vida de Nuno Álvares, houve os que deram muita importância à faceta de religioso e outros que não exploraram muito esse aspecto, no entanto todos estiveram de acordo num ponto — as suas qualidades de herói guerreiro são evidentes e indiscutíveis. Dantas, no seu libelo, introduz-nos uma versão completamente diferente dessa vertente da caracterização do Condestável:

⁹ Ver *supra*, pp. 23-24.

o autor admite que haveria realmente em Nuno Álvares algo mais do que o seu conhecimento profundo da arte da guerra, mas que esse algo era tão somente

“a desusada impetuosidade, a violência bárbara, a quasi inconsciência com que Nun’Álvares se atirava, às vezes sem armas, [...] para a *plebs pulla* dos inimigos” (p. 83).

A acusação do Cardeal continua, descrevendo o período após a febril actividade guerreira:

“Quando voltava, com os olhos injectados, a face vultuosa, coberto de poeira e de sangue, não sentia a mais ligeira dor, não se recordava do que fizera, do que se passara, caía num abatimento profundo e numa melancolia que, mais ou menos, o não abandonou nunca” (p. 83),

para concluir que

“esta disvulnerabilidade e esta amnésia consecutiva às maiores violências, dão ao heroísmo de Nun’Álvares o carácter nítido, exacto, duma equivalência epiléptica” (p. 83).

Assim sendo, um episódio conhecido que é a ocasião em que Nuno Álvares confunde o brilho do sol a dar na carriagem que avançava consigo, é facilmente justificado pelo autor, atribuindo essa confusão, que outros textos explicam pelo grande desejo de lutar e entrar em acção, como não mais do que uma das suas muitas

“alucinações sensoriais” (p. 84).

O que leva o autor a concluir que tão famoso heroísmo de Nuno Álvares nunca passou de

“apenas um impulso mórbido caracterizado, implacável, brutal, independente da sua própria vontade e produzido por um determinismo inflexível” (p. 84).

Assim, não restam dúvidas de que a heroicidade de Nuno Álvares nunca adveio das suas supostas virtudes, foi sim

“o acaso da sua doença” (p. 84).

Perante acusações desta ordem, e não esquecendo que este foi um herói nacional que sempre reuniu em torno de si um leque significativo de admiradores, não é de estranhar que viessem a ser escritas respostas, em que os autores se preocuparam em não deixar sombra de dúvida acerca da inverdade de tais afirmações.

As atenções do Cardeal Diabo virar-se-ão, de seguida, para os actos da vida quotidiana do canonizando. Para demonstrar que os mais simples actos da vida de Nuno Álvares revelam a sua doença, o autor recorre a dois exemplos concretos conhecidos, mas normalmente abordados sob uma perspectiva diferente:

- reacção de Nuno Álvares quando, no banquete do casamento da infanta D. Beatriz, em Elvas, se apercebe que haviam ocupado os lugares dele e de seu irmão. Normalmente, este caso é tido como uma prova de que Nuno não aceitava afrontas e que, quando ofendida a sua honra e desrespeitado o seu valor, reagia de modo exaltado. Aliás, na *Crónica do Condestável* é mencionado que o rei compreendeu perfeitamente a reacção do jovem:

“el rey respondeo que elles o fizeram bem, e que quem ally tall cousa cometia em tal lugar, sentiindo a deshonna que lhe era feyta, que pera mays seria seu coraçom” (cap. 14, p. 37).

Dantas utilizou, de facto, esta crónica medieval como fonte para documentar o episódio, mas ignorou completamente a referência acima citada, recuperando apenas o que lhe interessava para poder afirmar que este é um de muitos exemplos em que se verifica

“uma evidente perturbação cerebral” (p. 85).

• ida de Nuno Álvares a Lisboa, para beijar a mão da rainha, aquando da morte de D. Fernando. A conhecida reacção de indignação por a rainha ter mandado “desaposentar” os escudeiros de Nuno Álvares é relatada de modo deturpado por Dantas. Na *Crónica do Condestável* verifica-se o seguinte relato:

“E os escudeyros que asy desaposentavam se emborilharam com o corregedor e aposentador, e correrom com elles ataa açerca do paço honde a raynha estava” (cap. 15, p. 38).

O modo como Júlio Dantas altera o sujeito da reacção, revelando um aproveitamento bastante distorcido e deficiente da fonte, e o comentário que introduz são, no mínimo, insólitos:

“[Nuno Álvares] tendo sido mandado aposentar no Paço, correu às cutiladas pelos corredores, quási nu, alta noite, o aposentador-mor Gil Eanes, pelo inofensivo delito de trazer na mão uma carta. O horror doentio, a verdadeira fobia de Nun’ Álvares pelos «*homes que trazião cartas*» já fôra notada por D. Duarte” (p. 85)¹⁰.

Além destes exemplos, de acordo com o autor, a vida do Condestável foi pautada, de tempos a tempos, por

“verdadeiros acessos de loucura, não saía de casa, embrulhado na sua samarra de pano de Bruges, metido pelos cantos” (p. 85).

Esta descrição da doença de Nuno Álvares é, aparentemente, comprovada com citações da *Crónica do Condestável*. Digo aparentemente, porque há uma evidente diferença de registo entre as afirmações contundentes e duras de Dantas e

¹⁰ Verifica-se aqui uma clara manipulação dos factos, uma vez que, na *Crónica do Condestável*, a aversão de Nuno Álvares por portadores de cartas é apontada muito posteriormente, aquando da sua doença (cap. 67, p. 162).

o estilo subtil com que a doença é descrita na crónica medieval. Novamente, o que o autor do libelo faz é seleccionar de forma facciosa os trechos que lhe interessam e que parecem, tirados de todo o contexto em que estão inseridos na crónica, corroborar com o que pretende afirmar.

Continuando o seu rol de acusações, o Cardeal Diabo segue para um outro aspecto da vida de Nuno Álvares que sempre andou intimamente ligado à sua imagem e que é o facto de ter sido um homem religioso e bastante devoto. Toda essa religiosidade é refutada pelo *advocatus diaboli*, isto porque, segundo ele,

“nunca se bateu pela fé nem pela Igreja” (p. 84)

e foi para um convento, aos 62 anos,

“não porque o tocasse um brusco fervor místico ou o iluminasse a graça divina [...], mas pelo seu irredutível horror aos homens, pela sua progressiva misantropia, pela ruína evidente das suas faculdades mentais” (p. 86).

O facto de se ter despojado de todos os seus bens e tornado mendigo merece do autor um comentário ríspido:

“Criatura, por natureza, declamatória e teatral, quis dar ao povo o espectáculo de um condestável do Reino a mendigar pelas portas” (p. 86).

É este o golpe final, disferido na parte mais sensível e íntima de Nuno Álvares, que fará, pelo menos é esta a intenção do autor do libelo, cair por terra uma imagem que foi adorada e respeitada ao longo de vários séculos, desmascarando, assim, a personagem e mostrando a sua verdadeira essência, cuja lenda é, segundo o libelo,

“puramente literária” (p. 87)¹¹.

Posto isto, o Cardeal Diabo terminará a sua argumentação contra Nuno Álvares, apresentando as suas alegações finais, (p. 87), que resumem tudo o que foi dito:

- provém “duma comprometedora ascendência de degenerados, de criminosos e de arcebispos”;
- “epiléptico êle próprio”;
- “ recolhido por último a um claustro pobre quando a ruína das suas faculdades se acentua”;
- “tão ilegitimamente canonizável como qualquer outro mestre na arte suprema de matar e triunfar”.

Resumindo, pela análise feita pode-se observar que o que Júlio Dantas faz no seu libelo é pegar nos pilares em que assenta toda a imagem de Nuno Álvares, reconhecidamente repleta de virtudes, com todas as suas características superiores que o destacaram dos outros, e fazê-los desmoronar, um por um. Destrói toda a produção imagética que foi criada na Idade Média e que foi sendo alimentada ao longo dos tempos, transformando, através de um processo de desconstrução, todas as qualidades e virtudes em defeitos e vícios.

Para tal, o autor fez um aproveitamento das fontes altamente vicioso, de modo a comprovar a sua teoria, utilizando frases dos cronistas que jamais foram ditas com o intuito de desprestigiar Nuno Álvares. Como foi mencionado

¹¹ Talvez este seja o único ponto em que há uma aproximação entre o libelo e a *Crónica do Condestável*, esta não investe na faceta religiosa do biografado, denotando-se por parte do autor anónimo “uma opção geral que subalterniza a santidade do herói, apenas aludida, à sua dimensão guerreira e senhorial” (A. Branco 1998: 76).

anteriormente, isolou as afirmações do seu contexto de origem e serviu-se delas para exemplificar o que pretendia.

Júlio Dantas, no seu texto, utiliza um discurso muito sucinto, breve, com acusações bastante directas, não demonstrando necessidade de explicar, pois limita-se a afirmar. Já as reacções contra o libelo necessitaram de utilizar um texto mais extenso, pois os autores empenharam-se em refutar acusação por acusação, pormenorizando, por vezes, determinada explicação, de maneira a que não ficassem dúvidas de que as afirmações de Dantas eram, realmente, erradas. Assim, enquanto o autor do libelo utilizou apenas onze páginas e quatro linhas; nas suas reacções, Rui Chainca utilizou oitenta e três páginas e Augusto Forjaz, por sua vez, utilizou setenta e duas¹². Estas reacções ao texto de Dantas foram tentativas de reposição da imagem pré-estabelecida, com o intuito de esta não sofrer danos, pois o que o autor do libelo faz com o seu texto é colocar este herói numa posição bastante vulnerável, provocando, por assim dizer, uma situação de crise para a imagem de Nuno Álvares. De facto, a sua imagem não saiu lesada desta questão, como se verifica através da sua apropriação pela Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira¹³, que teve início em 1918, e durante todo o Estado Novo.

¹² O próprio Júlio Dantas, na edição em estudo de *Outros Tempos*, que será necessariamente posterior a 1914, faz referência ao facto do seguinte modo: “[v]ários escritores publicaram recentemente grossos e ingénuos volumes em resposta a essas quinze páginas, na louvável intenção de afirmar que o Condestável não foi um epiléptico” (Nota A, p. 227).

¹³ É curioso verificar que os dois autores responsáveis pelas respostas ao libelo de Júlio Dantas, militantes católicos, fariam mais tarde parte da Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira: Rui Chianca foi vogal da I Direcção Geral da Cruzada em 1918, em 1919 foi para o Rio de Janeiro formar a Cruzada Portuguesa D. Nuno Álvares Pereira; Augusto Forjaz foi presidente-director da Direcção Provincial do Minho/Braga da Cruzada em 1921 (cf. E. Leal 1999: 62).

1.2. *O Santo Condestável: resposta ao “Libello do Cardeal Diabo” do Sr. Dr. Júlio Dantas*, de Rui Chianca

Rui Chianca foi quem primeiro reagiu ao libelo de Júlio Dantas, o seu texto foi publicado em 1914. E. Leal aponta como hipótese provável para demora de cinco anos entre a primeira edição de *Outros Tempos* e a reacção escrita a tal obra o “medo do furor anticlerical imediato à Revolução de 5 de Outubro” (1999: 62).

Logo na Advertência da sua obra, o autor da resposta denuncia um tom de desilusão quando faz uma apreciação da conjuntura actual, verificando uma crise cultural e de valores, em que não há critérios rigorosos nem nas produções literárias por parte dos autores, nem na escolha das obras, por parte dos leitores. Perante tal diagnóstico, o autor vê-se face a uma

“patria que se afunda” (p. V).

Segundo Chianca, após ler a obra *Outros Tempos*, mais especificamente “O libelo do Cardeal Diabo”, decidiu escrever uma resposta, que consiste em prever a reacção do advogado de defesa às acusações do Cardeal Diabo, esse advogado

“replicará certamente com veneráveis argumentos as subtis conclusões do purpurado adversario” (p. 18).

1.2.1. Defesa dos ascendentes de Nuno Álvares Pereira

Essa defesa, tal como a acusação o fez, começará com a análise da ascendência de Nuno Álvares, tendo como objectivo

“a reabilitação de um nome ultrajado” (p. 19)

e a solicitação de

“justiça e... muita verdade!...” (p. 19)

Chianca, como Forjaz também fará, utiliza o mesmo processo de recuperação dos ascendentes que Dantas utilizou, mas à maneira medieval, isto é, recuperando todas as qualidades grandiosas que sempre acompanharam a caracterização da linhagem de Nuno Álvares Pereira. Assim, nas suas invocações detalhadas aos antepassados do Condestável, estes dois autores têm dois objectivos: defendê-los das acusações específicas lançadas por Dantas e revesti-los, novamente, das qualidades e virtudes que constituem o legado que Nuno Álvares terá recebido como herança genética.

O autor da obra em estudo, ao apresentar a ascendência de Nuno Álvares, tendo por objectivo demonstrar uma linhagem imaculada, além de defender os seis antepassados atingidos directa e especificamente pelas acusações de Dantas, apresenta mais sete personalidades. Começemos por esses sete que Chianca invoca com o intuito de demonstrar as qualidades da linhagem que, como dito anteriormente, foram recebidas por Nuno Álvares.

Ascendentes

- Conde D. Mendo
(12º avô de Nuno Álvares)

- Conde D. Forjaz Vermium
(9º avô de Nuno Álvares)

Qualidades que contaminaram a linhagem

- “bôa linhagem gôda” (p. 21)
- “sobranceiro e nobre gesto de conquistador” (p. 21)
- “como todo o bom fidalgo de então bateu-se contra os mouros” (p. 23)

- “«*homê de grandes feytos*»” (p. 23)
- sentia “na impetuosidade do sangue a força de commando que elle achava digna dum throno” (p. 24)
- entrou num “combate leal” (p. 24)
- revelava “gradeza”, “sublime lealdade” e “«*bondades*»” (p. 24)



Comentário do autor: “se a hereditariedade deve ser tomada em linha de conta para sobre ella se provar que o filho de máus deve ser máu, pela applicação das leis atavicas este avô bastaria por si só para ilibar os feitos do condestavel das táras extrahidas de seus mais proximos avós” (p. 26).

- D. Rodrigo Frojaz de Trastamar (8º avô de Nuno Álvares)
 - quando necessário, “como bom vassalo, se não fez rogar com o seu auxilio” (p. 29)
 - “olhar claro e cabeça erguida como quem não tinha sombra de torpeza que o cegasse nem peso de remorso que o opprimisse” (p. 29)
 - “De rija tempera eram porem aquellas carnes habituadas a trabalhos e perigos” (p. 30)
 - “morreu gloriosamente” (p. 30)

- D. Forjaz Vermuim de Trastamar (7º avô de Nuno Álvares)
 - foi fiel: “teve de sua mulher — e só d’ella que se saiba” (p. 31)
 - não realizou nenhum feito notável, mas também não fez nada que “mereça anathema nem que sirva de base para a affirmação de táras violentas” (p. 31)

- D. Rodrigo Frojaz de Trastamar (6º avô de Nuno Álvares)
 - nele se encontrarão “algumas gentilezas que defenindo o seu character o colloquem pela virtude dos feitos muito acima do tiro da accuzação” (p. 31)
 - “Tantos serviços prestou na Peninsula e tão longe foi o seu nome” (p. 32)
 - em dada situação, castigou assaltantes e fez justiça (cf. p. 32)
 - “ninguém se arrojava em málgas de infiel sem primeiro lhe tomar conselho” (p. 33)

- S. Rozendo (tio-avô em 6º grau de Nuno Álvares)
 - “santo bispo” (p. 34)

↓

Comentário do autor: o advogado de defesa affirmaria “que poderia ser de loucos toda a familia dos Pereiras, porque bastava encontrar-se a S. Rozendo [...] para deitar por terra todas as affirmações dogmaticamente baseadas nas leis da hereditariedade. Poderiam em D. Nuno ter-se realisado, por um phenomeno atavico, as douradas virtudes do santo seu avô” (p. 35).

- Conde D. Gonçalo de Pereira (bisavô de Nuno Álvares)
 - “a seu respeito nada terá o libello que dizer. Foi caridoso e valente” (p. 46)
 - “«Amigo de dar e fazer bem a pobres e a fidalgos»” (p. 46)
 - “Morreu como os seus avós — combatendo” (p. 46)

Abreviando, encontramos nestes ascendentes de Nuno Álvares Pereira as seguintes características: nobreza de atitudes, «gradeza», lealdade, bondade, vassalagem dedicada, fidelidade, sentido de justiça, santidade, caridade e valentia.

Passemos agora à observação e análise da defesa daqueles que foram directamente nomeados e acusados pelo Cardeal Diabo:

D. Gonçalo Roiz de Palmeira¹⁴, quinto avô de Nuno Álvares, é defendido das acusações de Júlio Dantas do seguinte modo: este homem matou, realmente, um escudeiro, mas tem como atenuante o facto de ter cometido tal acto por ver ferida a sua integridade, pois aquele o havia acusado de mentir. Além disso, perante tal situação o autor justifica o ímpeto de D. Gonçalo através de uma razão que será invocada várias vezes na sua obra — o contexto em que os acontecimentos tiveram lugar:

“Ignoram-se-lhe os crimes porque este não o era em face dos usos da sua época e da justiça da sua vingança” (p. 34).

Deste modo, o autor atenua a culpa do visado, apresentando um acto violento aos olhos dos seus contemporâneos como o único meio de fazer justiça e reparar uma afronta na época em que ocorreu. Continuando a defesa desta personagem, Chianca introduz um dado importante que foi a vinda de D. Gonçalo para Portugal, para fugir ao castigo da sua acção, com essa vinda

“começaram os ascendentes de Nun’Álvares a exercer em Portugal as brilhantes qualidades que haviam tomado os seus predecessores tão queridos em Hespanha e em França” (p. 34).

Na defesa que Chianca apresenta de D. Ruy Gonçalves Pereira, quarto avô de Nuno Álvares, o autor tenta demonstrar que o facto de este ter incendiado o

¹⁴ Nomeado por Júlio Dantas como Gonçalo de Fruias.

castelo onde a esposa se encontrava com o amante, que mereceu que Dantas o acusasse de alucinado e incendiário, não foi um acto de irreflectido de loucura, pelo contrário, foi uma decisão pensada, que tinha em vista a vingança do seu nome ofendido. O autor começa por corrigir a afirmação de Dantas, que diz que D. Ruy “julgou” que a mulher o traía, apresentando uma fonte¹⁵ que afirma que tal traição era confirmada, e não apenas uma suposição.

A segunda parte da defesa de D. Ruy Gonçalves tem por base o argumento, já utilizado na personagem anterior, da época em que se verificaram os acontecimentos, assim o castigo implementado é compreensível, dado que

“[n]’esse tempo eram as chamas que depuravam do peccado ruim os corpos das adúlteras; e a purificação pelo fogo é bem conhecida da Santa Sé” (pp. 40-41).

Do mesmo modo, a ideia de que a justiça deve ser feita pelos profissionais é algo que deve ser respeitado nos tempos em que a obra foi escrita, mas há séculos atrás

“os senhores eram unicos juizes soberanos nos seus dominios” (p. 41).

Assim, o autor adverte para o seguinte:

“Um criminoso sim aos olhos do nosso seculo; mas não na sua época que é aquella em que o devemos julgar” (p. 42).

Chianca segue, então, para a defesa de Fernão Gonçalves de Palmeira¹⁶, irmão de D. Ruy Gonçalves, acusado por Dantas de ser doido por ter morrido à sede. Neste caso o autor tão somente apresenta as possíveis doenças que podem ter

¹⁵ Utiliza, como afirma, como prova a obra *Livro de Linhagens*.

¹⁶ Nomeado por Júlio Dantas apenas como um filho de Gonçalo de Fruias.

conduzido à morte da personagem¹⁷, fazendo com que a possibilidade da morte se dever a transtornos mentais seja tida como ridícula.

Quanto a D. Pedro Roiz de Palmeira, filho de D. Ruy Gonçalves Pereira, Chianca aponta para o modo deficiente com que Dantas utilizou a fonte de que se serviu¹⁸, descontextualizando a morte que D. Pedro infringiu sobre um primo, pois omitiu o facto de tal morte se ter dado durante um duelo, em que ambas as partes tinham apoiantes e que D. Pedro venceu.

A defesa que o autor faz de D. Gonçalo de Palmeira, avô de Nuno Álvares, é bem mais detalhada. Começa por refutar as acusações que a personagem foi alvo:

- o facto de ter excomungado D. Afonso IV, não foi um acto chocante na época, pois

“ [n]’esses primeiros tempos da monarchia portugueza todos os reis foram temporariamente banidos das benções ecclesiasticas ou tiveram eminente a sagrada excomunhão” (p. 47);

- também não o era o facto de ter pegado em armas, num tempo em que “o punhal velava sob a dalmatica e a espada caia como o rosario ao longo das pregas dos habitos” (p. 47);

- finalmente, a acusação de ter tido um filho de uma mulher reles é completamente despropositada, pois a mulher é mencionada no *Livro de Linhagens* com

“a palavra *Dona* e os appellidos *Pires e Villarinho*” (p. 49).

¹⁷ Enumera as seguintes doenças: “o tetano, a raiva, a tísica de larynge, etc. — que impedem a deglutição quer por paralytia do systema muscular, quer pelas espantosas dôres provenientes da ulceração das vias digestivas” (p. 43).

¹⁸ *Livro de Linhagens*.

Para além das refutações às acusações, Chianca preenche o seu discurso com a inserção das qualidades louváveis do avô de Nuno Álvares¹⁹, demonstrando um grande investimento nesta personagem.

Finalmente chega a vez de D. Álvaro Gonçalves Pereira, pai de Nuno Álvares, cuja defesa, novamente, se apoia bastante no argumento da época em que este homem viveu. Vejamos:

À acusação de ter sido alquimista, Chianca alega que a fonte supostamente utilizada por Dantas, Fernão Lopes, nada menciona nesse sentido, mas mesmo que o fizesse, tal não poderá ser considerado crime à luz de uma época em que

“[t]udo era interesse, tudo era dinheiro” (p. 51).

Quanto ao facto de ter tido muitos filhos de várias mulheres, Chianca aponta para o pormenor de a carne ser fraca e as tentações serem muito fortes. Mas,

“o homem nada perde da essencia divina quando as vicissitudes da carne dominam as elevações da alma” (p. 53).

Além do mais,

“[d]entro da época em que D. Alvaro viveu n’uma educação fragoeira e rebellona quasi não era crime haver «*de galhadia*» filhos, fosse quem fosse” (p. 53).

Má utilização das fontes, interpretações mal feitas, juízos de valor inconsistentes, não tendo em conta o contexto a que se referem, juntamente com

¹⁹ São elas: foi amigo de D. Dinis, acompanhando-o na guerra civil; deu o seu contributo no processo de paz; era de confiança, pois quando D. Dinis morreu, D. Afonso IV chamou-o a seu serviço, entregando-lhe a resolução de problemas melindrosos; alcançou com altivez e valentia as tréguas anunciadoras da paz em 1337; esteve com D. Afonso IV no Salado a lutar contra os mouros; em 1345 defendeu o Porto, cumprindo o seu dever de bom vassalo; avisou o infante D. Pedro a tempo de evitar a morte de Inês de Castro; era de uma recta consciência e inquebrável firmeza (pp. 47-48).

uma intenção sempre implícita de denegrir a imagem desta linhagem, são as razões que Chianca aponta para os erros cometidos por Dantas.

Deste modo, revelando uma sóbria consciência da importância da linhagem para a caracterização de um membro seu, Chianca dedica uma parte substancialmente longa da sua obra à ascendência de Nuno Álvares, em que faz uma apresentação pormenorizada dos seus elementos, tendo por objectivo “limpar” a imagem e o bom nome desta linhagem. Como síntese, o autor remata do seguinte modo:

“Agora, relançando rapidamente os olhos por toda essa ascendencia tão violentamente accusada pelo snr Dr. Julio Dantas [...] quantos criminosos nos apparecem em face dos argumentos de que um dia se valerá a correcta e desafrontada defesa da Sagrada Congregação? Um sómente [...] foi D. Alvaro Pereyra, prior do Hospital apenas accusado de ... ter amado muito!”
(p. 55)

A citação apresentada é, também, bem ilustrativa do tipo de discurso utilizado por Chianca na sua obra, que é um discurso marcadamente argumentativo, onde não faltam as sucessivas sínteses para reforçar as ideias desenvolvidas; as interrogações retóricas; as reticências, utilizadas antes de apresentar uma conclusão com o intuito de criar *suspense*, e as exclamações que imprimem vivacidade ao discurso.

1.2.2. Defesa da imagem de Nuno Álvares Pereira

Seguem-se, então, os argumentos de defesa do próprio Nuno Álvares. O primeiro aspecto a ser focado é a sua educação, que merece da parte do autor uma atenção considerável, tendo em conta que a alusão de Dantas é breve e superficial. Chianca, através do texto que lhe dedica, parece revelar a atribuição de uma grande

importância à educação de uma pessoa como base de todo o seu comportamento durante a sua vida. Assim sendo, de forma algo minuciosa, cria uma atmosfera de excelência que rodeia a educação de Nuno Álvares, ligando-o, intimamente, a Galaaz, personagem também atingida pelo tiro de Dantas. Deste modo, enaltecendo o segundo, enaltece também o primeiro, dado provar que este foi contaminado pelas virtudes daquele. Tudo isto é feito com o objectivo de restabelecer a ordem inicial, uma vez que é normalmente visto como uma intenção louvável da parte de Nuno Álvares, à excepção do ponto de vista de Dantas, o facto de o jovem herói português querer imitar Galaaz, dado, através das suas leituras, ter sido contaminado pelo desejo de o igualar:

“Galaaz aparece, n’esse momento de escura tyrannia, divinamente bello sobre o seu corcel de guerra, de espada erguida em cuja lamina faiscando justiça se lê como divisa «Pelo bem». Era a defesa do fraco contra o forte [...]; era o castigo do feudalismo barbaro [...]; um principio de vitalidade sã [...]; uma ancia de liberdade [...] Pelo Bem, em prol dos fracos e oprimidos!”
(p. 58)

Através de uma exposição demorada, o autor orienta-nos para uma linha de raciocínio que só pode aceitar as novelas do ciclo bretão como instrumentos não indutivos de inibições patológicas, mas essenciais para uma educação cavaleiresca, como arautos de uma nova ideia de sublime heroísmo, ideia essa adoptada por Nuno Álvares e que contribui para a sua vitória na terra e glória celeste:

“o heroismo pelo sacrificio, a pureza pela castidade e a humilhação pela pobreza, como os degraus tapetados do caminho do céu” (p. 58).

Foi precisamente Nuno Álvares o primeiro a introduzir essa nova ideia em Portugal, visto ser ele

“o primeiro nobre portuguez que se formava n’uma educação pausada e erudita” (p. 59).

Essa educação tornava-se ainda mais importante, dado que para além de ter influências muito positivas na sua pessoa, contribuiu também de forma decisiva para a salvação do país das mãos do inimigo:

“Educado na sua época pelos mais avançados processos litterarios de então, tinha em si todas as condições d’um futuro libertador da patria escrava do estrangeiro” (p. 61).

Esclarecido este aspecto, o advogado de defesa passaria para a apresentação das provas de sanidade intelectual de Nuno Álvares. Face a todas as acusações de Júlio Dantas, era premente uma defesa consistente da imagem de Nuno Álvares como um ser dotado de inteligência, consciência e capacidade de discernimento. Para começar, o autor alega que a vontade de se manter casto, tal como o seu herói preferido, tinha um objectivo bastante concreto e definido:

“prometteu ser casto ... para se invencivel!” (p. 61)

Ainda em jovem, perante a corte de D. Fernando, Nuno Álvares demonstrara consciência dos erros de governação do rei, não era, portanto um cúmplice da má governação deste monarca, embora fosse escudeiro da sua corte, via, sim, todos os vícios com os olhos

“tomados de terror e de nojo. [...] E soffria porque era um bom; e revoltava-se porque era um forte!” (p. 63)

Em relação ao engano de Nuno Álvares ao ver o sol a bater nas lanças da carriagem, pensando que se tratava do inimigo, o autor do texto justifica-o do mesmo modo que sempre foi interpretado, como fruto

“do seu muito desejo de pelejar e da sua pouca experiência em coisa de guerra” (p. 64),

rematando com a máxima:

“E, para ser-se susceptível de enganos, não é preciso ser-se louco, basta ser-se homem” (p. 64).

Uma prova bastante evidente da sua lucidez foi o facto de, por obediência ao seu irmão mais velho e ao seu rei, não ter levado a cabo o desafio que fizera ao filho do Mestre de Santiago. O sofrimento que tal obediência lhe causou terá sido enorme, mas contribuiu para que ele próprio demonstrasse que também o era:

“«Eso es ser gigante»”²⁰ (p. 65).

Este exemplo será, de facto, uma evidência muito forte apresentada pelo advogado de defesa de Nuno Álvares, pois

“como se poderá explicar que sendo elle um impetuoso, um doente do fulgurante mal que lhe attribuem, tivesse acatado taes ordens com incrível paciencia, manifestando uma consciencia forte, e um invencivel dominio sobre si mesmo?!” (p. 66)

No que concerne à escaramuça em Lisboa, onde o jovem enfrentou sozinho mais de duzentos castelhanos, este caso só poderá ser utilizado como prova da sanidade e maturidade de Nuno Álvares, nunca o contrário. É a partir deste momento que se verifica da parte do autor uma escolha muito consciente das palavras usadas, destacando-as, ao pô-las em itálico no seu texto. Esse destaque é como que uma mensagem directa a Dantas e uma resposta às acusações proferidas por este. Mais do que descrições detalhadas e exaustivas, Chianca opta por fazer sobressair determinados vocábulos que visam contrariar as ofensas lançadas pelo

²⁰ O autor cita Frei António de Escobar.

Cardeal Diabo, apresentando, através de tais vocábulos, uma visão muito diferente dos acontecimentos. Vejamos o modo como a sanidade mental é assim comprovada:

O facto de Nuno Álvares se ter conseguido defender dos muitos castelhanos só pode ter acontecido estando ele lúcido, caso contrário ser-lhe-ia impossível defender-se de tão fortes ofensivas:

“quanta *serenidade* de espirito e precisão de movimentos n’uma obediencia immediata á vontade firme vinda d’uma *razão clara* se tornam necessarias para se sustentar, sem ser-se tocado, o simulacro de um assalto sobre o tapete de uma sala d’armas!” (p. 67)

Quando finalmente o acodem,

“tem a serenidade de cortar com a espada a cilha que lhe impedia os movimentos e continua a combater!” (p. 68, sublinhado meu)

Assim, os defeitos de que Nuno Álvares é acusado são incompatíveis com a sua actuação, o que deita por terra as acusações de Dantas:

“Um duelista de genio perturbavel, susceptivel de uma cega impetuosidade se põe de fóra de combate” (p. 67-68);

“Pode alcançar-se isto [ter sobrevivido ao ataque sem nenhuma arranhadura] sem sangue frio, com movimentos cegos e olhos enevoados de sangue?!” (p. 68, sublinhado meu)

Continuando a apresentação de exemplos, é exposto o caso de quando o irmão de Nuno Álvares o impede de se ir juntar ao rei em Elvas. Perante tal proibição, o jovem

“[I]evou ainda a mão ao punho da espada mas ... *conteve-se!*” (p. 69)

Acabou, na verdade, por desobedecer ao irmão, mas o facto de o rei o ter recebido de braços abertos e o ter abençoado perdoou-lhe o acto.

Na sua argumentação para provar a calma e ponderação, o autor invoca os exemplos: a) quando os inimigos cercaram Lisboa e b) o conselho em Almada. O modo como o autor apresenta estas situações é, por si só, bastante elucidativo da sua estratégia:

a) “D Nuno porem voltou serenamente [...] e entrou *a passo* em Lisboa com 60 lanças” (p. 71, sublinhado meu);

b) “[numa discussão com o conde Álvaro Pires] [o] conde exaltou-se e D. Nuno, *sem se alterar*, respondeu que era justo e pouco ainda o que dissera. [...], [o] filho de D. Alvaro veio pelo pai e D. Nuno *socegradamente* repetiu” (p. 71).

Posto isto, face a toda esta argumentação, o autor conclui o óbvio:

“E tantas quantas acções da sua vida chegaram até nós nenhuma dá direito a concluir a inconsciencia, a epilepsia, a degenerescencia violenta de que o cardeal diabo o quererá vestir” (pp. 71-72).

Segundo Júlio Dantas, o heroísmo de Nuno Álvares nunca foi consciente. Chianca refutará esta acusação através de pequenos pormenores introduzidos na descrição das acções do Condestável aquando da batalha contra o Mestre de Alcântara, que indicam o grau de consciência com que o herói medieval revestia as suas atitudes guerreiras:

- quando decidiu dar batalha ao mestre de Alcântara, convocou o seu conselho e expôs as razões, o que fez com que todos acedessem de imediato acompanhá-lo, pelo que se conclui que as suas razões terão sido bastante acertadas, ponderadas e persuasivas, pois convenceram os seus homens a lutar;

- quando se dirigiam para o combate, os homens pararam e prepararam-se para o combate:

“Nun’Álvares então *reflectidamente* manda apeiar os homens de cavallo” (p. 72)

- de seguida ordenou os seus homens, dispondo-os da forma mais eficaz para o combate:

“Bem clara está a acção pausada e disciplinadora do general que impossível será sem consciência” (p. 73, sublinhado meu)

- depois passou revista às suas tropas, incentivando-as

“«*com boas palavras, com gesto ledó e vulto prazível*»”²¹ (p. 73)

- a seguir

“esperou *sem desvairamento* de gestos ou de palavras que o inimigo chegasse” (p. 73)

- finalmente

“Na noite d’esse dia Nun’Álvares dormiu *tranquilamente* em Fronteira!” (p. 74)

Assim sendo, ao contrário do que Dantas afirma, em situação de guerra,

“não consta que alguém visse D. Nuno desvairado, vultuoso, irreflectido, n’uma arremetida impensada” (p. 75).

Como resposta à acusação feita por Dantas de que Nuno Álvares nunca se terá debatido pela fé nem pela igreja, Chianca afirma que, realmente, o Condestável

²¹ O autor utilizou como fonte para esta citação a *Crónica de D. João I*, de Fernão Lopes (cf. nota 1, p. 73).

se arriscou por algo além dessas duas: pela sua pátria. Ao fazê-lo, ao vencer as pretensões de Castela, Nuno Álvares

“venceu com o mesmo golpe os que seguiam o scisma de Avinhão” (p. 76)

Logo, a luta pela igreja está subjacente a toda a sua actividade guerreira.

Em relação à opção de Nuno Álvares de se manter casto, a que Dantas atribui a uma série de inibições patológicas, Chianca conclui o óbvio:

“a castidade provada é um argumento pró e não contra a canonização do condestável!” (p. 77)

Vai mais longe, aludindo para o facto de ao criticar Nuno Álvares por esta sua opção, o Cardeal Diabo estaria também a criticar, durante o consistório, o próprio Papa.

Seguidamente, a defesa abordará a questão da fisionomia de Nuno Álvares. Neste ponto, o autor, além de desmentir o facto de a barba deste homem ser rala, como Danta dissera,

“aparece-nos *não rála*, mas farta e comprida tapando o queixo por completo”²² (pp. 78-79),

adiciona outros traços fisionómicos, aliando-os a características psicológicas bastante positivas:

“Rosto branco; nariz longo e afilado denotando agudeza e energia; lábio superior curto; boca pequena traçada com a decisão que se afirma em todas as suas acções. [...] Fronte enrugada de muito pensar. Olhar vago e triste; d’essa poetica tristeza que lhe ficára do acordar, na vida real, d’aquelle doirado sonho de pureza de Galaaz!” (p. 78)

²² Chianca apela para um retrato da *Crónica do Condestável*, da edição de 1526, como fonte para a comprovação deste elemento. Esse retrato pode ver-se na obra *Nun’Álvares: subsídios para a iconografia do Grande Condestável*, p. [17].

Segue-se, então, uma breve abordagem da doença de Nuno Álvares, onde Chianca recorre a duas fontes que desviam essa efermidade do campo da psiquiatria: a *Crónica do Condestável* e Oliveira Martins.

A partir da crónica, o autor afirmará que os sintomas da doença eram

“horrorosas *dôres de fígado*, tão violentas que o faziam chorar como creança” (p. 79);

de acordo com o historiador, a doença de Nuno Álvares inserir-se-ia

“no quadro das doenças de fígado [...] classificando de *colica hepatica*” (p. 79).

Não há uma grande exploração deste pormenor, talvez por se considerar que as acusações tinham contra si duas fontes de peso, que as desmentiam de imediato. Passa de seguida para a fase em que Nuno Álvares entra para o convento, fase esta gozada e ironizada por Dantas, Chianca, além de descrever de modo muito positivo este período, justifica o facto de o Condestável se ter despojado dos seus bens, não como algo ridículo ou insano, mas

“porque o seu fim era a salvação da pátria e o seu ideal a redempção no céu” (p. 81).

Uma estratégia para invocar o merecimento da canonização deste herói é a recorrência a dois exemplos de pessoas, não mais virtuosas que Nuno Álvares: Joana d’Arc e Santo Inácio. Este processo de apelar a exemplos de casos semelhantes anteriores é um argumento muito forte, frequentemente utilizado em tribunais, para provar a existência de precedentes que permitem ao arguido actual ter o mesmo tratamento.

Deste modo, sem ter de recorrer a exemplos de milagres efectuados por Frei Nuno de Santa Maria, o autor considera que as únicas provas de que se serviu foram as que, sem dúvida, são as mais fidedignas:

“[a]s chronicas pela logica invencivel dos seus argumentos” (p. 82).

Posto isto,

“a canonização de Nun’Álvares será inevitavel e o seu vulto de paladino erguer-se-há d’aqui a um século sobre a toalha branca da ára do sacrificio” (p. 82).

Como se pode verificar, todos estes argumentos tiveram como objectivo principal apagar quaisquer traços de loucura ou inconsciência desenhados por Dantas na figura de Nuno Álvares Pereira. Parece ser um ponto importante a esclarecer o facto de o Condestável ter sido um homem são e tudo o que fez foi voluntário e reflectido, logo a conquista da independência e autonomia do país resultou de uma séria de acções conscientes e louvavelmente heróicas, e não de um acaso, fruto do delírio combativo de um homem.

Ao constatar, em pleno século XX, a necessidade de recordar todos estes pormenores da vida do herói medieval, que deveriam ser do conhecimento de todos e consensualmente tidos como verdadeiros pelos portugueses, o autor lamenta viver num país onde um herói desta envergadura pode ser tratado de modo tão vil, como o foi por Dantas, isto porque nos países civilizados

“recompensam os seus heroes, choram com saudade e amor os que morrem no seu posto em sua defeza” (p. 60).

Chianca critica de modo bastante directo os homens do seu tempo, que são

“tão fracos de corpo como de coração, onde raras vezes lampeja uma revolta
sã contra a mentira, um brado de castigo justo contra o vício e o crime!” (p.
38)

1.3. *Nun'Álvares e o Sr. Dantas: tonsura d'um "Cardeal Diabo", de Augusto Forjaz*

Foram várias as razões que levaram Augusto Forjaz a escrever uma obra logo a seguir a Chianca, com o mesmo teor e objetivos. Forjaz revela na secção designada por “Para constar...” uma preocupação crescente com os tempos em que vive, caracterizando-os como uma

“epoca de transição especialissima, entre o Passado, onde cuidaram erros, para o Presente [sic], onde supõem correcções” (p. 7).

A esta crítica não poderá ficar, de todo, imune Júlio Dantas e as suas ideias revolucionárias, que provocaram no autor do texto em estudo uma profunda indignação. Assim, Forjaz propõe-se defender Nuno Álvares de uma acusação que considera errada e injusta, feita a um homem que

“á Patria tudo deu, mas a quem a Patria muito já recusou” (p. 8),

revelando a consciência de uma responsabilidade muito grande, pois se não fizesse nada no presente, no futuro ficariam com uma ideia muito negativa e errada de Nuno Álvares e da sua ascendência. Escrever este contra-libelo é, portanto, uma obrigação moral e ética.

1.3.1. Defesa da ascendência de Nuno Álvares Pereira

Forjaz, segue o mesmo método de Chianca — começa por apresentar pormenorizadamente os ascendentes de Nuno Álvares, defendendo-os de todas as acusações de Dantas e glorificando a linhagem, e finaliza com a defesa do próprio

Nuno Álvares — introduzindo novos pormenores e corrigindo algumas falhas ou imprecisões detectadas no texto do seu antecessor.

O presente estudo debruçar-se-á apenas sobre as *nuances* novas introduzidas por Forjaz no seu contra-libelo, relativamente à defesa feita por Chianca, de modo a que o trabalho não se torne desnecessariamente repetitivo e extenso.

Forjaz, no seu pormenorizado estudo da ascendência de Nuno Álvares, analisa a vida de dezoito antecessores do herói medieval: seis mencionados por Dantas, seis outros adicionados por Chianca e seis introduzidos pelo autor²³. Começamos por estes seis últimos, que são pela primeira vez, nesta Questão, abordados pelo autor em estudo e cuja caracterização também contribui para a caracterização do potencial que corria nas veias das linhagem, cuja excelência foi herdada por Nuno Álvares²⁴.

Ascendentes

- imperadores Maximo,
Valentiniano e Constantino Magno.

Dom Forjás Mendo (11º
avô de Nuno Álvares)

Qualidades que contaminaram a linhagem

- legaram o moto: “*Non nos a sanguine regum
venimus, / ad nostre veniunt a sanguine reges*”; (nota
1, p. 20)
- Constantino Magno legou as armas: “em campo
verde, uma Cruz de prata florida, vazia do campo” e o
timbre: “uma Cruz vermelha, entre duas azas de oiro”
(nota 2, p. 20)

- tinha a confiança do rei leonês (p. 21-22)
- alargou “os Estados por sucessivas victorias
sobre os sarracenos” (p. 22)

²³ Essa soma foi feita contando com os imperadores Máximo, Valentiniano e Constantino Magno como um só, pois eles são apresentados como um conjunto que legou à descendência símbolos de poder.

²⁴ Só serão mencionados os filhos segundos ou terceiros quando, sobre eles, são descritos pelo autor pormenores significativos e que convirjam para o objectivo da obra: apresentar características que tenham contaminado Nuno Álvares. Quanto às filhas dos avós de Nuno Álvares, uma vez que pouco sobre elas é referido, apenas que se casaram ou foram para conventos, não serão aqui referidas. Serão apresentados aqui os 11º e 10º avós de Nuno Álvares, pois, embora Rui Chianca os mencionasse na sua obra, sobre eles não apresentou qualquer característica, logo, quem contribuiu para o conhecimento destes homens foi Augusto Forjaz.

- D. Vermuy Forjás (10º avô de Nuno Álvares)

- “mereceu elogios a não poucos historiadores [...] [por] não ter sido figura apagada naquellas epocas de continuas luctas” (p. 22)

- D. Vermuy Forjás (2º filho do 8º avô de Nuno Álvares)

- “esforçado cavaleiro” (p. 26)
- morreu cedo na “celebre victoria de Agua de Maias, alcançada por seu irmão mais velho” (pp. 26-27)

- D. Pedro Forjás (3º filho do 8º avô de Nuno Álvares)

- “dedicado ao rei, acompanhando-o nas vissicitudes das guerras, vindo a morrer, crivado de golpes, em 1071, na rija batalha dos campos de Santarem” (p. 27)

- D. Ruy Gonçalves Pereira (um filho do bisavô de Nuno Álvares)

- “notavel” (p. 44)
- “grande cavalleiro, de muita fazenda e fidalguia, cobrindo-se de gloria na batalha do Salado” (p. 44)

Resumindo, a partir desta apresentação podemos verificar que estes ascendentes de Nuno Álvares eram de confiança, vitoriosos, esforçados, dedicados ao rei, notáveis e grandes cavaleiros.

Passemos então à defesa directa das acusações feitas por Dantas a seis ascendentes de Nuno Álvares. Serão apresentados, apenas, os pormenores que são inéditos, em relação ao que Chianca já havia dito, pelo que a análise será breve.

Relativamente a D. Gonçalo Rodrigues Forjás, quinto avô de Nuno Álvares, o autor contribui para uma melhor caracterização desta personagem, mencionando o seu

“ódio pelo castelhano arrogante e vaidoso” (p. 34)

que viria, posteriormente, e felizmente, a ser herdado por Nuno Álvares, que nas suas primeiras investidas sobre os castelhanos

“lá trazia tambem manifestando-se identico ódio, aliás bemdito, porque, enquanto durou, só bons fructos houve por bem conceder-nos” (p. 34).

Quanto a D. Fernando Gonçalves Rodrigues²⁵, filho de D. Gonçalo Rodrigues Forjás, o autor adiciona à hipótese de o homem ter sofrido de uma qualquer doença, que o terá feito morrer à sede, um qualquer voto que ele poderá ter feito. De seguida enumera uma série de mortes extraordinárias, que não foram consideradas loucuras.

Em relação a D. Ruy Gonçalves de Pereira, quarto avô do Condestável, Forjaz não vai muito além dos argumentos já utilizados por Chianca, a não ser ao introduzir uma citação do que, segundo ele, rezam as crónicas

“nunca se avião visto taes vinte annos, tão aguerrido se mostrava nas sortidas sobre a mourama” (p. 38).

No que concerne a D. Pedro Rodrigues de Pereira, terceiro avô de Nuno Álvares, considerado, segundo Forjaz, por muitos linhagistas como o tronco de todos os Pereiras legítimos, o autor completa as informações dadas por Chianca, corroborando a acusação feita a Dantas de má utilização da fonte de que se serviu, *O Livro de Linhagens*, isto porque Forjaz verificou que Dantas ao citá-la fê-lo mal, fruto de uma má leitura. Acrescenta, ainda, que o confronto entre este homem e o seu primo se deu no que ficou designada pela batalha de Trasconho, logo, a morte de D. Pedro Poyares foi apenas o resultado, nada inesperado, de uma batalha.

Relativamente a D. Gonçalo Pereira, avô de Nuno Álvares Pereira, o autor pouco mais faz do que repetir o que já fora dito por Chianca. No entanto, como evidência da sua profunda investigação e minúcia, aproveita para corrigir Oliveira Martins acerca do local onde este homem foi sepultado, não na Igreja de Flor da Rosa, como afirma o historiador, mas sim na capela por ele construída na Sé de Braga. A defesa que faz do bom nome da mulher com quem D. Gonçalo teve D.

²⁵ Nomeado por Júlio Dantas como um filho de Gonçalo de Fruias.

Álvaro é também bastante detalhada, de modo a provar que era uma senhora respeitável e de famílias.

Por fim, ao autor apresenta-nos a vida de D. Álvaro Gonçalves Pereira, pai de Nuno Álvares, defendendo-o das acusações directas de Dantas, como Chianca fizera, e, como trunfo fortíssimo da defesa, transcreve parte de um texto do próprio Dantas, publicado em 1913 sob o título *Pátria portuguesa*²⁶, onde este homem é descrito de forma bastante laudatória, como se pode ver, por exemplo, no seguinte trecho:

“Era a véra-cruz de Marmelar ... reliquia que o prior Alvaro Gonçalves Pereira trouxera consigo ... para acompanhar a batalha [do Salado] como um arauto de Deus ... Percorrendo as alas, a cavallo, junto do clérigo, o prior do Hospital, moço de trinta annos, o mantão vermelho da ordem fluctuando, a cruz branca de oito pontas sob a espadua direita, gritava, n’uma certeza de illuminado, estendendo os braços cobertos de ferro”(p. 51).

Após a exposição deste argumento, pouco mais haverá a dizer, visto ter sido o próprio Dantas a prestar homenagem a D. Álvaro, com o seu texto.

Assim sendo, como retrospectiva, e em jeito de resumo, o autor conclui que olhando para esta linhagem, verifica-se que

“[f]oram talvez em demasia bravos, amaram com impetuosidade, mas é necessário estudal’os na epocha e nos costumes em que viveram [...] [pois] [a] vida dos homens analysa-se no tempo e no meio que tiveram” (p. 54).

Como se pode verificar, o autor recorre novamente ao argumento que justifica determinados actos através do contexto específico em que foram praticados. Parece, deste modo, que compreende a indignação que algumas atitudes possam causar nas mentes de um leitor do século XX, logo, a sua tarefa é

²⁶ Forjaz apresenta a referência bibliográfica completa: nota 10, página 50.

justificá-las, apelando para os costumes de uma época que permitiam determinadas situações.

1.3.2. Defesa da imagem de Nuno Álvares Pereira

Grande parte do texto de Forjaz foi, assim, dedicado à defesa dos ascendentes de Nuno Álvares Pereira, sendo que o restante é dedicado à questão da santidade do herói, onde o autor apresentará as razões pelas quais este herói medieval deve ser canonizado.

Assim sendo, a vertente de herói guerreiro é muito pouco explorada, limitando-se o autor a fazer breves alusões à faceta militar do Condestável, ligando-a sempre, de um modo indissociável, à defesa da pátria,

“Assim atravessou a existencia, numa lucta incessante pelo bem da Patria”

(p. 60),

e mostrando uma consciência clara da indispensabilidade da sua acção para a existência da nova dinastia que libertou Portugal do jugo estrangeiro:

“Sem elle [Nuno Álvares] não teria sido rei [D. João]” (p. 64.).

Ao defender a santidade de Nuno Álvares, Forjaz descreve a sua entrada para o convento do Carmo, que ele próprio ajudou, literalmente, a construir, e a sua estadia nele durante oito anos, anos esses marcados por actos que demonstram uma entrega total à busca da ascese espiritual.

Depois de se despojar de todos os seus bens, orientou a sua vida para a caridade e humildade. Como prova disso, o autor dá exemplos de como Nuno Álvares acudia a todos os que o procuravam em busca de auxílio: esfomeados, leprosos e doentes em estado terminal. Intercalava esse seu esforço de ajudar todos

quantos o procuravam com momentos de penitência. O autor não se preocupa em alongar muito as suas afirmações com exemplos ou explicações demoradas, limita-se a afirmar de um modo muito claro, as características que provam a excelência moral deste homem, num estilo manifestamente comovente²⁷.

É com a sua morte que o culto deste homem assume proporções verdadeiramente nacionais, aí o povo é referido repetidas vezes como o responsável máximo pelo nascimento e crescimento dessa adoração e culto. Numa provável estratégia de mostrar que a lenda de Nuno Álvares não foi puramente literária, como afirmara Júlio Dantas, Forjaz mune o seu discurso de referências repetidas à acção do povo, como testemunho *in loco* da santidade do Condestável:

“Nun’ Álvares deve ao povo o dizerem-no santo”(p. 59);

“O povo, vendo-o, apontava-o com respeito. Era o *santo condestabre!*” (p. 61);

“O povo accorreu em massa, agglomerando-se em torno do convento, exteriorisando uma dôr íntima, sincera, enorme [aquando da morte de Nuno Álvares]” (p. 64);

“[...] o povo levantára-lhe antecipadamente um altar, espalhando a fama de tantas virtudes e atribuindo-lhe um sem numero de milagres” (p. 65);

“De toda a parte vinham crentes. Portugal em pêso associou-se ao culto especialissimo [...]” (p. 67);

“Eram milhares os romeiros. Assim, largos annos, augmentou o culto por esse gigante [...]” (p. 68);

“Foi, repito, a arraia-miuda antiga, o heroico povo portuguez, esse cujos bisnetos constituem a verdadeira alma nacional, quem soube levantar-lhe um altar, collocando-o na galeria dos santos” (p. 71).

²⁷ Veja-se o seguinte exemplo: “[e], pensando na mãe velhinha, que dez annos sobreviveu ainda, recommendava que lhe reservassem sepultura condigna, perto da sua, como filho extremo que sempre fôra” (p. 64).

Torna-se, assim, despropositado que alguém do século XX afirme com propriedade que Nuno Álvares não foi santo, quando um país inteiro, no século XV, comprovou que ele o foi. É o peso de milhares que vivenciaram as demonstrações do seu poder sobrenatural, através dos seus milagres, contra as afirmações de um que, por viver temporalmente distanciado da época, faz afirmações sem conhecimento de causa.

Esse mesmo povo foi também o responsável pela criação de manifestações da literatura oral tradicional, em que dedicavam ao seu santo cantigas, agradecendo a comida e narrando os milagres, ver pp. 63 e 66); orações de súplica (ver p. 66); ditos com a invocação do seu nome para obterem misericórdia (ver p. 66); cantigas de romaria (ver p. 67) e trovas (ver p. 67).

Esta obra de Forjaz não é apenas uma resposta ao libelo de Dantas, é também, como a de Chianca o fora, mas de modo mais subtil, uma crítica à sociedade contemporânea do autor. Essa sociedade é aqui apontada como uma sociedade que está vivendo uma grande crise cultural e de valores, em que se está a perder a identidade nacional, ao perder-se o culto e memória dos heróis do passado:

“Hoje, os heroes antigos passaram á infima categoria de *condottiéres* *derrancados* e de *loucos* sem merito. O modernismo não os admite” (p. 58).

Esse desrespeito é, nesta Questão, visível através do escritor Júlio Dantas, cujo libelo é apenas o clímax dessa onda de degradação moral, e cujo alvo é Nuno Álvares, representante do passado em crise. Tal degradação é, segundo o autor, muito própria de Portugal, uma vez que noutros países, como é o exemplo da França, tal não acontece, visto o culto de Joana d’Arc, heroína medieval em muitos aspectos semelhante a Nuno Álvares, continuar aceso:

“não existe hoje qualquer templo, por mais pobre que seja, faltando-lhe a imagem da irreconciliável inimiga dos ingleses” (p. 71).

Do mesmo tratamento não beneficiou Nuno Álvares no seu país, não porque menos merecesse, mas pelo

“desleixo dos portugueses” (nota 1, p. 65),

que não souberam respeitar a memória do seu herói, que

“tudo que tinha feito pela Patria bem amada, pela liberdade de seus irmãos, pelo bem dos necessitados, pelas glórias de Portugal, tudo quanto julgava inconfundível e incomparável, tudo visto esquecido, desfeito, triturado numa prensa de má vontade” (p. 14-15).

Por conseguinte, a profanação de um nome tão santo quanto o de Nuno Álvares, o desrespeito e despeito pela memória de um herói nacional, pelos ideais por que ele lutou e que são usufruídos por aqueles que, no presente do autor, negligenciam a sua memória, e, conseqüentemente, o desrespeito por toda uma História do país são sinais do tempo. De um tempo vazio de valores, de ideais, de acção efectiva na luta por um país melhor. Assim sendo, o autor afirma num tom de pessimismo

“[h]oje, que não se admitem crenças, mal pôde avaliar-se a grandeza e a espontaneidade d’aquelle culto” (p. 65).

1.4. I República

A afirmação anteriormente citada demonstra, da parte do autor, uma consciência muito clara do momento histórico que Portugal vivia na segunda década do século XX, com a I República a tentar dar os primeiros passos e manter-se de pé, “[a]proveitando a crise moral e financeira do regime monárquico” (J. H. Saraiva 1983^b: 517). No entanto, a vontade de melhorar o estado das coisas não passou de uma vontade, pois este período da I República pautou-se por “uma permanente instabilidade política [...], difícil conjuntura internacional, permeabilidade aos grupos de pressão” (J. H. Saraiva 1983^b: 517).

Dá-se, neste período, um afastamento entre a vida pública e a religião católica, que teve o seu auge em “20 de Abril de 1911, com a lei sobre a separação da Igreja do Estado” (R. Ramos 1993: 407). Assim, a intenção era tornar a sociedade portuguesa numa sociedade laica, pois os republicanos defendiam que “era preciso libertar os indivíduos das antigas sujeições. A mais grave era, sem dúvida, a sujeição espiritual” (R. Ramos 1993: 408). Terá sido sob a influência deste pensamento e corrente ideológica que Júlio Dantas escreveu o seu libelo contra a canonização do herói medieval? De facto, era um momento propício para, ao contrário do que se verificara até então, a imagem de Nuno Álvares Pereira como santo se tornar num alvo possível para acusações.

No entanto, há uma outra vertente do pensamento republicano que torna a produção do libelo como algo cujas motivações não se enquadram no panorama ideológico vigente. A I República quis sempre manter aceso o mesmo “sentimento patriótico que animou o regime monárquico” (J. V. Serrão 1990^b: 285), pelo que um dos lemas dos republicanos era “[h]onrar os mortos, quantos pelo heroísmo, pela

inteligência ou pelo trabalho se haviam destacado ao serviço de Portugal” (J. V. Serrão 1990^b: 285). Esta vertente é ainda mais significativa para o presente trabalho se tivermos em conta que o próprio Júlio Dantas se dedicou à escrita de obras visando esse objectivo. Para além de escrever a obra *O Heroísmo, a Elegância, o Amor*, em 1923, onde, na primeira secção, exalta os heróis de Aljubarrota e o Mosteiro da Batalha, o autor “[p]ela atracção do heroísmo, escreveu as páginas vibrantes de *Pátria Portuguesa* (1914), ampliadas em *Marcha Triunfal* (1954)” (D. M. Ferreira 1997: 247), chegando mesmo a afirmar: “Portugal nunca teve o culto dos seus grandes homens. Foi essa sempre uma das mais dolorosas falhas do sentimento nacional”²⁸ (*apud* J. V. Serrão 1990^b: 292).

Como explicar, então, que tenha escrito, em 1907, um libelo contra um dos heróis mais aclamados da História de Portugal? Um simples capricho? Um exercício intelectual de desconstrução da imagem sólida de uma figura histórica? Um acesso contra a religião e adoração de santos?

Segundo E. Leal, Júlio Dantas foi o representante mais mediático de uma “atitude, com significativa audiência pública, que promovia leituras psicopatológicas das grandes figuras históricas (reis, rainhas ou notáveis), dentro de um ambiente positivista e anticlerical de «medicalização» da História” (1999: 62). Logo, a hipótese de o libelo ter sido escrito sob a influência do anticlericalismo vigente parece bastante pertinente para justificar o seu voto contra a canonização de Nuno Álvares. Mas Dantas vai muito mais longe, além de mostrar que o

²⁸ No entanto, ao que parece, a figura de Nuno Álvares Pereira não seria, de facto, das preferidas de Dantas, tal pode verificar-se através de um inquérito levado a cabo pelo diário *O Século*, em 1913, a vinte e nove elementos da elite republicana, sob a questão “Qual é a mais bela figura da História Portuguesa?”. A maioria escolheu Nuno Álvares, enquanto Júlio Dantas optou pelo Infante D. Henrique (cf. E. Leal 1999: 53).

Condestável, como religioso, não merecia ser santo, também reduz a cinzas a sua imagem de herói guerreiro.

Independentemente da sua motivação, pode concluir-se que o libelo escrito contra Nuno Álvares foi um exercício de retórica sem consequências graves para a imagem e prestígio do herói medieval. Se hoje em dia esse texto provoca um sorriso a quem o lê, na altura, por muito que os portugueses não estivessem a respeitar a memória dos antepassados e desleixassem, como Forjaz aponta, o culto dos seus heróis, o texto teve, de facto, reacções exaltadas e talvez até tenha servido para trazer para as luzes da ribalta o nome do Condestável que, anos depois, em 1918, começou a ser exaltado de um modo muitíssimo ferveroso e cujo culto acordou e viveu activo durante muitos anos²⁹.

²⁹ Esta questão voltou a aparecer em 1932, em Coimbra, pela pena de Tomás da Fonseca, republicano maçónico anticlerical, que recuperou as acusações a Nuno Álvares, apontadas por Dantas, através da obra *O Santo Contestável. Alegações do Cardeal Diabo*. A esta afronta reagiu o Padre Luís Lopes de Melo, através da obra *Ao público do Sr. Tomás da Fonseca*, em 1933, que “socorrendo-se das mesmas obras de Tomás da Fonseca [...], pretendeu provar a excessiva parcialidade ideológica das críticas formuladas” (E. Leal 1999: 63). Ainda segundo E. Leal, “[m]ais do que a construção crítica da história, interessava a esses polemistas a representação ideológica da figura e a eficácia política dos discursos” (p. 63). Estas obras não serão alvo de estudo no presente trabalho por terem sido apenas uma segunda versão da Questão provocada pelo texto de Júlio Dantas, sem inovações significativas.

2. A Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira

Num período político complicado, em que, como foi referido anteriormente, a I República não estava a ter os resultados na vida portuguesa que pretenderam os responsáveis pela sua implantação, viviam-se tempos difíceis em Portugal. Verificava-se no país uma decadência, um atraso e uma apatia das elites e dos quadros médios (cf. E.Leal 1999:121). Politicamente não havia soluções, pois

“[m]arcados pelo caciquismo (regionalista ou ideológico), pela visão oligárquica, pelas ambíguas combinações parlamentares e pela dissidência, os partidos políticos dinásticos (e depois republicanos) mostraram progressivamente grande incapacidade em renovar um projecto nacional” (E. Leal 1999: 94).

A I Guerra Mundial foi um marco importante que, nesta época de debilidade, a todos os níveis, da sociedade portuguesa, veio agudizar a situação vivida. Dois símbolos são, então, fortemente invocados pelos portugueses: além de Camões, Nuno Álvares surge “como luz de esperança no sofrimento físico e moral que se abatera sobre muitos espíritos” (J. V. Serrão 1990^b:290), sendo que a vertente do “homem de fé, o guerreiro que no fim da vida se fizera monge, o carmelita que ficara na tradição popular com o nome de Santo Condestável” (J. V. Serrão 1990^b: 290) será bastante exaltada³⁰.

A ideia do movimento condestabrianiano teve, deste modo, início em 1918, “inspirada por alguns jovens de formação conservadora, muitos deles de prática

³⁰ Data de 1919 a publicação da obra *Vida do beato Nuno Alvarez Pereira*, do padre Valério A. Cordeiro, dirigida à Juventude Portuguesa “e áquelles que desejam um estudo objectivo, breve, que lhes dê ideia clara do grande personagem” (pp. 14-15). Segundo o autor, o seu estudo pretendia: “diffundir cada vez mais esse culto e [...] debellar a crise de caracteres que tão abatida traz a nossa Nação. Com um exemplar tão formoso deante dos olhos, animar-se-há certamente a actual Juventude a resuscitar em si as virtudes e energias dess’outra Juventude a que pertenceu Nuno Alvarez, e, com ella, reconstruir Portugal, salvá-lo da decadência profunda a que o vão levando os erros tremendos do nosso liberalismo, destruidor da genuína tradição portuguesa” (p. 15, itálico meu).

católica, mas todos animados de um grande sentimento nacionalista” (J. V. Serrão 1990^b: 290). Verifica-se, então, um “movimento de elites conservadoras e nacionalistas protagonizado pela Cruzada Nacional [que] impregnou a vivência política entre 1918 e 1938” (E. Leal 1999: 93)³¹. O lançamento da Cruzada foi um processo algo complicado e demorado, pois o contexto de grande tensão política interna retirava espaço público a qualquer agremiação cívica que mostrasse a intenção de debater os problemas do país, deste modo, o processo de fundação da Cruzada Nacional estendeu-se entre Julho de 1918 e Março de 1921 (cf. E. Leal 1999: 131).

Esta união tinha o intuito de “lançar a semente de um «ressurgimento nacional»” (J. V. Serrão 1990^b: 290). A escolha do patrono deste ideal foi a mais natural e eficaz, uma vez que

“a Cruzada conseguiu, desde logo, ter uma importante «função simbólica» ao difundir a exemplaridade ético-religiosa e político-militar de Nuno Álvares Pereira, que se incluiu doravante na ritualização cívica do Estado, colocando o herói num lugar de mediação dentro do redentorismo patriótico, bem expresso em ideias-força como «ressurgimento nacional», «Acima de tudo — a Pátria!» ou «união dos Portugueses»” (E. Leal 1999: 329).

Assim, o exemplo que Nuno Álvares nos dera “de abnegação e de entrega à causa nacional deveria servir de émulo aos portugueses do início do século XX” (S. Lima 1993: 249).

Ao longo da sua existência, a Cruzada assumiu-se como uma forma de resposta ao diagnóstico de Crise Nacional e teve como intenção máxima “o revigoramento do Carácter Nacional através da programação exemplar do mito

³¹ Foi também 1918 o ano em que se efectuou a Reforma do ensino de Alfredo de Magalhães, cujo programa foi, exceptuando o da reforma de 1936, o que tinha as instruções mais vincadamente nacionalistas (cf. S.Matos 1990: 28).

moral de Nuno Álvares”³² (E. Leal 1999: 93). Essa necessidade que a Cruzada tinha de ser marcadamente nacionalista “advinha [...] da circunstância de uma intensa divisão do povo português em «facções de regimes e partidos» estar a contribuir para a perda da unidade e vitalidade nacional” (E. Leal 1999:283). Por uma questão de prudência, devido ao radicalismo e ao anticlericalismo que se faziam sentir em 1918, a exaltação religiosa é feita de um modo gradual, assim o processo de identificação de Nuno Álvares com o catolicismo segue uma estratégia diplomática e paciente de incorporação na ideologia da Cruzada³³ (cf. S. Lima 1993: 250 e E. Leal 1999: 285).

Eram três os princípios fundamentais reguladores da acção da Cruzada: “no espaço doutrinário, o Nacionalismo; no espaço social, o Corporativismo; no espaço político, o Autoritarismo” (E. Leal 1999: 279). Não é, portanto, de estranhar que “durante a Ditadura e o Estado Novo [encontremos] uma maior identificação entre a Cruzada e o poder governativo” (S. Lima 1993: 47). A Cruzada pode ser considerada como uma “organização charneira entre a realidade da I República e o emergir do Estado Novo” (S. Lima 1993: 1).

Neste período, em parte devido aos desaires sofridos aquando do Ultimato inglês e da própria Grande Guerra³⁴, a mentalidade portuguesa pautava-se por um nacionalismo como que ostracizante e uma vontade das classes dominantes de que se vivesse centrado sempre no país e para o país, derivando daí um patriotismo algo cego e atrofiante. Assim sendo, “constituiu-se uma atitude política de nacionalismo defensivo, quer em relação ao território quer em relação à história” (E. Leal 1999:

³² Ver a análise pormenorizada que E. Leal faz dos símbolos da Cruzada Nacional: Cruzada, Patrono, Bandeira e Emblema (1999: 280-281).

³³ Tal gradação atinge o seu ponto máximo durante o Estado Novo, em que se dá uma enorme projecção à santidade de Nuno Álvares (cf. S. Matos 1990: 139).

³⁴ Segundo S. Lima, “[a] Cruzada situa-se no contexto global da emergência dos nacionalismos na Europa entre as duas Guerras” (1993: 267).

283). Assume-se o Condestável como paradigma do passado que ajudaria Portugal a construir um futuro igualmente grandioso, logo a Cruzada tem algo de messiânico (cf. S. Lima 1993: 254). Verifica-se, enfim, que “para a Cruzada, o Condestável, enquanto símbolo político, impõe uma tomada de posição: ou se é por Portugal, ou contra Portugal” (S. Lima 1993: 254).

2.1. Revista *Cruzada Nacional* “Nun’Álvares”³⁵

O primeiro e único número da revista *Cruzada Nacional* “Nun’Álvares” foi publicado sob a direcção de João Afonso de Miranda, em Novembro de 1922, quatro anos após a constituição da organização que deu o nome à revista e que é responsável pela mesma. Até então a mensagem ideológica da Cruzada havia sido divulgada através da Imprensa portuguesa, facto reconhecido e referido pelo director da revista no texto editorial que publica, na página 7³⁶.

Verifica-se neste que era para ser o primeiro de vários números³⁷ um diagnóstico do Portugal da época, diagnóstico esse bastante negativo e pessimista. Estava-se perante um país que jamais

³⁵ A revista em estudo foi a primeira publicada pela Cruzada Nacional D. Nun’Álvares Pereira, mas não foi a única. Apesar da sua grande dedicação, para além da revista em análise, a Cruzada apenas conseguiu publicar dez números de quatro títulos diferentes: *Cruzada Nacional* (um número, em Fevereiro de 1924); *Revista Nacional* (dois números, entre Maio e Junho de 1925); *A Reconquista* (seis números, entre Janeiro e Maio de 1926) e *Galeria do Santo Condestável* (um número, em 1929). (cf. E. Leal 1999: 311). Neste trabalho apenas será estudada a primeira revista porque, sendo a primeira, veicula a ideologia inicial da Cruzada, a que fez o momento, a que serviu de base para a construção do movimento.

³⁶ Ao longo dos seus estudos, S. Lima (1993) e E. Leal (1999) fazem bastantes referências a periódicos que divulgaram textos da Cruzada. Podemos encontrar, por exemplo: *Diário Nacional*, *Diário de Notícias*, *A Época*, *O Mundo*, *A Voz*, *Diário da Manhã*, *Diário dos Açores*, *A Imprensa da Manhã*, *Correio da Manhã* e *O Século*.

³⁷ Logo na primeira página é feita a apresentação dos artigos a constar no número seguinte. E. Leal considera incompreensível o facto de a imprensa oficial da Cruzada ter tido um periodismo muito inconstante, dado ser muito improvável que tal se devesse a questões financeiras, uma vez que entre os Cruzados se encontravam alguns dos mais importantes capitalistas e proprietários rurais do país (cf. 1999: 310-311).

“conheceu transe agreste e dubio, qual o da hora presente. Submettida ao jugo de causalidades nefastas, exgotadas ou vastamente comprometidas as suas energias productoras, quebrada a sua unidade moral por determinante ou effeito, a sociedade, que é a nossa, parece, á simples e desalentada vista, um misero corpo sem qualquer assomo de espiritualidade, aguardando apenas e d’outrem o trabalho da última remoção...” (in “À Nação”, Anselmo Braancamp Freire e Lobo d’Avila Lima, p. 22).

Deste modo, é expressa a angústia provocada por um estado de ócio que o país vivia, em que a inércia dos seus habitantes, que não trabalhavam nem votavam, era o entrave principal para a sua progressão. É patente esse desespero causado pela apatia do país através do grito de João Rico:

“Trabalhae oh gente culta, que os ociosos dormem. [...] Trabalhae oh cerebros, trabalhae oh braços humanos” (in “Quadro matutino”, p. 6),

ou de Silva Tavares

“trabalhae, progredi p’la Terra amada...” (in “A Fala de Nunalvares”, p. 20).

Tal situação é em muito devida a um acumular de circunstâncias que trouxeram o país para o estado em que ele se encontrava, assim

“de ha onze anos a esta parte, vive-se em estado permanente de ataque e defeza. Nada menos de **vinte movimentos** à mão armada, entre revoluções e pronunciamentos, teem impedido [...] toda e qualquer tentativa de regeneração e de trabalho” (in “Ao Paiz”, a Direcção Geral, p. 18).

Feito o diagnóstico bastante pessimista, a Cruzada apela para a união dos portugueses como única forma de o país sair do marasmo em que encontra. Nesse apelo, qual sindicato a incitar os seus membros a lutarem juntos pelos seus direitos, pois, como é apanágio seu — “a união faz a força” —, a Cruzada faz da união de todos os portugueses a condição *sine qua non* para o ressurgimento de Portugal.

Deste modo, tendo em vista a adesão do maior número de pessoas possível, o pedido é recorrente:

“Portugal precisa de todos porque, se cada um tem o seu credo político, a verdade é que a Patria é de todos os portugueses” (in “Lista dos Cruzados”, p. 4);

“a Nacionalidade [...] encontra[-se] em perigo e [...] em breve soará a sua última hora se, antes disso se não unirem todos os que amam a Patria” (in “Aos estudantes de Portugal”, Jorge Camacho, p. 30).

Tal incitamento é também posto na boca do próprio Nuno Álvares, no poema “A Fala de Nunalvares”, em que, após descrever um presente de decadência e nostalgia, se apresenta o discurso do herói medieval, que se centra manifestamente no apelo à união:

“«Uni-vos todos, Portuguêses!... [...] Uni-vos, como irmãos, [...] «Sêde um só corpo, [...] Uni-vos” (Silva Tavares, p. 20).

Ora, a Cruzada acreditava que tal união e tal consenso ideológico só poderia ser atingido em torno de uma figura que fosse unanimemente do agrado de todos, pelo que a escolha só poderia recair, de acordo com os Cruzados, sobre Nuno Álvares Pereira:

“Esta união [só é] possível realizar-se mesmo á volta do nome de um dos maiores de Portugal[,] de um nome que enche a historia da patria, que é a propria historia, que é, em syntese, a propria Patria portugueza: o nome de Nun’ Alvares” (in “Aos estudantes de Portugal”, Jorge Camacho, p. 30);

“estamos firmemente convencidos de que será ilusorio todo o trabalho ou todo o sacrificio, para salvar Portugal, que não assente os seus alicerces nas virtudes, civicas e morais, do Heroe excelso” (in “O Condestável — no Passado, no Presente e no Futuro”, Zuzarte de Mendonça, p. 17).

A imagem de Nuno Álvares que é veiculada através da revista gira maioritariamente em torno do herói que, no século XIV, salvou a nação, evitando a perda da sua independência. Assim, é a figura de um herói que lutou por uma questão de patriotismo e defesa nacional que sobressai dos artigos constantes na revista. De acordo com João Afonso de Miranda, a ideia da escolha deste padroeiro para apadrinhar a causa da organização que, juntamente com outros, fundou veio da leitura das crónicas de Fernão Lopes, mais concretamente do relato do cerco de Lisboa, situação que colocou Lisboa numa posição bastante aflitiva, da qual saiu graças à intervenção de Nuno Álvares:

“Neste transe doloroso, eis que divisa ao longe na outra banda do Tejo, através [d]um manto de scintilantes estrelas os clarões dum intenso luzeiro marginando o horisonte, qual aurora boreal. É NUN’ALVARES! diz o Mestre” (in “Para a historia da Cruzada Nacional”, João Afonso de Miranda, p.40).

Deste modo, visto Portugal viver nas primeiras décadas do século XX momentos bastante difíceis, os primeiros Cruzados constataram uma analogia entre o passado e o presente³⁸ e optaram por se apropriarem da figura de Nuno Álvares, como símbolo aglutinador de todos os ideais que defendiam. Continuando as analogias, o próprio João Afonso de Miranda afirma no texto “Viva a Patria!” (p. 3) que tal como Nuno Álvares teve adversários no seu tempo, a Cruzada também encontrará contrariedades e ingratidões, que serão ultrapassadas se seguirem sempre o exemplo que Nuno Álvares deixou.

Aos olhos da Cruzada, este herói medieval

³⁸ João Afonso de Miranda afirma: “[e]ntão, como agora, as circunstancias nacionaes parecem-se; porque se as garras do estrangeiro não degolam Lisboa, o abismo da fatalidade, ameaça engulir a Nação, numa suprema e desvairada confusão de todos e de tudo. E ha semelhança do grito de alarme então lançado, presamo-nos de ter dito bem alto em Julho de 1918: *É Nun’Alvares! Pela Patria em nome do Santo Condestavel*” (p. 40).

“tem uma vida d’infinita duração alicerçada no patriotismo de todos os portugueses. *Ele é a mais alta expressão da Nacionalidade Portuguesa*” (in “Nun’Alvares e Camões”, p. 5).

Sendo também

“um simbolo d’Honra transcendente,/ evocando a nobresa e a tradição!...” (in “A Fala de Nunalvares”, Silva Tavares, p. 20).

Tradição essa que a Cruzada queria preservar e enraizar nos costumes dos portugueses:

“como *Nun’Alvares* esta Cruzada [...] nada mais pretende do que reintegrar a Pátria no culto da sua *Tradição* violada” (in “Ao Paiz, a Direcção Geral, p. 18).

Assim, a Cruzada pretende que Portugal avance para um futuro melhor

“sob a égide *d’Aquele*, que a tradição e a historia, a Religião e o Estado elegeram como prototipo das mais preclaras virtudes da grey” (in “À Nação”, Anselmo Braamcamp Freire e Lobo d’Avila Lima, p. 22).

Sendo acima de tudo uma imagem virada para o ideal de patriotismo, como referido anteriormente, denota-se também alusões ao seu lado religioso³⁹, como se verifica numa carta que Guerra Junqueiro escreveu para a Cruzada, informando da sua adesão à mesma, em que faz alusão à imagem que construiu do herói medieval na sua obra *Pátria*:

“A santidade é o heroísmo do espirito na vida eterna. [...] Nun’Alvares foi de Aljubarrota ao céu” (p. 10).

³⁹ Como já foi mencionado no presente estudo, no início a Cruzada não investiu muito no vector religioso do Condestável para não ferir susceptibilidades, mas a partir de 1921 foi paulatinamente inserindo essa vertente na representação ideológica do herói, ver *supra*, p.183. Assim sendo, no seu cômputo, a Cruzada acabou por reunir “a síntese de duas expressões de «messianismo condestabrianiano»: por um lado, surgia a «tradição providencialista católica» que inculcava primordialmente o sentido de *Santo*, expresso no culto e festa religiosa ao Beato Nuno de Santa Maria [...]; por outro lado, estava a «tradição laica republicana» que promovia o sentido de *herói*, político e militar, na linha da hagiografia sociolátrica positivista ao Grande Homem, expresso no culto e festa profana ao Condestável”(E. Leal 1999: 329-330).

Também se verifica esta faceta do herói no pequeno texto escrito por Correia da Costa:

“Na alma moral da raça, Nun’Alvares Pereira é o sonho mais alto, a lança que mais alto tocou Deus./ Heroe, compreendeu o sentido da raça resando antes do combate. Santo, juntava as mãos em reza para nesse gesto religioso guardar Deus” (in “Nun’Alvares, p. 11).

A utilização da palavra “raça” é bastante recorrente nos textos da revista⁴⁰, como que indicando que os portugueses, ao fazerem parte da mesma raça de Nuno Álvares, reúnem em si uma quantidade de informações genéticas comuns que os identificam com o herói. Entre outros, vejamos o exemplo:

“É a figura excelsa, a gloria maxima desta Raça predestinada para os grandes cometimentos e para as surpreendentes audacias” (in “O Condestavel — no Passado, no Presente e no Futuro”, Zuzarte de Mendonça, p. 17)⁴¹.

Posto isto, a intenção máxima da Cruzada, ao apropriar-se da imagem de Nuno Álvares, é que este sirva de modelo comportamental e que a sua conduta e ideais defendidos sirvam de exemplo a seguir por todos os portugueses⁴². Esse apelo é recorrente em toda a revista e é uma das ideias mais vincadas da ideologia da Cruzada que, desse modo, justifica explicitamente as razões da escolha do patrono e intenções ideológicas da mesma. Assim sendo, esta apropriação da imagem de Nuno Álvares feita pela Cruzada é a apoteose de todas as apropriações

⁴⁰ S. Matos aponta para uma “proposta de construção de uma tipologia da existência a partir de palavras místicas, nomes comuns — pátria, nação, raça, heroísmo, fariam parte desse programa” (1990: 86).

⁴¹ Verifica-se, deste modo, um dos sentidos que na época era atribuído à palavra: “sentido diferenciador de superioridade — trata-se da “raça conquistadora” e da “raça privilegiada” para a construção do império dos “homens fortes”” (S. Matos 1990: 100).

⁴² Segundo S. Matos, existem duas vias de transformação das estruturas políticas: a via de identificação e a via de integração. “A socialização política empreendida pela escola do Estado Novo basear-se-á sobretudo na primeira via” (1990: 87), sendo que essa é “a via de identificação com os deuses ou heróis, em que o sujeito tenderá a tornar-se semelhante ao modelo imaginário, distanciando-se da realidade” (1990: 86).

feitas ao longo dos séculos, visto que o carácter interventivo explícito de tal invocação assumiu um carácter nacional cujas intensidade e obsessão são únicas. É uma expressão singular na invocação da personagem como meio de provocar a acção pela imitação. Seguem-se alguns exemplos ilustrativos dessa mensagem da Cruzada:

“Ele será sempre o nosso modelo em tudo, o nosso grande Chefe Espiritual” (in “Viva a Patria”, João afonso de Miranda, p. 3);

“Se queremos salvar a Patria adoremos Nun’alvares e glorifiquemos Camões religiosamente, tomando-os por guias e conductores” (in carta de Guerra Junqueiro à Cruzada, p. 10);

“Como a sua influência pode ser salutar, e até decisiva, nos destinos de Portugal, se soubermos bem meditar e compreender a sua vida. [...] adoptar os seus exemplos, adoptar a mesma norma de vida, honrar a sua memória aceitando e pondo em pratica os seus ensinamentos” (in “O Condestavel — no Passado, no Presente e no Futuro”, Zuzarte de Mendonça, p. 17);

“nenhum nome melhor do que o seu [...] para servir de modelo a uma geração que ameaça perder-se no meio das luctas criminosas de todos os dias” (in “Aos estudantes de Portugal”, Jorge Camacho, p. 30).

Transparece através desta revista uma firme crença por parte dos seus colaboradores de que a invocação de Nuno Álvares é, de facto, o único modo de salvar Portugal do declínio total. Os Cruzados acreditam, realmente, nisso e revestem toda a sua intervenção ideológica nas mentes dos portugueses a partir desse pressuposto. Para tal, é preciso que todos se unam em torno do mesmo ideal, o da nação, e ajam o mais rapidamente possível, tendo como exemplo as acções do Condestável. Estabelece-se, deste modo, uma relação muito próxima entre a ideologia e a prática, isto porque se quer que toda a imagética que envolve Nuno Álvares sirva de elemento de ignição para que se verifique, efectivamente, uma

prática concreta dos ideais teoricamente discutidos. Era um ponto primordial para a Cruzada a divulgação do “exemplo do condestável nas suas várias vertentes procurando transformar esse paradigma em acção” (S. Lima 1993: 252).

Verifica-se neste período do século XX uma perspectiva diferente na apropriação da imagem de Nuno Álvares, isto porque, a partir de certa altura a Cruzada passa a estar intimamente ligada ao Estado e ser apoiada por ele, visto ter como membros presidentes da República e ter elementos seus no governo (cf. S. Lima: 19), assim, com o Estado Novo, a apropriação ideológica de Nuno Álvares Pereira é feita pelo próprio Estado. Até aqui a motivação dominante que havia levado às anteriores apropriações tinha sido o descontentamento com a situação em que o país vivia, devido à conjuntura política e social, a partir do momento em que a Cruzada começa a ter uma relação bastante estreita com o Estado, passa a ser o próprio que se apropria da imagem do herói e a invoca para servir os seus desígnios.

3. *Mensagem*, de Fernando Pessoa

A *Mensagem* foi “o primeiro e único livro de Fernando Pessoa publicado em sua vida” (J. P. Coelho 1997: 635). Estando já latente a filosofia que guia a obra em 1912, ano em que Fernando Pessoa escreveu o poema “D. Fernando, Infante de Portugal”, foi, provavelmente, a ditadura de Sidónio Pais que deu um impulso decisivo para a concepção da mesma (cf. J. P. Coelho 1990: 50), sendo que esta acabou por ser uma “[c]olectânea de poesias, em geral breves, concisas, compostas em épocas diferentes, [que] tem no entanto unidade de inspiração [...] e certo equilíbrio arquitectónico” (J. P. Coelho 1997: 635).

A definição que Fernando Pessoa deu de si próprio, como sendo um nacionalista místico e um sebastianista racional⁴³ (cf. J. P. Coelho 1997: 635), verifica-se plenamente nesta obra que é percorrida por “um sopro patriótico de exaltação e de incitamento” (J. P. Coelho 1997: 635)⁴⁴.

No período de instabilidade política que Portugal vivia nas primeiras décadas do século XX, e que já foi anteriormente descrito, Pessoa verificava no seu país uma “incapacity to create – a conformity that, like all conformity, only knows to imitate” (C. Canuto 1997: 89), acreditando que a verdadeira mudança teria de

⁴³ H. Siewierski afirma que “[n]ão é a espera dum Messias que construísse o Quinto Império, mas a imitação de D. Sebastião que constituiu o primeiro mandamento do sebastianismo de Pessoa” (1985: 8), sendo que a função deste mito de D. Sebastião “é a de passar os sonhos de uma geração para a outra” (H. Siewierski 1985: 8). Acerca deste tópico, ver considerações de E. Frias (1971: cap. V).

⁴⁴ Será curioso verificar a opinião que Fernando Pessoa tem acerca da obra *Pátria*, de Guerra Junqueiro, anteriormente analisada, expressa no texto «Guerra Junqueiro na Literatura Nacional e na Poesia Superlítica Moderna»: “a *Pátria* de Junqueiro é, não só a maior obra dos últimos trinta anos, mas a obra capital do que há até agora de nossa literatura. *Os Lusíadas* ocupa honradamente o segundo lugar [...] A *Pátria* sobreleva *Os Lusíadas*, 1º, na perfeita organicidade e construção, na unificação e integralização dos complexíssimos elementos componentes, 2º, no poder puramente visionador e imaginativo, 3º, na elevação, intensidade e complexidade do sentimento patriótico e religioso” (apud G. Cavaco 1997: 9).

começar internamente, uma vez que não pode disciplinar uma sociedade quem não se disciplinou a si próprio (cf. C. Canuto 1997: 89).

Transparece nesta obra uma noção de profeta assumida pelo próprio poeta, que anunciava uma “extraordinária aventura espiritual para que as almas dos Portugueses deviam preparar-se” (J. P. Coelho 1990: 50). Fernando Pessoa considerava-se, deste modo, o mensageiro que guiaria os seus conterrâneos para um futuro inspirado na grandeza do passado. Como tal, verifica-se um

“[s]ense of responsibility and a keen belief in the poet’s mission as a prophet and a priest that indelibly marks [his] work and shapes [his] li[fe]” (C. Canuto 1997: 8).

Toda a ideologia veiculada pela obra é vocacionada para a criação de um Império, que seria o quinto⁴⁵. Esse império não seria um império terreno, “mas a Ideia condutora, o que não existe no mundo sensível, a quimera, o mito, a fome do impossível, a loucura” (J. P. Coelho 1997: 636), estamos, portanto a falar de um plano espiritual, muito mais do que um império propriamente material. Assim,

“for Pessoa the Portugal of the Quinto Império must recover that same bravery [used during the discoveries to conquer the seas] in the exploration of the metaphorical sea. In *Mensagem* the sea represents not only a new era of education and culture, but also a new dimension to be revealed by initiation” (C. Canuto 1997: 207).

⁴⁵ Segundo E. Leal, “[a]s conjunturas do Ultimato inglês de 1890 e da primeira Grande Guerra permitiram a generalização na vida política da mentalidade nacionalista e do imaginário de Portugal — império” (1999: 283).

Deste modo, “[o]nly the cultural patrimony which can be traced to the Portugal of the Spirit is real” (C. Canuto 1997: 219) ⁴⁶. Neste império, o sebastianismo seria a nova religião (cf. G. Cavaco 1997: 45).

3.1. “Nun’Álvares Pereira”

O poema que interessa analisar em pormenor no presente estudo é, evidentemente, “Nun’Álvares Pereira” (*Mensagem*, p. 47), inserido na primeira parte da obra, denominada de *Brasão*⁴⁷, onde se encontram poemas dedicados a vários heróis que de um modo ou de outro contribuíram para a construção, consolidação e expansão de Portugal, desde Ulisses a Afonso de Albuquerque, heróis esses que são, basicamente, “the royal symbols of ‘who we are’” (C. Canuto 1997: 217). O *Brasão* está dividido em cinco partes, as quais contêm, cada uma, vários poemas, sendo que a quarta parte, denominada por *A Coroa*, contém apenas um poema — “Nun’Álvares Pereira”. Esse facto não é, de todo, insignificante, uma vez que *A Coroa* representa na obra o estabelecimento de Portugal como país, através da vitória do Condestável em Aljubarrota e da consequente consolidação do reinado de D. João I (cf. C. Canuto 1997: 223 e R. Cavaco 1997: 178). No *Brasão* português, Nuno Álvares foi, de facto, o responsável pela coroação do iniciador da dinastia de Avis, ele deu ao país a coroa para que este pudesse ser governado por um seu natural.

O simbolismo da coroa está associado a três factores fundamentais: o seu lugar — o facto de se encontrar no alto da cabeça confere-lhe um significado

⁴⁶ C. Canuto afirma que essa ideologia está bem patente no aforismo que introduz a parte *Brasão* — “Bellum sine bello”. Aí denota-se que “[t]here is no visible battle on earth; but from the Spiritual world, the true soul of Portugal battles the phantom created by the false Portugal” (1997: 223).

⁴⁷ Trata-se do *Brasão* de D. João II (cf. C. Canuto 1997: 217).

sobre-eminente, uma vez que reúne os valores da cabeça e os que estão em cima da própria cabeça, um dom vindo do alto, apontando, assim, para o carácter transcendente de uma realização; a sua forma — o facto de ser circular aponta para a perfeição e a participação na natureza celeste; a sua matéria — precisa/define a natureza do acto heróico realizado e a recompensa atribuída (cf. J. Chevalier e A. Cheerbrant 1994: 231). No caso de Nuno Álvares Pereira, ele nunca chegou a usar a coroa, esta nunca lhe foi materialmente atribuída, mas foi ele que a concedeu a D. João I, logo, a Portugal. O herói português, embora em vida tenha feito vários actos heróicos que o fariam merecer a coroa como recompensa, nunca a obteve, mas foi, ao longo dos séculos, coroado, metaforicamente, com a fama que conquistou e o reconhecimento da sua grandeza. Fernando Pessoa, na sua obra, faz justiça e atribui-lhe, de facto, a coroa, que veicula em si toda a simbologia representativa da vida do Condestável.

O poema inicia-se com uma pergunta dirigida a Nuno Álvares

“Que auréola te cerca?”

à qual o sujeito poético responde logo de seguida. Essa pergunta inicial remete, de imediato, o leitor para um campo semântico que normalmente anda associado com o Condestável, o da santidade, uma vez que a auréola é uma “irradiação de origem solar [que] indica o *sagrado*, a santidade, o divino” (J. Chevalier e A. Cheerbrant 1994: 98). A auréola estabelece também uma ligação entre o objecto de enunciação, Nuno Álvares, e a parte em que o poema se insere, *A Coroa*, dado a auréola ter também um sentido de coroa real (cf. J. Chevalier e A. Cheerbrant 1994: 98). Logo, podemos verificar que a coroa que Nuno Álvares representa é uma coroa imaterial, em última instância, é uma coroa espiritual, que está associada à prática do Bem,

pelo que se pode verificar uma consonância de características entre esta coroa e o Quinto Império almejado pelo poeta: esta seria a coroa que coroaria esse império.

É no segundo verso que se explica a presença da auréola, pois identifica-se e materializa-se a razão da sua existência — a espada⁴⁸. Estabelece-se aqui uma relação imediata entre um objecto material e um campo imaterial; há também uma ligação entre um instrumento de guerra e conquista e uma dimensão divina, ligação que sempre pautou a vida de Nuno Álvares. A espada assume no poema um papel bastante relevante, visto estar presente nas três estrofes.

Na primeira estrofe, a espada é responsável por retirar a cor ao “ar alto”, que se pode facilmente identificar com o céu. Assim, a espada, ao voltar, produz uma auréola dourada que retira o “azul negro e brando” do ar, pelo que se pode concluir que dá uma nova luz ao céu, e essa luz é a de Nuno Álvares, ele é como que um sol, fonte de vida e energia, que afasta o negro da noite, as trevas da inacção e do marasmo intelectual, uma vez que “brando” pode conferir uma conotação de inércia e lentidão.

A segunda estrofe identifica a espada como sendo Excalibur, a importante espada do Rei Artur. C. Canuto afirma que o facto de Nuno Álvares ter herdado a espada do Rei Artur o coloca em pé de igualdade com o rei, e, conseqüentemente, com Jesus, uma vez que se pode estabelecer uma associação cabalística entre a lenda de Artur e os Doze Cavaleiros e Jesus e os Doze Apóstolos (cf. 1997: 267). A autora adianta ainda que o facto de essa mesma espada estabelecer uma ligação

⁴⁸ Este vocábulo, ou um sinónimo, é utilizado em outros poemas da Primeira Parte da obra: em “O Conde D. Henrique” — “À espada em tuas mãos achada”(p. 29); em “D. Afonso Henriques” — “A bênção como espada, / A espada como bênção!” (p. 32); em “D. Fernando Infante de Portugal” — “Deu-me Deus o seu gládio porque eu faça/ A sua santa guerra.” (p. 40). Esta recorrência dá a entender que a fundação de Portugal foi feita com a espada, não com tratados ou acordos, mas sim com a guerra, foi imposta através da luta efectiva e defendida, do mesmo modo, do inimigo estrangeiro.

entre um herói português e um inglês revela uma aliança estreita entre os dois países, assim Portugal terá recebido a espada de Inglaterra quando D João I casou com D. Filipa de Lencastre (cf. C. Canuto 1997: 267).

Finalmente, na terceira estrofe a espada é apresentada como uma lanterna que guiará Portugal para o futuro:

“Ergue a luz da tua espada
Para a estrada se ver!”

Esta iluminação será, evidentemente, uma iluminação espiritual, uma vez que ela mostrará o caminho para o Quinto Império. Assim, o futuro de Portugal está nas mãos de Nuno Álvares, que no passado guiou o país para a independência e autonomia, foi o responsável pela consolidação de Portugal como país e será o exemplo da sua energia e força que poderá conduzi-lo para um porto seguro. Nuno Álvares é, assim, “o herói luminoso que aponta novos rumos” (S. Matos 1990: 140). O herói medieval é o verdadeiro agente, é ele que domina a espada, esta não age sozinha, repare-se:

“Que o Rei Artur *te* deu.” (itálico meu)
“*Ergue* a luz da tua espada” (itálico meu)

É, deste modo, Nuno Álvares responsável máximo pela acção da sua espada e tudo o que isso implica, é ele que, através dela, forma a auréola, o halo, é ele que a aponta para que ela ilumine a estrada. Na *Mensagem* há dois tipos de heroísmo: os heróis que agem pelo instinto, guiados pela mão de Deus, e os heróis voluntários (cf. J. P. Coelho 1990: 52). O heroísmo de Nuno Álvares é voluntário, firme e decidido, não é inconsciente e involuntário como, por exemplo, o do Conde D. Henrique, verificado no poema com o mesmo nome.

A caracterização directa de Nuno Álvares é feita por apenas dois versos:

“Sperança consumada,
S. Portugal em ser”.

Esses versos são a síntese de toda a carga simbólica que a figura de Nuno Álvares transportou através dos séculos no imaginário português, que é aqui apropriada pelo poeta para revelar os seus desígnios e aspirações, para apresentar o seu projecto. É estabelecida uma relação entre o passado e o futuro, uma vez que Nuno Álvares é uma esperança⁴⁹, o que aponta para o futuro, futuro este que está dependente dessa personagem, mas, no entanto, essa esperança já foi consumada, já foi provada, já se realizou no passado. Aliás, a *Mensagem* é, precisamente, “an attempt to recapture [the] past and rebuilt it” (C. Canuto 1997: 194-195). Nuno Álvares é também o próprio país, que se quer realizar, existir, enfim, ser⁵⁰.

O facto de a espada estar sempre associada à luz faz com que esse campo semântico esteja também presente nas três estrofes do poema. Novamente a ligação com *A Coroa* se torna possível, uma vez que a coroa, tal como o corno, exprime a ideia de elevação, de poder, de iluminação; uma e outro se elevam por cima da cabeça e são insígnias do poder e da luz (cf. J. Chevalier e A. Cheerbrant 1994: 231).

A ligação entre a espada, suporte militar, e a luz espiritual é, segundo C. Canuto, uma fórmula da Ordem Templária de Cristo, que alia a religião às artes militares, assim o Portugal terrestre podia estar novamente ligado ao Portugal de espírito (cf. 1997: 268). Logo, pode-se concluir que a espada que está presente no poema é, além de uma espada símbolo de virtude militar, de bravura, de poder (cf.

⁴⁹ Esta ideia remete-nos para a característica de herói predestinado presente no poema (cf. E. Leal 1999: 64).

⁵⁰ Já no poema “D. João o Primeiro” fora utilizada uma expressão semelhante recorrendo ao mesmo vocábulo “Que Portugal foi feito ser” (p. 34). A diferença é que este verso aponta exclusivamente para o passado e o verso do poema “Nun’ Álvares Pereira” aponta também para o futuro, através da preposição “em”.

J. Chevalier e A. Cheerbrant 1994: 299), também a espada como a luz e o relâmpago, obtidos através do brilho da sua lâmina, “ela é, dizem os Cruzados, um fragmento da *Cruz de Luz*.” (Chevalier e A. Cheerbrant 1994: 299)

Ao atribuir a Nuno Álvares *A Coroa*, Fernando Pessoa estava, de facto, a dar-lhe uma “recompensa duma prova, a coroa é uma promessa de vida imortal, a exemplo da vida dos deuses” (Chevalier e A. Cheerbrant 1994: 231). Do poema resulta uma imagem de Nuno Álvares algo transcendente, que serve de guia espiritual para um país que tem necessariamente de sair do presente em que se encontra em direcção a um futuro melhor. À semelhança da obra *Mensagem*, que pretende apontar aos portugueses um Quinto Império como destino possível e desejável, Nuno Álvares também serve de guia para esse ideal, logo, ele é, em última instância, a própria *Mensagem*⁵¹.

⁵¹ Segundo E. Frias, o significado pleno da *Mensagem* é o seguinte: “[a] Poesia deixa de ser a expressão de um exercício literário, para se elevar à categoria de Ciência, verdadeira Gramática com a qual um Povo, com vocação missionária, reaprende aquela linguagem que lhe permita reatar os maravilhosos diálogos com o Universo (1971: 93).

Conclusão

*Para atravessar o deserto do mundo
Para enfrentarmos juntos o terror da morte
Para ver a verdade para perder o medo
Ao lado dos teus passos caminhei*

Sophia de Mello Breyner Andresen, *Livro Sexto*

A imagem de Nuno Álvares Pereira foi, como se verificou no estudo efectuado, mantida viva ao longo dos séculos. Para tal, foram determinantes dois factores: a tradição oral, pois “[a] imaginação do povo apoderou-se da sua vida e fez dela uma lenda poética, comovedora de singeleza e ternura, que o trouxe até o nosso tempo, aureolado de virtudes” (*A vida grandiosa do Condestável*, Mário Domingues) e a fixação escrita, estudada neste trabalho.

Nessa constante recuperação da figura, as crónicas medievais foram, sem dúvida, as fontes privilegiadas e consideradas como as mais fidedignas na veiculação da imagem do verdadeiro Nuno Álvares. Assim, a partir das leituras efectuadas às crónicas, foi reconstruída a imagem do herói medieval, em consonância com os objectivos dos autores que se debruçaram sobre o estudo da sua vida, e a apropriação que fizeram dessa imagem permitiu a construção de vários Nunos, consoante a ideologia que guiou as recuperações. Uma das razões para a escolha de tal personagem, por parte dos autores, foi a analogia que puderam estabelecer entre o seu tempo e o tempo de Nuno Álvares: o país encontrava-se, tal

como se havia encontrado na Idade Média, num estado periclitante de perda de autonomia e sentimento nacional.

A figura de Nuno Álvares foi enriquecendo ao longo dos séculos, à medida que foram escritas sobre ele diversas obras, obras essas que, tendo por base o respeito pelas fontes medievais, introduziram, como é evidente tratando-se de obras literárias, novos contornos e perspectivas que em muito contribuíram para o enriquecimento da figura do herói medieval.

Deste modo, condicionado pelos factores apontados, observamos uma série de pontos fortes nas diversas recuperações da figura.

No *Condestabre de Portugal*, verificamos um Nuno Álvares muito ligado à sua família, com uma surpreendente intimidade com a esposa, que denota uma intenção de fortalecer a imagem da Casa de Bragança, potencial candidata ao trono. Observa-se, ainda, uma ligação estreita entre a heroicidade da personagem e as profecias que envolvem a sua vida — é indubitavelmente um herói predestinado que nos é apresentado, cujo destino se encontra em consonância perfeita com o destino de Portugal.

N' *O Alfageme de Santarém*, condicionado pelo Romantismo, encontramos um homem da nobreza adúltero e fraco, física e espiritualmente, em contraste com o alfageme, representante do povo virtuoso e forte.

Nas obras produzidas após o Ultimato inglês, nomeadamente *A vida de Nun'Álvares e Pátria*, podemos constatar a construção de um homem mais completo e complexo psicologicamente, em que a introspecção, os sinais de angústia e de crise existencial são frequentes e explícitos. Na obra de Junqueiro verifica-se, ainda, um ataque fortíssimo à Casa de Bragança, visto ser esta, segundo o autor, a responsável pela assinatura do tratado com os ingleses e conseqüente humilhação para o país: daí

resulta a apresentação de um Nuno profundamente envergonhado e impotente. Já na obra *Portugal*, o investimento é feito à volta da vertente militar da personagem, como que a insinuar que o que realmente importou na vida deste homem foi a sua luta pela independência. Neste período, como seria de esperar, os ideais da defesa da autonomia são proficuamente explorados nas obras apontadas.

No século XX, com a Questão d' "O libelo do cardeal Diabo" e com a Cruzada Nacional Nuno Álvares Pereira, há um pequeno desvio na apropriação desta personagem e as atenções viram-se, em grande parte, para a faceta religiosa, devido ao facto de o processo de beatificação estar no seu fim e, também, à ideologia marcadamente católica do Estado Novo.

Os dois pilares em que assenta a construção da figura de Nuno Álvares, militar e religioso, são indissociáveis. Quando se faz referência ao herói que lutou pela independência do país, é a versão do herói guerreiro que é mais vincadamente apropriada. No entanto, existe também uma forte ligação entre a religião e o nacionalismo (e vice-versa). Deste modo, a apropriação ideológica da figura de Nuno Álvares Pereira, seja qual for a faceta do herói que o autor preferiu recuperar, serviu sempre os propósitos de despertar o leitor para os ideais de nacionalismo e desejo de preservação da autonomia do país.

Verificou-se, ainda, no estudo efectuado, que os textos produzidos pelos vários autores estudados podem ser considerados textos de reacção, com cariz interventivo, uma vez que as suas produções não visavam apenas a arte pela arte, pois tinham propósitos explícitos de transformar o exemplo do herói medieval em acção. Existe, assim, uma relação estreita e indissociável entre a época em que as obras foram escritas, a crise então vivida, as intenções do autor e a imagem de Nuno Álvares que resultou da apropriação efectuada.

Constatou-se um desejo explícito, por parte dos autores, de as qualidades apresentadas do Condestável serem alvo de imitação por parte dos leitores. Estamos, assim, perante uma ligação estreita entre a Literatura e a vida, onde a função didáctica do texto não é ignorada. Foi este o meio que os autores em análise encontraram para servir os seus intentos de despertar nos portugueses o sentimento nacional, tão fortemente vivido pelo herói Nuno Álvares: através da leitura que fizeram dos textos medievais, ultrapassaram a distância temporal que os separava dos ideais que regeram a luta pela independência do país e apropriaram-se deles, transmitindo-os, de seguida, aos leitores seus contemporâneos, com o intuito de despertar neles o desejo de repetição.

Posto isto, não restam dúvidas de que Nuno Álvares é uma figura histórica que foi sendo ressuscitada e manipulada pelos textos até ao século XX, mais especificamente até ao Estado Novo¹.

Apesar da sua imagem estar intimamente ligada à guerra, as apropriações que de si foram feitas nunca tiveram uma conotação violenta de incitamento à luta física. Pretendiam, sim, incitar ao aproveitamento da sua energia, convertendo-a em força anímica, que deveria dar alento e reacção aos espíritos adormecidos.

De momento, a figura de Nuno Álvares encontra-se em repouso, no que concerne a novas recuperações, mas talvez seja nela que o século XXI se deve inspirar. Talvez uma reapropriação da sua imagem, ao estilo da que Pessoa fez, dê aos homens a sensatez necessária para se aperceberem da necessidade da criação de um Quinto Império mundial — um Império de Paz.

¹ Posteriormente, o interesse pela personagem enfraqueceu e as produções foram escassas e pouco reconhecidas. Note-se, no entanto a obra de Teresa Bernardino, *Eu, Nuno Álvares*, de 1987, e a reedição em 2002 da obra *A vida grandiosa do Condestável*, de Mário Domingues.

Bibliografia

Fontes literárias

- BARROS, Miguel António de, *Ulissea libertada*, Lisboa: Officina de João Evangelista Garcez, 1808.
- BERNARDINO, Teresa, *Eu, Nuno Álvares*, Lisboa: Publicações Europa-América, 1987.
- BRAGA, Teófilo, *Romanceiro Geral Português*, vol. II., Lisboa: Vega, [s/d].
- CAMÕES, Luís de, *Os Lusíadas*, Porto: Porto Editora, 1996.
- CASTRO, Gabriel Pereira de, *Ulisseia ou Lisboa edificada*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000 [1636].
- DANTE, Alighieri, *A Divina Comédia*, tradução de Vasco graça Moura, edição bilingue em italiano e português, Venda Nova: Bertrand, 2000.
- Estoria de Dom Nuno Alvrez Pereira. Edição crítica da «Coronica do Condestabre»*, com introdução, notas e glossário de Adelino de Almeida Calado, Coimbra: Por Ordem da Universidade, 1991.
- GARRETT, Almeida, *O Alfageme de Santarém* in *Obras completas –Teatro 3*, Lisboa: Parceria A. M. Pereira Lda., [s/d] [1841].
- JUNQUEIRO, Guerra, *Pátria*, Porto: Lello & Irmão — Editores [s/d] [1896].

- LOBO, Francisco Rodrigues, *O Cond'estabre de Portugal D. Nuno Alvres Pereira*, Lisboa: Por Pedro Crasbeeck, 1610.
- LOBO, Francisco Rodrigues, *O Condestabre de Portugal. D. Nunalvres Pereira*, Lisboa: Por Jorge Rodrigues, 1627.
- LOBO, Francisco Rodrigues, *Corte na Aldeia*, Lisboa: Ulisseia, 1990 [1618].
- LOPES, Fernão, *Crónica de D. João I*, Primeira Parte, introdução de Humberto Baquero Moreno, Porto: Livraria Civilização, 1991.
- LOPES, Fernão, *Crónica de D. João I*, Segunda Parte, preparada por M. Lopes de Almeida e A. De Magalhães Basto, Porto: Livraria Civilização, 1990.
- LOPES, Fernão, *Crónica do Senhor Rei D. Fernando*, introdução de Salvador Dias Arnaut, Porto : Livraria Civilização,[s/d].
- MACEDO, António de Sousa de, *Lusitania Liberata ab Injusto Castellanosum domínio*, Londini: Officina Richardi Heron, 1645.
- MACEDO, António de Sousa de, *Ulissipo*, Lisboa: por Antonio Alvarez, 1640.
- PESSOA, Fernando, *Mensagem*, Lisboa: Edições Ática, 1997, 19.^a ed.

Estudos e outros textos

- AFONSO, Carlos Alberto (1988), *No tempo em que todos eram santos (estudo sobre o «Martirologio Nacional Português»: O Agiologio Lusitano de Jorge Cardoso*, Universidade do Minho.
- AMADO, Teresa (1991), *Fernão Lopes, Contador de História*, Lisboa: Estampa.
- AMADO, Teresa (1992), “Apresentação crítica”, in *Crónica de D. João I de Fernão Lopes*, Lisboa: Editorial Comunicação [1980].

- BRAGA, Teófilo (s/d), “Prefácio” in GARRETT, Almeida, *O Alfageme de Santarém; D. Filipa de Vilhena*, Porto: Lello & Irmão – Editores.
- BRAGA, Teófilo (1984), *História do Romantismo em Portugal*, Lisboa: Ulmeiro [1880].
- BRANCO, António (1994), “A pulsão biográfica no Prólogo da *Crónica do Condestabre*”, in *Românica*, 3, Lisboa: Departamento de Literaturas Românicas da Faculdade de Letras de Lisboa, pp. 31-39.
- BRANCO, António (1998), *Emergência de um herói*, Faro.
- BUESCU, Helena Carvalhão (1999), “Identidade nacional no Romantismo” in REIS, Carlos (coord.), *História Crítica da Literatura Portuguesa. Quinto volume: O Romantismo*, Lisboa: Editorial Verbo, 2ª ed.
- CAL, Ernesto Guerra da (1997), “Vencidos (Os) da Vida” in COELHO, Jacinto do Prado (dir), *Dicionário de Literatura*, vol 4, Porto: Mário Figueirinhas Editor.
- CALADO, Adelino de Almeida (1991), “Introdução”, in *Estória de Dom Nuno Alvrez Pereyra*, edição crítica da “Crónica do Condestabre”, Coimbra: Por Ordem da Universidade.
- CÂMARA, João de Sousa da (1964), *Serão as crises sintomas de decadência?*, Lisboa: [s/n].
- CÂNDIDO, A. Zeferino, *Portugal*, 1º vol, Rio de Janeiro: Typ. da Companhia de Loterias Nacionais do Brazil, 1898.
- CANUTO, Cláudia de Menezes (1997), *Apologists of mystical nationalism: hermeticism and the hermetic in W. B. Yeats’ Chuchulain plays and Fernando Pessoa’s Mensagem*, Michigan: UMI.

- CARDOSO, Jorge, *Agiologio lusitano dos sanctos e varoens illustres em virtude do Reino de Portugal e suas conquistas*, Lisboa: Oficina Craesbeenkiana, 1652.
- CARLYLE, Tomás (2002), *Os Heróis*, Lisboa: Guimarães Editores [1840].
- CATROGA, Fernando (1993), “O Romantismo” e “Os Caminhos polémicos da «Geração Nova»” in MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal. Quinto volume: O Liberalismo*, Lisboa: Editorial Estampa.
- CAVACO, Gilbert Ricardo (1997), *Mensagem: o esoterismo e ideologia em Fernando Pessoa*, Michigan: UMI.
- CHEVALIER, Jean e CHEERBRANT, Alain (1994), *Dicionário dos Símbolos*, Lisboa : Editorial Teorema [1982].
- CHIANCA, Rui, *O Santo Condestabre: resposta ao “Libello do Cardeal Diabo” do Sr. Dr. Júlio Dantas*, Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1914.
- CIDADE, Hernâni (1997^a), “Autonomia política (literatura sob os Filipes, em defesa da)”, in COELHO, Jacinto do Prado (dir.), *Dicionário de Literatura*, vol. 1, Porto: Mário Figueirinhas Editor.
- CIDADE, Hernâni (1997^b), “Épica, nas literaturas portuguesa e brasileira”, in COELHO, Jacinto do Prado (dir.), *Dicionário de Literatura*, vol. 1, Porto: Mário Figueirinhas Editor.
- CINTRA, Luís Filipe Lindley (1957), *Sobre a formação e evolução da lenda de Ourique (até à Crónica de 1419)*, Lisboa: Universidade de Lisboa — Faculdade de Letras.
- COELHO, A. do Prado (1943), “Introdução” in *O Romanceiro de Garrett*, Lisboa: Livraria Clássica Editora.
- COELHO, António Borges (1981), *A Revolução de 1383*, Lisboa: Editorial Caminho.

- COELHO, Jacinto do Prado (1990), *Diversidade e unidade em Fernando Pessoa*, Lisboa: Editorial Verbo, 10.^a ed.
- COELHO, Jacinto do Prado (1997), “«Mensagem»” in COELHO, Jacinto do Prado (dir.), *Dicionário de Literatura*, vol. 2, Porto: Mário Figueirinhas Editor.
- COLLINGWOOD, R. G. (1989), *A Ideia de História*, Lisboa: Editorial Presença, 7.^a ed.
- CORDEIRO, Valério A., *Vida do beato Nuno Alvarez Pereira*, Lisboa: Edição da Livraria Catholica, 1919.
- Cruzada Nacional “Nun’Alvares”*, dir. João Afonso de Miranda, Lisboa: Typ. Garrett, 1992.
- CURTO, Diogo Ramada (1993), “ Sociedade e cultura”, in MATTOSO, José (dir), *História de Portugal. Terceiro volume: No Alvorecer da Modernidade*, Lisboa: Editorial Estampa.
- DANTAS, Júlio, *O heroísmo, a elegância, o amor*, Lisboa: Editora Gráfica Portuguesa Lda., 1980, 2.^a ed. [1923].
- DANTAS, Júlio, “O libelo do Cardeal Diabo” in *Outros Tempos*, Lisboa: Portugal — Brasil, Companhia Editora, [191-].
- DANTAS, Júlio, “Prefácio” in SOUSA, Alberto e SALGUEIRO, Mário (org. e ed.), *Nun’Álvares: subsídios para a iconografia do Grande Condestável*, Lisboa: Tip. Anuario Comercial, [195-].
- DECOUFLÉ, André (1970), *Sociologia das Revoluções*, Amadora: Livraria Bertrand.
- DIAS, Luís Augusto Costa (1983), “Introdução” in GARRETT, Almeida, *Romanceiro II*, Lisboa: Editorial Estampa.

- DIAZ, Arturo Araújo (1996), *Apropriação e representação na poesia de Cesariny e Rimbaud*, Lisboa: [s.n].
- DOMINGUES, Mário, *A Vida Grandiosa do Condestável*, Lisboa: Prefácio, 2002.
- ECO, Umberto (1993), “Interpretação e História” in COLLINI, Stefan (dir.), *Interpretação e sobreinterpretação*, trad. Miguel Soares Pereira, Lisboa: Editorial Presença.
- ESCOBAR, P. Fr. Antonio de, *O heroe português: vida, proezas, victorias, virtude, e morte do Excellentíssimo Senhor D. Nuno Alvares Pereira, [...]*, trad. Bernardo Jozé Lemos Castel branco, Lisboa: na Officina de Pedro Ferreira, 1744, [1667].
- FERNANDES, Maria de Lurdes Correia (1996), *História, santidade e identidade. O Agiologio Lusitano de Jorge Cardoso e seu contexto*, separata da Revista “Via Spiritus” 3.
- FERREIRA, Carlos Alberto (1958) “Introdução”, in LOBO, Francisco Rodrigues, *O Condestabre de Portugal*, cantos I a IV, Lisboa: Inspeção superior das Bibliotecas e Arquivos.
- FERREIRA, David Mourão (1997), “Júlio Dantas” in COELHO, Jacinto do Prado (dir), *Dicionário de Literatura*, vol. 1, Porto: Mário Figueirinhas Editor.
- FERREIRA, Maria Ema Tarracha (1990), “Introdução”, in LOBO, Francisco Rodrigues, *Corte na Aldeia*, Lisboa: Ulisseia.
- FONSECA, Tomás da, *O Santo Condestável. Alegações do Cardeal Diabo*, Coimbra: Académica Editora, 1932.
- FORJAZ, Augusto, *Nun’Álvares e o Sr. Dantas: tonsura d’um “Cardeal Diabo”*, Lisboa: Livraria Ferin, 1914.

- FRIAS, Eduardo (1971), *O nacionalismo mítico de Fernando Pessoa*, Braga: Editora Pax.
- GIRARDET, Raoul (1983), *Le nationalisme français – Anthologie 1871-1914*, Paris : Éditions du Seuil.
- HERMET, Guy (1996), *História das Nações e do Nacionalismo na Europa*, Lisboa: Editorial Estampa.
- HOBBSAWM, Eric (1998), *A questão do nacionalismo — nações e nacionalismos desde 1780: programa, mito, realidade*, Lisboa: Terramar [1990].
- Hymno a D. Nun'Alvares Pereira.*
- ISER, Wolfgang (1980), *The act of reading — A theory of aesthetic response*, London: The Johns Hopkins Press Ltd. [1976].
- JAUSS, Hans Robert (1987), “El lector como instancia de una nueva historia de la literatura” in MAYORAL, José Antonio (comp.), *Estética de la recepción*, Madrid: Arco/libros, S. A.
- JAUSS, Hans Robert (1991), *Pour une esthétique de la réception*, Paris : Éditions Gallimard [1978].
- KEIL, A. e MENDONÇA, H. Lopes de, *A Portuguesa*, 1890.
- LEAL, Ernesto Castro (1999), *Nação e Nacionalismos — A Cruzada nacional D. Nuno Álvares Pereira e as origens do Estado Novo (1918-1938)*, Lisboa: Edições Cosmos.
- LERNER, Isaiás (1993), “Introducción”, in ERCILLA, Alonso, *La Araucana*, Madrid: Ediciones Cátedra.
- LIMA, Sérgio Augusto Cabral Martins (1993), *Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira: estudo de uma organização política*, Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

- MARTINS, Oliveira, *A vida de Nun'Álvares*, Lisboa: Guimarães & C.^a, Editores, 1984, 9^a ed. [1893].
- MARTINS, Oliveira, *Os filhos de D. João I*, Lisboa: Livraria Editora, 1914 [1891].
- MARTINS, Oliveira (1977), *História de Portugal*, Lisboa: Guimarães & C.^a Editores.
- MATOS, Sérgio Campos (1990), *História, Mitologia, Imaginário Nacional – A História no Curso dos Liceus (1895-1939)*, Lisboa: Livros Horizonte.
- MATOS, Sérgio Campos (1998), *Historiografia e Memória Nacional no Portugal do Século XIX (1846-1898)*, Lisboa: Edições Colibri.
- MATOS, Sérgio Campos (2000), “História e ficção em Oliveira Martins — Imagens de degenerescência.” in *Revista de História das Ideias*, vol. 21, Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- MATTOSO, José (1988), *Identificação de um País. Ensaio Sobre as Origens de Portugal 1096-1325 (II Composição)*, Lisboa: Editorial Estampa [1985].
- MATTOSO, José (1993), *História de Portugal. Segundo volume: A Monarquia Feudal*, Lisboa: Editorial Estampa.
- MATTOSO, José (2002), *A escrita da História*, [s.n.]: Círculo de Leitores.
- MELO, Padre Luís Lopes de, *Ao Público do Sr. Tomás da Fonseca*, Coimbra: [Tipografia da Gráfica de Coimbra], 1933.
- MIGUEL, António Dias (1983), “A cultura portuguesa sob os Filipes”, in SARAIVA, José Hermano (dir.), *História de Portugal*, vol. 2, Lisboa: Publicações Alfa.
- MONTEIRO, João Gouveia (1988), *Fernão Lopes. Texto e Contexto*, Coimbra: Livraria Minerva.

- NOGUEIRA, Franco (2000), *As crises e os homens*, Porto: Civilização, 2ª ed.
- PEREIRA, José Carlos Seabra (1995), “Introdução” in REIS, Carlos (coord.), *História Crítica da Literatura Portuguesa. Sétimo volume: Do Fim-de-Século ao Modernismo*, Lisboa: Editorial Verbo, 2ª ed.
- RAMOS, Rui (1993), “A cultura republicana” in MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal. Quinto volume: O Liberalismo*, Lisboa: Editorial Estampa.
- REBELO, Luís de Sousa (1983), *A concepção de poder em Fernão Lopes*, Lisboa: Livros Horizonte.
- REIS, Carlos (coord.) (1995), *História Crítica da Literatura Portuguesa. Sétimo volume: Do Fim-de-Século ao Modernismo*, Lisboa: Editorial Verbo, 2ª ed.
- RICOEUR, Paul (1995), *Teoria da Interpretação*, Porto: Porto Editora.
- RODRIGUES, Urbano Tavares (1997), “Pátria”, in COELHO, Jacinto do Prado (dir), *Dicionário de Literatura*, vol. 3, Porto: Mário Figueirinhas Editor.
- SANTANA, José Pereira de, *Chronica dos Carmelitas da antiga, e regular observancia nestes reynos de Portugal, Algarves, e seus dominios*, tomo 1º, Lisboa: na officina dos Herdeiros da António Pedrozo Galram, 1745.
- SANTOS, Frei Manuel dos, *Monarquia Lusitana*, parte oitava, Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1988 [1727].
- SARAIVA, António José (1993), *O Crepúsculo da Idade Média*, Lisboa: Gradiva [1990].
- SARAIVA, António José (1996^a), *A Tertúlia Ocidental*, Lisboa: Gradiva.
- SARAIVA, António José (1996^b), *Para a História da Cultura em Portugal*, vol. II, parte I, Lisboa: Gradiva [1961].
- SARAIVA, António José e LOPES, Óscar (1992), *História da Literatura Portuguesa*, Porto: Porto Editora, 16ª ed.

- SARAIVA, José Hermano (dir.) (1983^a) *História de Portugal*, vol. 2 , Lisboa: Publicações Alfa.
- SARAIVA, José Hermano (dir.) (1983^b), *História de Portugal*, vol. 3, Lisboa: Publicações Alfa.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1979), *História de Portugal. Volume quarto: Governo dos Reis Espanhóis 1580-1640*, Lisboa: Editorial Verbo.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1983), “O período dos Filipes”, in SARAIVA, José Hermano (dir.), *História de Portugal*, vol. 2, Lisboa: Publicações Alfa.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1988), *História de Portugal. Volume oitavo: Do Mindelo à Regeneração*, Lisboa : Editorial Verbo.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1990^a), *História de Portugal. Volume décimo: A queda da monarquia*, Lisboa : Editorial Verbo.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1990^b), *História de Portugal. Volume décimo segundo: A primeira República [1910-1926]*, Lisboa : Editorial Verbo.
- SIEWIERKI, Henryk (1985), *Mito e verdade na Mensagem de Fernando Pessoa*, Lisboa: [s.n].
- SILVA, Inocêncio F. da (1973), *Dicionário Bibliográfico Português*, tomo III, Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- SILVA, Agostinho da (1961), “Prefácio” in GARRETT, Almeida, *Doutrinas de Estética Literária*, Lisboa: Santelmo.
- SILVA, Vítor Manuel de Aguiar e (1992), *Teoria da Literatura*, Coimbra: Livraria Almedina, 8^a ed.
- SMITH, Anthony D. (1997), *A identidade nacional*, Lisboa: Gradiva.
- SOUSA, Alberto e SALGUEIRO, Mário (org. e ed.), *Nun’Álvares: subsídios para a iconografia do Grande Condestável*, Lisboa: Tip. Anuario Comercial, [195-].

- SOUSA, António Caetano de, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Lisboa: Oficina de Joseph António da Sylva, 1946 [1736].
- SOVERAL, Carlos Eduardo de (1997^a), “Oliveira Martins” in COELHO, Jacinto do Prado (dir), *Dicionário de Literatura*, vol 2, Porto: Mário Figueirinhas Editor.
- SOVERAL, Carlos Eduardo de (1997^b), “A Vida de Nun’Álvares” in COELHO, Jacinto do Prado (dir), *Dicionário de Literatura*, vol. 4, Porto: Mário Figueirinhas Editor.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano (1990), *O Ultimato inglês: política externa e política interna no Portugal de 1890*, Lisboa: Alfa.
- Verbo. *Enciclopédia Luso — Brasileira de Cultura*, vols. 10º e 16º, Lisboa: Ed. Verbo, [s/d].
- VEYNE, Paul (1971), *Como se escreve a História*, Lisboa: Edições 70.
- WELLEK, René e WARREN, Austin (1949), *Teoria da literatura*, Lisboa: Publicações Europa-América, 5ª ed. [1942].